

EDNA CRISTINA FRANCISCO

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA**

Curitiba
2003

EDNA CRISTINA FRANCISCO

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora
Angela Duarte Damasceno Ferreira.

Curitiba

2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 907 Fone e fax 360-5173

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação da aluna EDNA CRISTINA FRANCISCO, sob o título “AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: estratégias de reprodução de um modo de vida”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, ~~apresentando~~ a candidata com conceito “.....A.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2003.

Profª Drª Ângela D.D.Ferreira-Orientadora (UFPR) Ângela D.D. Ferreira

Prof. Dr. Álfio Brandenburg (UFPR) Álfio Brandenburg

Profª Drª Maria Ignêz Silveira Paulilo (UFSC) Maria Ignêz Silveira Paulilo

*Dedico este trabalho
àqueles que se sentem responsáveis,
co-autores
desta fase do meu modo de vida acadêmico.*

AGRADECIMENTOS

O estudo que realizei é fruto de vários tipos de contribuições que eu gostaria muito de agradecer, mas que certamente não serão todas traduzíveis em palavras.

Agradeço primeiramente o carinho e a atenção da minha família, especialmente meus pais, Ana e Edson e minha irmã, Eliane.

Agradeço à minha orientadora, Angela. Academicamente pela partilha de seu tempo, seus comentários. Mas também pelos muitos cafés, tortas, bolos, pizzas, conselhos... Também agradeço à sua família que pacientemente conviveu comigo nesta fase da minha vida.

Agradeço as contribuições da banca de qualificação, as quais foram importantes na fase final de análise dos dados.

Também as contribuições: dos professores do programa de Mestrado em Sociologia; dos alunos e professores do Grupo de Pesquisa do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento ao qual esta dissertação está vinculada; dos colegas do CERU do Paraná.

Aos meus amigos, obrigada por conseguirem me arrastar para conversas, cafés, bares e viagens, interrompendo minhas crises de ansiedade.

Agradeço também as famílias de Rio Verde, Batuva e Potinga que compartilharam suas vidas comigo durante a pesquisa. Além destas, meus amigos que estiveram em campo: Catherine, Duda, Cláudia.

Finalmente à CAPES pela bolsa cedida durante o mestrado, bem como ao Programa de Doutorado citado que financiou a estadia em campo.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	VII
Resumo	X
INTRODUÇÃO	01
 Parte I: A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA.	
1. A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	05
1.1 Reprodução, habitus e estratégia	05
1.2 A reprodução de um modo de vida	09
1.3 A agricultura familiar	11
1.3.1 O trabalho na agricultura familiar camponesa	17
1.3.2 Relações de interconhecimento e sociabilidade	20
1.4.2.1 Redes sociais	22
2. METODOLOGIA	28

Parte II: A COMUNIDADE DE RIO VERDE E SEU MODO DE VIDA

3 RIO VERDE EM GUARAQUEÇABA

3.1	Localização	45
3.2	Aspectos históricos	46
3.3	Rio Verde na Área de Proteção Ambiental	50
3.4	As famílias e outras instituições presentes em Rio Verde	53
3.5	Os domicílios em Rio Verde	57

4 O ACESSO À TERRA

4.1	Rio Verde e as fazendas circunvizinhas	61
4.2	O acesso à terra e a lei ambiental	63
4.3	A lógica familiar no acesso à terra	64
4.4	O significado da terra como patrimônio e a APA	68

5 O ACESSO AO ALIMENTO

5.1	A pauta alimentar	71
5.2	A origem dos alimentos	79
5.2.1	Redes de troca e de doação de alimentos	84

6 O TRABALHO

6	Os tipos de trabalho	90
6.1	A contratação de camaradas	95
6.1.1	Redes sociais, camaradas e comercialização da banana	100

7	RELAÇÕES DE INTERCONHECIMENTO E SOCIABILIDADE	
7.1	Alimento e sociabilidade	106
7.1 1	Alimento e solidariedade	109
7.2	A sociabilidade no trabalho	109
7.3	Momentos de sociabilidade	112
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
10	ANEXOS	124
	Anexo 1: Pilagem do arroz	124
	Anexo 2: Obtenção da farinha de mandioca	126
	Anexo 3: Receitas de biju e cuscuz	128
	Anexo 4: Colheita, secagem, torrefação do café	130
	Anexo 5: Modelos de entrevista semi-estruturada e mapeamento	133
	Anexo 6: Legislação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.	135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. FIGURAS

Figura 1:	OCUPAÇÃO DO CHEFE EM RIO VERDE.	35
Figura 2:	NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE	36
Figura 3:	NATURALIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA EM RIO VERDE.	36
Figura 4:	IDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA	37
Figura 5:	REGIÕES DENTRO DA COMUNIDADE	37
Figura 6:	MÉTODOS DE PESQUISA UTILIZADOS EM RIO VERDE	41
Figura 7:	REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DE RIO VERDE	59
Figura 8:	IMÓVEIS EM RIO VERDE	66
Figura 9:	TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS E DOMICÍLIOS LIGADOS À CADA ESTABELECIMENTO EM RIO VERDE.	67
Figura 10:	PAUTA ALIMENTAR DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24 HS EM AGOSTO DE 2002 EM RIO VERDE	76
Figura 11:	TROCAS DE ALIMENTO	85
Figura 12:	EMPRÉSTIMOS DE ALIMENTOS	86
Figura 13:	NÍVEL DE VIDA E DOAÇÕES DE ALIMENTO EM RIO VERDE	87
Figura 14:	DOAÇÕES E PAUTA ALIMENTAR	87
Figura 15:	REDES DE CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS	88
Figura 16:	DIFERENÇA ENTRE O NÚMERO DE CONSUMIDORES E TRABALHADORES POR DOMICÍLIO EM RIO VERDE	91
Figura 17:	TROCA DE DIA	92
Figura 18:	TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS	92
Figura 19:	CAMARADAS (EM DINHEIRO)	92
Figura 20:	CAMARADAS (EM ALIMENTO)	92
Figura 21:	REDES DE TRABALHO: TROCA DE DIA, TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS, CAMARADAS EM ALIMENTO E CAMARADAS EM DINHEIRO	93

Figura 22:	FAMÍLIAS QUE CENTRALIZAM AS REDES DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHO E CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS	94
Figura 23:	APOSENTADOS E CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS	96
Figura 24:	CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS E NÍVEL DE VIDA	99
Figura 25:	CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS E PRODUÇÃO DE BANANA	100
Figura 26:	PRODUTORES QUE COMERCIALIZAM BANANA ORGÂNICA PADRÃO EXPORTAÇÃO	103

2. GRÁFICOS

Gráfico 1:	IDADE DOS FILHOS DOS AGRICULTORES EM RIO VERDE	53
Gráfico 2:	ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.	79
Gráfico 3:	PRODUÇÃO, COMPRA OU DOAÇÃO POR ALIMENTO CITADO NO RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002 EM RIO VERDE	80
Gráfico 4:	ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DE BAIXO” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.	81
Gráfico 5:	ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DO RIO VERDE” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.	81
Gráfico 6:	ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DA PONTE” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.	82
Gráfico 7:	PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM RIO VERDE EM 2000 E 2002 E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OS PRODUZIRAM	83

3. MAPAS

Mapa 1:	LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA NO PARANÁ	28
Mapa 2:	OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR COMUNIDADE EM GUARAQUEÇABA.	31
Mapa 3:	DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA DOS ESTABELECIMENTOS NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA	33
Mapa 4:	LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA	45
Mapa 5:	LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS EM RIO VERDE	58
Mapa 6:	FAZENDAS QUE CIRCUNDAM A COMUNIDADE DE RIO VERDE	61

4. TABELAS

Tabela 1:	DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA DOS ESTABELECIMENTOS NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA.	32
Tabela 2:	NÍVEL DE VIDA NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA.	34
Tabela 3:	IMÓVEIS, DOMICÍLIOS E FAMÍLIAS EM RIO VERDE	66
Tabela 4:	PAUTA ALIMENTAR E NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE	77

Resumo

Como entender a reprodução da agricultura familiar tendo em vista os bloqueios impostos ao seu desenvolvimento em geral além das restrições de uso dos recursos naturais numa Área de Proteção Ambiental (APA)? Esta pesquisa, realizada em Rio Verde, uma das comunidades rurais do município de Guaraqueçaba - litoral norte do Estado do Paraná -, tem por objetivo identificar estratégias de reprodução de agricultores familiares, em especial aquelas ligadas ao acesso à terra, ao alimento e ao trabalho. As fontes utilizadas referem-se tanto aos dados da enquête realizada em 2000 pelo Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR / CNRS), como pela abordagem qualitativa dos agricultores através da combinação de diferentes métodos: entrevistas semi-estruturadas, observação, recordatório alimentar, genealogia. A prática (BOURDIEU, 1996) destes agricultores familiares (WANDERLEY, 1996; FERREIRA, 2002; ZANONI 2000; LAMARCHE 1997, 1998), face aos bloqueios que lhe são impostos, revelam estratégias (BOURDIEU, 1986) que têm adaptado seu patrimônio sociocultural (LAMARCHE, 1997) para garantir a reprodução de aspectos do seu modo de vida (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, BRANDEMBURG, 1999) numa Área de Preservação Ambiental. No interior desta o uso da terra é restrito, além de historicamente já comprometido pelas grandes fazendas que circundam a comunidade. Por conseqüência, a produção para a subsistência da família tem diminuído. Assim, para garantir o acesso ao alimento, os agricultores produzem, compram e partilham alimentos. Esta partilha ocorre no interior de redes sociais, tal como a mobilização de trabalho. O volume deste vem sendo reduzido em função da diminuição das áreas legalmente utilizáveis. Apesar disso, observou-se que, como sugere CHAYANOV (1966), quando o ciclo biológico da família implica na ocorrência de mais consumidores que trabalhadores, identifica-se uma situação de déficit de mão de obra, portanto, é necessário mobilizar trabalho. Preferencialmente mobilizado dentro de redes, as relações de trabalho mais comuns são a troca de dia, trabalho dividido e camaradas pagos em alimento ou dinheiro. Antigamente realizavam-se mais mutirões, quando eram necessárias grandes roçadas ou colheitas. Hoje proibidas, a relação de trabalho mais comum é a contratação de camaradas, principalmente para a produção de banana. As

famílias que fazem parte da rede de comercialização de banana orgânica são as que possuem melhores níveis de vida, no entanto, esta situação gera conflitos com o grupo de famílias que ainda não está inserido. A princípio causadores de rupturas, percebeu-se que estes conflitos são parcialmente incorporados em momentos de sociabilidade, o que tem mantido assim a vida comunitária. Esta sociabilidade, as relações de trabalho, a lógica familiar de acesso à terra, a produção para a subsistência e a importância de seu patrimônio sociocultural foram características atribuídas à agricultura familiar camponesa. No entanto, a forma de integração ao mercado da banana orgânica parece indicar uma tendência a ser estudada em Rio Verde: a emergência de características atribuídas à agricultura familiar moderna.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo identificar estratégias de reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental (APA). Para tanto, realizou-se um estudo de caso em Rio Verde, uma das comunidades rurais de Guaraqueçaba, município localizado numa APA no litoral Norte do Paraná.

A análise da reprodução da agricultura familiar, neste estudo de caso, parte das constatações, já amplamente feitas pelos estudos rurais brasileiros, de que essa forma social de produção tem sido marcada pela resistência aos bloqueios ao seu desenvolvimento dados pela questão fundiária e pela dificuldade de acesso aos demais meios de produção. Neste sentido, tais estudos têm abordado suas estratégias de reprodução como elementos dinâmicos de adaptação e mudança para perpetuação social de seu universo e de sua identidade (FERREIRA, 2001; 1998; 1995), LAMARCHE (1997), WANDERLEY (1998, 1996), BRANDEMBURG (1999).

Pode-se citar algumas das estratégias de reprodução da agricultura familiar, como por exemplo, as estratégias ligadas diretamente à família no que diz respeito à herança, ao trabalho, à escolarização dos filhos, como nos sugere LAMARCHE (1997). Também a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia, compreendendo-a tal como o fazem WANDERLEY (1996) e FERREIRA (2002), onde esta seria uma forma de manutenção da família ou de parte dela no meio rural. Outras estratégias têm sido estudadas e mostram os esforços desses agricultores em se viabilizarem como tal: a integração - contrato de produção junto a indústrias (PAULILO, 1990), as várias formas de associativismo e cooperação (FERREIRA, 1995), entre outras.

As estratégias mapeadas pelos estudos citados constituem-se respostas dos agricultores aos desafios gerados pelos bloqueios à agricultura familiar em geral. No entanto, as famílias agricultoras que habitam Áreas de Proteção Ambiental convivem com outro bloqueio, a restrição do uso dos recursos naturais para fins produtivos ou extrativistas, o que evidencia um *duplo bloqueio* (ZANONI et al 2000) ao seu desenvolvimento. Mediante este limite, que ocorre de forma menos restrita na agricultura familiar em geral, em APAs a utilização dos recursos

naturais é modificada bem como as construções sociais atreladas à esta utilização.

Dentro deste *duplo bloqueio* encontram-se as famílias agricultoras de Guaraqueçaba, as quais se vêem obrigadas a adaptar suas antigas formas de apropriação dos recursos naturais (o uso da terra para plantio, o uso da mata para coleta, caça e extração da madeira, o uso de rios e mares para pesca) à nova realidade. E para essa adaptação, necessariamente rearticulam os recursos sociais disponíveis através de diferentes estratégias.

Como (...) *restam ainda inúmeras questões acerca destas populações locais, não somente no sentido de aprofundar o conhecimento das suas estratégias de sobrevivência em uma Área de Proteção Ambiental como, igualmente, identificando como tais estratégias se articulam com as estratégias comuns a agricultores familiares de outras regiões*, como sugere ZANONI et al (2000, p.54), a problemática geral dessa pesquisa situa-se em torno das relações entre a geração de estratégias e a reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental. Ou seja, diante deste *duplo-bloqueio*, como têm sido engendradas estratégias de reprodução pelos agricultores familiares?

No âmbito do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento¹, ao qual esta dissertação está vinculada, têm sido estudados os modos de vida de agricultores numa Área de Proteção Ambiental que se tornou mundialmente conhecida por comportar uma Reserva de Biosfera da UNESCO, a APA de Guaraqueçaba. A preservação ambiental, neste caso, fez com que os agricultores constituíssem formas de ocultamento (SANTOS, 2002) ou clandestinidade de suas atividades produtivas e extrativas, o que tem implicado no aumento de penosidade física e sobretudo moral entre estes (FERREIRA et al, 2002). Estes trabalhos sugerem que a geração de estratégias, esteja ligada a formação de redes sociais. Neste sentido, ZANONI et al (2000) afirmam:

¹ Programa de pesquisa no qual esta dissertação está vinculada: "Programa de Pesquisa Preservação da Natureza e Desenvolvimento Rural". Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR/ CNRS Bordeaux 2 e Paris 7, França. Neste Programa, participam alunos do mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná que realizam suas atividades articuladas ao grupo de doutorandos, sob a supervisão dos professores do Doutorado (alguns deles também são professores do referido mestrado).

As particularidades envolvendo a atividade de extração e beneficiamento clandestino do palmito permitiram a formação, no litoral do Paraná, de uma intrincada e complexa rede social envolvendo a família, a parentela e a comunidade em geral. Essa rede, ao mesmo tempo em que recia a solidariedade, deu origem a novas hierarquias de poder em nível local e mesmo regional. As atividades de extração e beneficiamento do palmito são, para significativo segmento dos agricultores familiares do litoral norte do Paraná, um importante e incontornável meio de assegurar a reprodução familiar no meio rural. Envolvem freqüentemente mais de um membro de cada família nuclear, além de integrar membros da família extensa – como afirmou um agricultor local, “nada melhor do que contar com quem a gente confia para fazer uma atividade que é proibida”. (ZANONI et al, 2000, p.51)

Também se identificou a construção de estratégias mediante a mobilização de redes sociais em outro trabalho² realizado no âmbito do mesmo Programa, em abril de 1998, em Guaraqueçaba. Este teve por objetivo caracterizar a pauta alimentar e a origem dos alimentos em Batuva, uma das comunidades rurais desta região. Como resultado evidenciou-se a importância da autoprodução da maior parte dos alimentos consumidos, bem como das redes sociais que viabilizavam a garantia ao acesso desta pauta, seja na doação de alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar ou mesmo a partir da troca de alimentos.

A presente pesquisa procura verificar a relação entre, de um lado, a mobilização de redes sociais e a reatualização da sociabilidade comunitária, e de outro, o acesso à terra, à alimentação, ao trabalho. Para tanto, partimos da compreensão da discussão sobre *reprodução* em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1986, 1990, 1992, 1996) como um processo dinâmico de adaptação e permanência, retomamos as noções de *habitus* [BOURDIEU (1996, 1986, 1992) e GODOI (1999)] e *estratégia* (BOURDIEU, 1990, 1986).

É o *patrimônio sociocultural*, tal como nos sugerem LAMARCHE (1997, 1998) e WANDERLEY (1996), que fundamenta o *habitus* do agricultor familiar, o qual gera soluções para a garantia do seu *modo de vida* [ANTÔNIO CÂNDIDO (1977), WANDERLEY (1996), LAMARCHE (1997, 1998), BRANDENBURG (1999), BRANDÃO (1981)].

² FRANCISCO, E. Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

A formação de redes sociais nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, como pudemos ver em ZANONI et al (2000) e FRANCISCO (2000) se otimizam pelas relações de interconhecimento [MENDRAS (1978), WANDERLEY (1996)], que são a marca específica de sua sociabilidade. Outros trabalhos já evidenciaram a existência e importância destas relações de interconhecimento na geração de estratégias ligadas à mobilização de trabalho (BRANDÃO, 1981, ANTÔNIO CÂNDIDO, 1977); ao acesso à terra (GODOI, 1999; HEREDIA, 1979) e à alimentação (BRANDÃO, 1981; ANTÔNIO CÂNDIDO, 1977, FRANCISCO, 2000) no meio rural.

Para discutir esta problemática geral de reprodução da agricultura familiar em APAS, realizou-se um estudo de caso na comunidade de Rio Verde, viabilizado metodologicamente por duas abordagens complementares, quantitativa e qualitativa.

Nesta comunidade, procurou-se analisar as estratégias de reprodução identificadas no que se refere ao acesso à terra e ao trabalho, visto que este acesso está mediado pelas famílias e redes sociais.

Também se analisou as condições e estratégias de acesso à alimentação. A partir da pauta alimentar dos agricultores, procurou-se investigar a origem dos alimentos para identificar as estratégias de acesso a este e os elementos simbólicos da comensalidade como parte fundamental do modo de vida.

Outra dimensão relevante deste modo de vida que se pretende analisar é a sociabilidade das festas, dos jogos, dos pátios e das soleiras das portas.

Neste percurso procurou-se reconsiderar a discussão sobre a relação entre as redes sociais, a sociabilidade e a reprodução do modo produzir e de viver da agricultura familiar, referindo-a à realidade de bloqueio que é produzida pelas restrições próprias às APAs.

Parte I:
A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS: A CONSTRUÇÃO DE
UM OBJETO DE PESQUISA

Nesta primeira parte do trabalho procurou-se mostrar os parâmetros que balizaram a construção do objeto de pesquisa ao longo do percurso teórico-metodológico trilhado.

Para tanto, no primeiro capítulo partimos de uma reconstituição da articulação das categorias presentes em nossa revisão da literatura, bem como a problemática de pesquisa e as hipóteses de trabalho. Esta articulação teórica norteou o estudo, tanto do ponto de vista da pesquisa de campo realizada, quanto da análise dos resultados.

No segundo capítulo, buscou-se detalhar a viabilização metodológica deste estudo através das diferentes abordagens e métodos utilizados para a discussão de nossa problemática de pesquisa.

1. A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo deste capítulo é sintetizar o quadro de referência teórica. Para tanto, parte-se de algumas noções centrais, consideradas adequadas para analisar tanto os mecanismos de permanência da agricultura familiar quanto seus elementos de mudança: os conceitos de reprodução, de habitus, de estratégia, bem como de redes sociais³ e a discussão sobre a sociabilidade como uma dimensão fundamental da vida cotidiana. Em linhas gerais, compreende-se a agricultura familiar como uma realidade em processo, em reprodução, mediada pelas estratégias engendradas pelos agricultores familiares.

1.1 REPRODUÇÃO, HABITUS E ESTRATÉGIA

A reprodução da vida social envolve tanto a mudança de algumas estruturas quanto a permanência de outras. É um processo dinâmico, não implica na perpetuação imutável de uma realidade: dá-se em meio a transformações e adaptações, viabilizadas pelas *estratégias* engendradas pelos indivíduos. Como nos sugere BOURDIEU (1994, 1992), a dinâmica social, necessariamente marcada pela produção e *re-produção* das condições de sobrevivência, pode ser focalizada através da geração de estratégias de reprodução: *Longe de ser o produto automático de um processo mecânico, a reprodução da ordem social ocorre somente através das estratégias*⁴ (BOURDIEU, 1992, p. 114).

Estas estratégias seriam o *produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire na*

³ No nosso estudo, tratamos da noção de rede social para definir o tipo de relação social que pudemos identificar na investigação do acesso ao trabalho, à alimentação, à terra, ao lazer. Sendo assim, não se trata da aplicação estrita da metodologia do estudo de redes.

⁴ Tradução da autora. No original: *Loin d'être le produit automatique d'un processus mécanique, la reproduction de l'ordre social s'accomplit seulement à travers les stratégies*. (BOURDIEU, 1992, p. 114).

*infância à medida que se participa das atividades sociais*⁵ (BOURDIEU, 1986, p.91). No entanto, os indivíduos não constroem estratégias livremente como desejam, mas sobretudo como podem frente às condições cotidianas de sobrevivência, sejam estas da dimensão sociocultural, econômica ou política. Nesta mesma perspectiva, FERREIRA (1995) enfatiza a restrição de possibilidades não deliberadas somente segundo a vontade dos indivíduos. Seguindo BOURDIEU (1990), considera a estratégia *não como um ato de livre escolha do indivíduo, mas como um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem*⁶ (FERREIRA, 1995, p.15).

Pensando a geração de estratégias no plano de um jogo, podemos dizer que *o bom jogador se faz a cada instante mediante as exigências do jogo. Isto supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variáveis, jamais perfeitamente idênticas. O que não assegura a obediência mecânica à regra explícita, codificada (quando ela existe)*⁷ (BOURDIEU, 1986, p. 91). Assim, podemos perceber a estratégia como síntese de dois elementos contrários, neste caso a regra e a criatividade: por um lado restrita às regras do jogo, por outro, mediada pela criatividade da adaptação não literal a esta.

Esta coexistência de processos contrários na compreensão do conceito de estratégia marca uma ruptura com a visão unilateral da dinâmica social. Seriam unilaterais tanto uma visão extremamente objetivista na qual o indivíduo se submete à uma estrutura (a qual não modifica) quanto uma visão que consagre absoluta liberdade de ação do indivíduos.

A estratégia é o resultado da articulação de um senso prático, de um *habitus*⁸: *o habitus é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada,*

⁵ Tradução da autora. No original: *le produit du sens pratique comme sens du jeu, d'un jeu social particulier, historiquement défini, qui s'acquiert dès l'enfance en participant aux activités sociales (...)* (BOURDIEU, 1986, p.91).

⁶ Tradução da autora. No original: *un acte librement choisi par l'individu, mais comme un exercice de sens pratique de la part d'agents sociaux qui cherchent à concrétiser leurs perspectives et projets dans le cadre des conditions propres à l'univers social spécifique où ils vivent* (FERREIRA, 1995, p.15)

⁷ Tradução da autora. No original: *Le bon joueur (...), fait à chaque instant ce qui à faire, ce que demande et exige le jeu. Cela suppose une invention permanente, indispensable pour s'adapter à des situations indéfiniment variées, jamais parfaitement identiques. Ce que n'assure pas l'obéissance mécanique à la règle explicite, codifiée (quand elle existe)* (BOURDIEU, 1986, p. 91).

⁸ BOURDIEU (1986) diferencia *habitus* e *hábito*: *O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutor que produtor. Eu gostaria de insistir na idéia de*

situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (BOURDIEU, 1996). O *habitus* fornece uma referência ao futuro, tendo por base o passado que o constituiu. Neste processo, o próprio *habitus* se reatualiza. BOURDIEU (1992) reforça este caráter dinâmico do *habitus*, ou seja, este não é totalmente predeterminado: *O habitus não é o destino (...) é o produto da história, é um sistema de disposições aberto, que é confrontado com experiências novas o tempo todo e é afetado por estas, também incessantemente. Ele é durável, mas não imutável*⁹ (BOURDIEU, 1992, p. 108-109). É importante ressaltar que, mesmo pressupondo este caráter dinâmico do *habitus*, este está incorporado no indivíduo como resultado de um longo processo de socialização de caráter cotidiano, pois é uma *estrutura estruturante*, além de ser, simultaneamente *estruturada* (BOURDIEU, 1992):

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1980, p.188).

Através da articulação das disposições constituintes do *habitus*, os indivíduos, dotados deste senso prático que contém as “regras do jogo”, engendram as estratégias. Sendo assim, para identificarmos as estratégias adotadas pelos agricultores, é preciso entender o senso prático que as alimenta.

GODOI (1999), em seu trabalho¹⁰ sobre a história da ocupação e da sucessão das terras, enquanto estratégias de reprodução *camponesa* (GODOI,

que o habitus possui um caráter gerador, criador. [Tradução da autora. No original: *L’habitude est considérée spontanément comme répétitive, mécanique, automatique, plutôt reproductive que productrice. Je voulais insister sur l’idée que l’habitus est quelque chose de puissamment générateur.* (BOURDIEU, 1986, p. 57).] Ou seja, reforça o caráter criador, produtor do *habitus*.

⁹ Tradução da autora. No original: *L’habitus, n’est pas le destin que (...). Étant le produit de l’histoire, c’est un système de dispositions ouvert, qui est sans cesse affronté à des expériences nouvelles et donc sans cesse affecté par elles. Il est durable mais non immuable.* (BOURDIEU, 1992, p. 108-109).

¹⁰ Seu estudo foi realizado no sertão do Piauí, município de São Raimundo. GODOI, E. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

1999, p. 41), se apropria também da noção de *habitus*: *essa noção de habitus vai nos ajudar a pensar como se dá a ocupação e sucessão das terras e a apropriação da natureza e atualização da ética subjacente à estas práticas.* (GODOI, 1999, p. 29). Assim, a compreensão das estratégias engendradas pelos agricultores em seu estudo, é mediada pela compreensão do *habitus*: *O grupo, assim, não se define só espacialmente, mas historicamente também; ele possui uma memória social e coletiva, enfim, uma história, que é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos. Esta idéia de história incorporada e recriada se aproxima da noção de habitus de P. Bourdieu.* (GODOI, 1999, p. 29).

As estratégias implicam no aspecto inovador das práticas dos indivíduos: *Ainda que as experiências funcionem dentro de um horizonte de familiaridade, que se pressupõe, até novo aviso, como um acervo inquestionado – ainda que questionável a qualquer momento – de conhecimento imediato; ou, como nos alerta Bourdieu, a prática não é simples execução, ela comporta uma capacidade ativa, inventiva e criadora* (GODOI, 1999, p. 29).

Através das estratégias, os indivíduos criam novas *modalidades de conduta*, que são *improvisações regradas* das práticas sociais segundo MARTINS (2002). A prática dos sujeitos é informada pelo aspecto “regulador” do *habitus*, na medida em que este *constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação* (MARTINS, 2002, p. 165). Este autor também reconhece a relação dinâmica entre *habitus* e prática, o que este ator chama de modalidades de conduta para a improvisação (regrada): a estratégia.

A estratégia contém as predisposições do *habitus* e, simultaneamente, através da prática do sujeito, permite a reatualização do *habitus* frente às condições históricas, cotidianas. Neste caso *habitus* e estratégia não se confundem, mas também não se opõem. A estratégia veicula o sentido do jogo (incorporado no indivíduo através da socialização do *habitus*). Ao jogar o indivíduo não transfere automaticamente este sentido, pois observa as condições atuais do jogo, munido da forma que aprendeu a ver e a agir neste. No entanto, mediante as condições práticas com as quais se defronta, cria formas de agir, tendo por base as formas de agir que aprendeu. Informado pelo seu *habitus*, constrói a estratégia que lhe garanta determinado espaço cobiçado dentro do campo onde

está “jogando”. Sendo assim, o conceito de estratégia é o que traduz em Bourdieu o potencial de adaptação criativa e de transformação.

O estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar implica na compreensão das condições e possibilidades de ação às quais estes agricultores têm se defrontado, o que procuramos identificar através do acesso à terra, à alimentação, ao trabalho e ao lazer. Sendo que para agir, através das estratégias, agricultor se apóia no *habitus*, procuramos identificar elementos deste.

O *habitus* do agricultor familiar pode ser entendido como seu *patrimônio sociocultural* (LAMARCHE 1997, 1998) Este tipo de patrimônio, segundo LAMARCHE (1997), é um capital de conhecimento, um conjunto de valores que orientam a forma de *produzir e de viver*. No mesmo sentido, WANDERLEY (1996), entende o patrimônio sociocultural como um saber tradicional, uma cultura própria. Sendo assim, este alimenta o *habitus* que, através das estratégias, permite reproduzir a forma de viver, seja no sentido material, social ou simbólico. Composto de elementos materiais e simbólicos, o patrimônio sociocultural informa os agricultores, oferece soluções que se concretizam através das estratégias.

A noção de *modo de vida*, que discutimos a seguir, nos permite integrar a idéia da reprodução viabilizada por estratégias alimentadas por este *habitus* do agricultor familiar.

1.2. A REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA

Segundo WANDERLEY (1996), a agricultura familiar compreende uma atividade econômica que tem explicitamente implicação social; mais que um recurso econômico de sobrevivência, caracteriza um modo de vida peculiar. Através da noção de modo de vida, procuramos desenvolver uma compreensão mais ampla da reprodução da agricultura familiar, de modo que possamos identificar estratégias de diferentes dimensões, pois, para BRANDENBURG,

O “modo de vida” é entendido como sendo a expressão de um “ser cultural” e das condições de vida material. O modo de viver é determinado pelas condições

culturais e materiais, e ao mesmo tempo determinante na definição do espaço em que se vive: a casa, o alimento, a informação que se busca, os meios de proteção, enfim, os bens materiais. Assim como as condições materiais e culturais estão inter-relacionadas, modo de vida e condições de vida também o estão. O modo de vida é então a expressão cultural das condições materiais e culturais de existência. (BRANDENBURG, 1999, p.111).

Como nos sugere HEREDIA (1979) a respeito da análise da organização interna de unidades de produção camponesas¹¹, trata-se do estudo da *morada da vida*, pois o local de trabalho, moradia, alimentação, lazer é único: a casa, a terra, a comunidade. Neste sentido de totalidade do trabalho rural, este faz parte da vida do produtor. Também ANTÔNIO CÂNDIDO (1979) sugere que, ao estudar o trabalho, a alimentação, os costumes, enfim, a vida do trabalhador rural, podemos falar numa sociologia dos meios de vida, que envolve a investigação do trabalho, da vida social, da forma de organização. Este autor enfatiza a questão da alimentação que nos permite visualizar tanto a mobilização de trabalho e recursos sociais na sua obtenção, bem como significados simbólicos e formas de sociabilidade:

(...) a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é seu primeiro e mais constante mediador (...) Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades(...) Do ponto de vista social, a alimentação só se torna inteligível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la. (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.28).

O estudo da alimentação do agricultor familiar¹², como também observado, em nossa pesquisa, pode revelar várias dimensões do modo de vida, entre elas o tipo de relação de trabalho para obtenção do alimento, a comensalidade, os

¹¹ Trata-se de um estudo sobre o que a autora chama de *campesinato marginal à plantation* na Zona da Mata de Pernambuco: HEREDIA, A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹² Em outro trabalho realizado sobre os hábitos alimentares em Batuva, já pudemos perceber, por exemplo, a importância do trabalho familiar, bem como a solidariedade das famílias através da doação de alimentos. (FRANCISCO, E. **Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba**. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000)

valores simbólicos específicos de seu patrimônio sociocultural. Como também nos afirma BRANDÃO (1981)¹³,

Quando convidado a falar sobre sua vida, o lavrador de Mossâmedes fala sobre seu trabalho. Quando ele fala a respeito de seu trabalho, está falando sobre como e onde produz, adquire e consome alimentos. Entre as muitas e complexas atividades e relações de produção direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circular tipos de “mantimento” e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo. (BRANDÃO, 1981, p. 8).

Em se tratando da garantia de reprodutibilidade do modo de vida do agricultor familiar, LAMARCHE (1997) atribui uma importância essencial ao patrimônio sociocultural. Pela articulação deste patrimônio com a geração de estratégias para fazer face à mudança (resultante da legislação ambiental numa APA, por exemplo) ou para integrá-las ao seu modo de vida, historicamente a agricultura familiar tem se reproduzido. Assim, os agricultores familiares que conseguem, através da articulação de seu *patrimônio sociocultural*, engendrar tais estratégias, têm maiores possibilidades de garantir a reprodução.

Frente a esta articulação dos conceitos de reprodução, estratégia, habitus, patrimônio sociocultural e modo de vida, seguem algumas de suas implicações frente à compreensão da agricultura familiar.

1.3. A AGRICULTURA FAMILIAR

A *agricultura familiar* é uma forma de agricultura específica, que se singulariza pelo trabalho preponderantemente familiar. A reprodução do patrimônio garante a sobrevivência social e biológica desta família que trabalha, caracterizando uma relação diversa da capitalista porque não apoiada fundamentalmente na *mais-valia*. Também a gerência¹⁴ do trabalho e do

¹³ Trabalho sobre o campesinato goiano: BRANDÃO, C. *Plantar, colher e comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

¹⁴ Como nos sugere RASIA (1987), existe uma *gestão familiar* responsável pela administração do patrimônio. RASIA, J.. *Criança e trabalho no campo: Socialização, trabalho e educação: a*

estabelecimento estão a cargo da família que, para sobreviver, reproduz seu patrimônio (material e sociocultural). O ritmo, a penosidade deste trabalho são definidos pela família na “medida necessária” para sua reprodução ou para a reprodução do seu estabelecimento¹⁵.

O motor que designa a necessidade de trabalho é a reprodução da família e do patrimônio que contém os meios de produção. Sendo assim, tanto o trabalho quanto o capital e o trabalhador não são separados como o seriam dentro de uma empresa capitalista de exploração agrícola, por exemplo. Nesse sentido, WANDERLEY (1998), partindo de CHAYANOV (1966), sugere que a reprodução do patrimônio depende do rendimento obtido na atividade produtiva, e tal rendimento é *indivisível*:

Em consequência desse caráter específico da produção familiar, o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo capitalista. Com efeito, neste último, em razão da separação entre o capital e o trabalho, é possível distinguir não só o salário como as diversas parcelas em que se divide a mais-valia (...) Na unidade familiar de produção, pelo contrário, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo capital ou como renda da terra. (...) É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, a empresa familiar dos recursos produtivos que necessita, e a própria família do fundo de consumo necessário à sua manutenção. (WANDERLEY, 1998, p.32)

Embora dependentes do mercado e da própria lógica deste, na agricultura familiar ainda identifica-se este papel preponderante da gerência familiar e, em grande parte dela, do trabalho familiar, na organização do processo de produção. Apesar de ser regida por uma lógica com especificidades em relação à lógica capitalista-patronal, a agricultura familiar está inserida no processo mais amplo de reprodução do capital. Possui uma autonomia relativa em relação à entrada na economia mais ampla, visto que é uma forma de organizar a produção e existe no âmbito de diferentes modos de produção¹⁶.

criança na força de trabalho rural. UNICAMP, Faculdade de Educação. Tese de doutoramento. (mimeo), 1987.

¹⁵ Discutimos posteriormente, principalmente a partir de CHAYANOV (1966) o ritmo, a penosidade e a medida necessária do trabalho.

¹⁶ Segundo WANDERLEY (1998), (...) *a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a*

A agricultura familiar, segundo LAMARCHE (1997), é orientada por uma *lógica familiar* que, alimentada por um *patrimônio sociocultural*, define a especificidade da relação entre o trabalho, a família e a propriedade: O *estabelecimento familiar, tal como a percebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores no funcionamento do estabelecimento engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução do trabalho.* (LAMARCHE, 1997, p. 15).

Existem, no entanto, *diferentes graus de intensidade*¹⁷ das *lógicas familiares* (LAMARCHE, 1998, p.63), ou *nível familiar dos comportamentos* (LAMARCHE, 1998, p.62). Estes diferentes graus de intensidade das lógicas familiares constituem, segundo este autor, um dos principais elementos da diversidade da agricultura familiar.

Todos nós conhecemos estabelecimentos em que a família desempenha um papel fundamental e outros estabelecimentos em que, ao contrário, esse papel é limitado, quando não totalmente inexistente. Entre estes dois extremos, existem obviamente múltiplas situações intermediárias. Essa função discriminante do papel da família na organização da produção agrícola sendo geralmente reconhecida, podemos admitir a existência de lógicas familiares de funcionamento diferentes e pretender evidenciá-las. (LAMARCHE, 1998, p.63).

Outro elemento de diversidade, segundo a perspectiva deste autor, seria o nível de dependência do mercado, sendo este visto num sentido amplo, tanto em relação à dimensão tecnológica quanto financeira, comercial, simbólica. Os diferentes graus de intensidade deste dois elementos, a *lógica familiar*¹⁸ e a

obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional (WANDERLEY, 1996, p. 2).

¹⁷ Este autor define estes graus a partir dos três temas: a terra, o trabalho e a reprodução familiar. Para compor a caracterização de cada um destes, utilizou duas dimensões: dados da situação concreta do estabelecimento e dados de opinião a respeito do tema.

¹⁸ Para LAMARCHE, podemos entender a *lógica familiar* a partir da relação do agricultor com a terra, o trabalho e a reprodução do estabelecimento. Em relação à terra, podemos diferenciar um grupo de agricultores familiares ligados à seu patrimônio marcado por valores simbólicos. Por outro lado, pode-se encontrar uma relação caracterizada pela compreensão da terra como um instrumento de trabalho, ou até mesmo objeto de especulação. Quanto à organização do trabalho, a força de trabalho pode variar de essencialmente familiar até a preponderantemente externa à esta. Finalmente, em se tratando da reprodução do estabelecimento levou-se em conta a profissão dos filhos, o projeto profissional dos pais em relação aos filhos; o destino dos futuros investimentos do produtor.

*dependência do mercado*¹⁹ gerariam situações diferentes no interior do que entendemos como agricultura familiar.

Tendo em vista estas considerações gerais sobre a reprodução da agricultura familiar, retoma-se a questão norteadora deste estudo: quais seriam as estratégias engendradas por agricultores familiares numa Área de Proteção Ambiental?

Para discutir esta questão, realizou-se o estudo de caso²⁰ numa comunidade rural de agricultores familiares numa APA, em Rio Verde (Guaraqueçaba).

A princípio, baseando-se nas informações viabilizadas: a) pela enquete realizada neste município; b) pelos trabalhos já realizados na região; c) pelos primeiros contatos com algumas comunidades (entre elas Rio Verde) e d) pela literatura pesquisada sobre o tema, pensou-se que uma estratégia importante de reprodução seria a inserção dos agricultores em redes sociais.

À medida que a pesquisa empírica foi sendo realizada, evidenciou-se que o modo de vida reproduzido pelos agricultores familiares em Rio Verde possuía algumas características relatadas por CHAYANOV (1966), MENDRAS (1979) e WANDERLEY (1986) do que se pode entender como agricultura familiar do tipo camponesa.

Tal como apontado por LAMARCHE (1997, 1998), a agricultura familiar camponesa, bem como a agricultura familiar de subsistência são regidas preferencialmente por uma lógica bastante familiar ligada a pouca dependência do mercado: *Compostas por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro é satisfazer as necessidades familiares.* (LAMARCHE, 1998, p.70).

¹⁹ A dependência tecnológica é uma das variáveis que compõe a dependência ao mercado, bem como a financeira e a comercial. Visto que podemos classificar os sistemas de produção tendo por base as técnicas utilizadas, a dependência tecnológica consiste no acesso a diferentes tipos de insumos, assistência de especialistas e outros. Além disso, cada sistema de produção exige, segundo seu grau de intensificação e as condições de comercialização, determinado suporte financeiro. Os diferentes graus de dependência financeira variam conforme a disponibilidade dos meios de financiamento e, conseqüentemente, o nível de dependência à que submetem o agricultor.

Em relação à comercialização, alguns agricultores familiares destinam sua produção animal e vegetal preponderantemente para o autoconsumo familiar. Por outro lado, podemos encontrar a situação inversa, quando a produção está essencialmente voltada ao mercado.

²⁰ O próximo capítulo detalha o percurso metodológico deste estudo.

Levando em conta o projeto do agricultor para o estabelecimento, no âmbito da agricultura de subsistência, o objetivo maior é de preservar estruturas permitindo a sobrevivência da família. Em se tratando da agricultura familiar camponesa, o projeto de reprodução do estabelecimento envolve, inevitavelmente, a reprodução do modo de vida e do patrimônio sociocultural.

No entanto, os limites entre um tipo e outro dependem da história das estratégias de sobrevivência da família, do estabelecimento e da sua própria inserção social mais ampla. Como nos sugere WANDERLEY, em dado momento, a realização da agricultura de subsistência em detrimento da reprodução do patrimônio sociocultural pode ser uma estratégia: *Há situações em que por razões históricas e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando sua sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família.* (WANDERLEY, 1996, p.09).

Pôde-se observar em Rio Verde esta oscilação entre estas duas formas de agricultura familiar. Portanto, mais que classificar o tipo de agricultura familiar observado, optamos por retomar nosso referencial teórico para aprofundar a compreensão das características da agricultura familiar em Rio Verde que foram se delineando durante nosso estudo.

Para tanto, ressaltamos a compreensão de algumas características que definem o camponês em função do seu trabalho e das suas relações comunitárias e com a sociedade em geral.

Segundo MENDRAS (1978) o camponês se define, essencialmente, no interior de um meio social bastante específico, a *sociedade camponesa*: *Salientamos um corolário essencial desse modelo: é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês (...) é a cidade que faz o cidadão; o homem só existe em sua sociedade; se esta se transforma ou se desagrega, ele se transforma e se desagrega.* (MENDRAS, 1978, P.15). Segundo este mesmo autor, a sociedade camponesa seria um tipo ideal definida por cinco traços, em função:

- a) das relações da sociedade camponesa com a sociedade em geral, que se caracterizaria pela autonomia relativa: *A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera suas originalidades.* (MENDRAS, 1978, p.14);

- b) da essencialidade atribuída ao grupo doméstico na organização econômica e também social,
- c) do sistema econômico, segundo este autor, de *autarquia relativa*, já que *não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente* (MENDRAS, 1978, p.15);
- d) das relações internas de *interconhecimento*, por um lado, e de relações *débeis com as coletividades circunvizinhas* (MENDRAS, 1978, p.15);
- e) do papel de mediação entre a coletividade camponesa e a sociedade mais geral, atribuída aos *notáveis* (MENDRAS, 1978, p.15).

Assim, se podemos definir os outros tipos de agricultura familiar em função da dependência do mercado e da lógica familiar a agricultura familiar camponesa, além de possuir pouca dependência daquele e de implicar numa lógica bastante familiar, se reproduz, necessariamente, à medida que reproduz todo o modo de vida. No entanto, não se trata de negar que agricultores familiares modernos ou outros tipos de agricultores familiares não reproduzam um modo de vida. A característica diferenciadora da agricultura familiar camponesa seria a maior importância da reprodução do patrimônio sociocultural partilhado pelos camponeses. E neste sentido, estudos que procuram investigar estratégias de reprodução entre agricultores familiares camponeses, como HEREDIA (1979) e GODOI (1999), evidenciaram esta dimensão descrita também por WANDERLEY (1996):

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar. O campesinato tem, pois, uma cultura própria que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local (...). (WANDERLEY, 1996, p.07).

Existe um *habitus* camponês proveniente do modo de vida, do patrimônio sociocultural partilhado, fazendo com que todos os membros de uma sociedade camponesa, e não somente aqueles que trabalham a terra – sejam parte dela. Ou seja, para MENDRAS, os rurais, mesmo os não agricultores, compartilhavam do modo de vida desta sociedade.

Mesmo revestida de outras características atuais, em função principalmente das várias formas de estabelecer relações com a sociedade em geral, podemos identificar este tipo de agricultura familiar camponesa, como nos garante WANDERLEY:

(...) o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social. (WANDERLEY, 1996, p.11).

Desenvolvemos em seguida duas questões ligadas à reprodução deste modo de vida: o trabalho e as formas de sociabilidade do camponês. Através destas, pretendemos articular as discussões precedentes, pois, sendo a agricultura familiar camponesa entendida como um modo de vida, o estudo do trabalho e da sociabilidade revelam estratégias de reprodução deste.

1.3.1 O TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

O camponês mobiliza trabalho segundo um *cálculo econômico* peculiar: o trabalho necessário depende das *bocas que têm de ser alimentadas* (MENDRAS, 1978, p.44):

Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros: as crianças e os velhos são bocas a serem alimentadas, mas seus braços têm pouca utilidade no trabalho; os jovens e os adultos, ao contrário, produzem mais do que comem, e uma compensação se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que, no correr de sua vida, passará por todas as situações. (MENDRAS, 1978, p.44).

MENDRAS (1978) parte aqui de CHAYANOV²¹ quando se refere a este “cálculo”, pois a reprodução da família depende da capacidade da mesma realizar o trabalho necessário para repor o consumo. Inevitavelmente, o trabalho, ou como sugere este autor, a atividade econômica da família, depende da composição e do tamanho desta. Logo, depende também da variação oriunda das fases da vida biológica da família, analisada aqui a partir da existência de consumidores e mão-de-obra potenciais²². Dessa forma, uma família composta pelo casal e filhos pequenos possui maior número de consumidores (pais e filhos) e menor mão-de-obra disponível (pais).

*A mão-de-obra do estabelecimento camponês é inteiramente determinada pela disponibilidade de força de trabalho potencial entre os membros da família. É por este motivo que o limite máximo possível de volume de atividade depende da quantidade de trabalho que sua mão-de-obra pode fornecer mediante utilização e intensidade máximas. Da mesma forma, o menor volume é determinado pela soma de bens materiais absolutamente essenciais para a sobrevivência da família*²³ (CHAYANOV, 1966, P.53).

O equilíbrio entre a necessidade de consumo e a produção, levando em consideração as diferentes fases biológicas da vida da família, depende da avaliação do chefe da família. Assim, o funcionamento da unidade de produção familiar está submetido ao balanço entre o trabalho necessário e a reprodução da família:

Para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente na própria composição da família (...) em cada momento da evolução da família, sua composição determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo. Cabe ao chefe da família/empresa a responsabilidade de efetuar avaliações subjetivas que permitam definir o grau e a intensidade da auto-exploração de sua força de trabalho. (WANDERLEY, 1998, p.33).

²¹ MENDRAS utilizou-se das proposições de CHAYANOV e assinala na sua obra: *Tchayanov e seus colegas do seminário de economia agrária de São Petersburgo foram sem dúvida os primeiros a fazer essa teoria da economia camponesa (...)* (MENDRAS, 1978, p.44).

²² A partir desta proposição construímos um mapa da relação entre o número de consumidores e de trabalhadores para cada domicílio de Rio Verde, a comunidade pesquisada, como podemos ver no capítulo 4.

²³ Tradução da autora. No original: *The labor force of the peasant farm is entirely determined by the availability of able-bodied family members. That is why the highest possible limit for volume of activity depends on the amount of work its labor force can give with maximum utilization and intensity. In the same way the lowest volume is determined by sum of material benefits absolutely essential for the family's mere existence.* (CHAYANOV, 1966, P.53).

Ao realizar este balanço entre trabalho e consumo, ou, como nos sugere WANDERLEY, efetuar esta *avaliação subjetiva*, o agricultor estaria fazendo uso da articulação da lógica familiar, disponível em seu *patrimônio sociocultural* (LAMARCHE, 1997, 1998). A reprodução da família e a manutenção do patrimônio é que definem a necessidade de trabalho. CHAYANOV (1966) sugere então que se estabelece uma relação distinta da capitalista entre o produtor e o trabalho, pois, por princípio, este produtor é um trabalhador que detém a maior parte de seus meios de produção²⁴.

O trabalho, dentro da lógica familiar camponesa, está diretamente relacionado à reprodução imediata da família: *O camponês trabalha a terra para se nutrir; toda teoria da economia camponesa não é mais que o comentário dessa frase lapidar.* (MENDRAS, 1978, p. 44). Afirmar que se trabalha para se nutrir implica em atribuir ao trabalho grande importância na garantia da sobrevivência. Além disso, por meio da reprodução dos elementos simbólicos do patrimônio sociocultural através deste trabalho, o agricultor familiar camponês reproduz seu modo de vida. Um destes elementos simbólicos é a sociabilidade específica das relações entre camponeses e entre estes e a sociedade em geral, como veremos a seguir.

1.3.2 RELAÇÕES DE INTERCONHECIMENTO E SOCIABILIDADE

Para WANDERLEY (1996) a agricultura camponesa se define não pela sua pequena dimensão por *dispor de poucos recursos e ter restrições para potencializar suas forças produtivas* (WANDERLEY, 1996, 10), mas

²⁴ Segundo DURAND (1990), CHAYANOV identifica na agricultura familiar o aspecto de realização humana através do trabalho, o que não ocorre no trabalho imerso em uma lógica capitalista, de acordo com a análise marxista: *Tchayanov adhère sans détour à cette forme sociale de la production agricole que constitue l'exploitation agricole familiale; héritée du passé, elle constitue l'avenir même puisqu'elle permet à l'homme de se réaliser en tant que créateur.* (DURAND, 1990, p.319). Além disso, DURAND (1990) identifica na relação com o trabalho, além da possibilidade de realização humana, a detenção dos meios de produção, o que não permite a proletarianização direta do produtor. Entretanto, por estar ligado à economia de mercado tende a sofrer o processo de *proletarianização*, embora não seja um proletário: (...) *le producteur agricole, même intégré dans le procès de capitalisation, demeure propriétaire de ses moyens de production (...) même s'il subit un processus de prolétarianisation n'est pas un prolétaire.* (DURAND, 1990, p.329).

essencialmente pelas relações internas e externas entre estes agricultores e a sociedade em geral. Logo, seja pela sociabilidade específica, seja pelas relações que estabelece com a sociedade, a agricultura camponesa se diferencia de outros tipos de agricultura e até mesmo de outros modelos produtivos, como evidenciado em LAMARCHE (1997, 1998).

MENDRAS, em se tratando da sociabilidade, caracteriza a sociedade camponesa como detentora de *relações de interconhecimento*, como também nos sugere WANDERLEY (1996). Uma relação de interconhecimento supõe que o indivíduo seja conhecido²⁵ por todos de forma integral, por um lado. Por outro, supõe-se que este indivíduo conheça os outros também dessa forma: *o conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade de interconhecimento* (MENDRAS, 1978, p.88). Neste tipo de relação social, os papéis dos indivíduos permanecem difusos: *(...) o indivíduo que cumpre uma tarefa não é jamais um detentor de um papel (...) o status de um indivíduo é um status global e indiferenciado, que não pode ser dissociado em um certo número de proposições das quais seria constituído (...) como nas sociedades industriais.* (MENDRAS, 1978, p.88).

A sociabilidade, neste caso, implica em trocas simbólicas que preservam as relações de interconhecimento. Nos diferentes momentos de sociabilidade o indivíduo não executa o papel atribuído a um momento de lazer, por exemplo. Evidencia-se o reconhecimento do outro como indivíduo integral, e não através de um papel desempenhado. Por consequência, à medida que a sociabilidade preserva as relações de interconhecimento, torna-se numa estratégia de reprodução simbólica do modo de vida. Tendo por base a existência das relações de interconhecimento peculiares da agricultura camponesa, A seguir discutimos o papel que este tipo de sociabilidade teria na geração de estratégias.

Segundo SIMMEL (1983), a sociabilidade pressupõe formas e conteúdos diversos. É uma forma autônoma ou lúdica de *sociação*, pois seria próprio do homem estar com o outro.

²⁵ Como nos define MENDRAS (1978), conhecer, neste sentido, *(...) não se trata de uma percepção ocasional e parcial, limitada a um quadro social ou a uma atividade particular, como é regra na sociedade urbana, mas, ao contrário, de um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, no conjunto de suas posições sociais atuais e passadas, e nas particularidades de sua personalidade. Na cidade, podemos perceber o indivíduo que cumpre um papel (o vendedor de uma grande loja, por exemplo), mas não o conhecemos como pessoa.* (MENDRAS, 1978, p.88).

A sociabilidade, tal como proposta por este autor se diferencia da socialização, já que esta prescinde de uma forma e de um conteúdo mais específico. A socialização media a vida social incorporando nos indivíduos determinados padrões culturalmente definidos. A sociabilidade, apesar de reforçar tais padrões de comportamento, tem forma e conteúdo mais fluídos, efêmeros, embora socializantes num certo sentido

A sociabilidade pode ser pensada como a prática de um jogo, - onde é imprescindível a reciprocidade, que tem forma específica - visto que suas formas possíveis são incorporadas nos indivíduos mediante a socialização cotidiana. Estes acabam por conter o resultado do processo de socialização²⁶, que lhes oferece o que Bourdieu chama de *regras do jogo* (BOURDIEU, 1990).

Assim, para fazer parte de um momento de sociabilidade, o indivíduo deve ter sido suficientemente equipado (pela socialização) das *regras do jogo* necessárias para cada ocasião. A sociabilidade pressupõe, como vimos até este ponto, a existência de um *habitus* que é socializado através da convenção de determinadas formas de encontro, de sociabilidade. Ou seja, os indivíduos se revestem de máscaras que congregam as *regras do jogo* (BOURDIEU, 1990), neste caso do *jogo da sociabilidade*, saciando uma necessidade humana de encontro, de troca, de reciprocidade simbólica, tal como nos afirma SIMMEL (1983).

As relações de interconhecimento reproduzem um tipo específico de sociabilidade. Mas além disso, geram determinadas relações que poderíamos chamar de redes sociais.

1.3.2.1 REDES SOCIAIS

O objetivo, ao discutir redes sociais, é compreender as características específicas que as definem, tendo em vista que a sociabilidade é um dos

²⁶ Como nos sugere ZAIDMAN (1993) sobre maneiras à mesa, existem comportamentos necessários para que se possa ocorrer o *jogo da sociabilidade*. Assim que se tomam um hábito, um controle sobre o corpo, as normas sociais foram interiorizadas. É um *saber social* partilhado pelo grupo, necessário para entrar e permanecer nesse. Ou seja, sem regras de convívio não é possível estabelecer redes de sociabilidade.

elementos que formam e mantêm estas redes. Vale a pena ressaltar que as características destas redes, bem como sua formação, vão além das relações de interconhecimento próprias do modo de vida camponês. Isto porque a comunidade necessariamente constrói relações com agentes externos, nem sempre compreensíveis dentro da lógica camponesa de relações de interconhecimento.

Sendo assim, as redes sociais, no interior do contexto que estamos estudando, dependem de uma sociabilidade específica, marcada preponderantemente pelas relações de interconhecimento, mas que podem ser consideradas como um processo social específico.

No início dos contatos realizados nessa pesquisa, percebeu-se a formação de alguns grupos de famílias dentro da comunidade. No interior destes grupos identificou-se, além de determinada sociabilidade vivenciada – como, por exemplo, em alguns momentos de lazer²⁷ –, a existência de trocas de alguns elementos como alimentos, utensílios, trabalho. Estes grupos pareceram possuir algumas características do que DELGADO (1999) entende por redes sociais: *são relações intra e inter familiares de cooperação e auto-ajuda que proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar (...) relações gratuitas, de difícil mensuração quantitativa, são cruciais para explicar as condições peculiares de sobrevivência (...) (DELGADO, 1999, p.13-16).* No entanto, conforme o desenvolvimento da pesquisa de campo, percebeu-se que existia certa reciprocidade, ao contrário de relações gratuitas, como sugere DELGADO (1999). Mediante esta constatação, procurou-se incorporar a questão das trocas na compreensão da formação e manutenção das redes sociais.

Em relação às trocas, identificamos em alguns estudos a importância da reciprocidade entre agricultores familiares. Num estudo sobre o trabalho familiar, de pequenos agricultores no nordeste brasileiro, HEREDIA (1979) evidencia a importância da reciprocidade: *A troca de bens e serviços entre vizinhos é constante. Diariamente, crianças, mandadas pelos pais, vão à casa de um vizinho pedir emprestado algum utensílio de cozinha, frutas ou qualquer objeto necessário naquele momento em sua casa, entre os quais se incluem também ferramentas. É preferível solicitar algo emprestado ao vizinho que retribui pedindo alguma coisa em troca.* (HEREDIA, 1979, p. 45).

²⁷ No capítulo sete da segunda parte retomamos a discussão sobre lazer e sociabilidade.

Para DURHAN (1984), podemos falar em *reciprocidade direta*²⁸ subjacente ao que chama de *comunidades rurais tradicionais* em seu estudo sobre a emigração do meio rural para São Paulo²⁹. Sugere que entre as comunidades rurais brasileiras *A organização social se fundamenta (...) na reciprocidade direta entre elementos equivalentes*. (DURHAN, 1984, p.79). A reciprocidade não parece ser um elemento exclusivo da sociabilidade, já que esta autora verifica que entre parentes e compadres³⁰, por exemplo, se estabelece uma *rede de deveres e obrigações* que interfere na sobrevivência das famílias.

Como também sugere HEREDIA (1979), *é hábito dar um afilhado para receber outro em troca* (HEREDIA, 1979, p.47), o que estabeleceria uma rede de compadrio baseada na troca de afilhados e obrigações recíprocas. Essa mesma rede de compadrio é identificada por GODOI (1999). Neste seu trabalho encontra-se a descrição do ritual de *passar-a-comadre*, que ocorre durante uma festividade, onde as trocas de afilhados e de compromissos entre padrinhos são reatualizados.

Segundo BOURDIEU (1986) pode-se identificar a reciprocidade enquanto obrigações mútuas, em se tratando de redes sociais. Este autor reforça outro elemento constituinte das redes sociais, a necessidade. Estas redes envolveriam relações vicinais, de parentesco, de trabalho. Redes sociais, ainda para este autor, seriam sustentadas por trocas de *obrigações duráveis*³¹ (BOURDIEU, 1986, p.80) dotadas de elementos materiais, subjetivos e/ou simbólicos. Através destas trocas ocorre o processo de *conhecimento e reconhecimento mútuos*³² (BOURDIEU 1986, p. 80).

²⁸ DURHAN identifica este tipo de reciprocidade direta tanto entre pessoas de famílias diferentes quanto na relação com os santos: *A forma normal de estabelecer a relação com o sobrenatural é a promessa, um contrato entre o crente e a divindade que manifesta plenamente o mesmo caráter de reciprocidade direta característico das relações entre pessoas de famílias diferentes*. (DURHAN, 1984, p.79).

²⁹ DURHAN, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

³⁰ O compadrio pode ser pensado como um parentesco "criado", segundo DURHAN: *Estabelecido em base voluntária, o compadrio de um lado assinala relações preferenciais entre parentes, de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar, criando laços de parentesco ritual. O compadrio permite, deste modo, validar e criar relações de parentesco, o que constitui um fator importante na estruturação de relações sociais em agrupamentos caracterizados pela mobilidade dos membros, como é o caso de bairros caipiras*. (DURHAN, 1984, p.73).

³¹ Tradução da autora. No original: *obligations durables* (BOURDIEU 1986, p. 80).

³² Tradução da autora. No original: *la connaissance et la reconnaissance mutuelles*. (BOURDIEU 1986, p. 80).

Sendo assim, as redes sociais implicariam na necessidade de trocar determinados elementos. A necessidade de retribuir, mesmo que não simultaneamente, de modo que se espera que retribua, sustenta a ligação entre as pessoas envolvidas. Além da necessidade de retribuir, a rede social pensada como uma estratégia de reprodução social, como sugerido neste estudo, é mobilizada também pela necessidade: a manutenção de uma rede que mobiliza trabalho é necessária quando a família do agricultor possui maior número de consumidores que trabalhadores para garantir o consumo³³.

Outra consideração importante sobre redes sociais é que, além de trocar trabalho ou alimento, numa rede social se troca determinado capital social. Este, segundo BOURDIEU (1986) está estreitamente ligado ao capital econômico, cultural e simbólico³⁴. Além disso, depende da capacidade de inserção do indivíduo em redes sociais: *O volume de capital social que um agente possui depende da combinação da rede de ligações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que os demais agentes aos quais ele está ligado possuem*³⁵. (BOURDIEU, 1986, p.70).

Para os fins deste estudo, pretende-se então articular a idéia de capital social como elemento presente nas trocas numa rede social. Para BOURDIEU (1986), a própria noção de rede social está estreitamente ligada à noção de capital social: *o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter reconhecimento*³⁶ (BOURDIEU 1986, p. 79).

Atreladas à comunicação de determinado capital social, as redes têm durabilidade relativa: sua manutenção e mobilização são constantes e dependem tanto da necessidade de mobilização como destas trocas:

³³ Poderemos ver esta proposição com mais detalhes no capítulo quatro da segunda parte deste trabalho.

³⁴ Também para DEGENNE & FORSÉ (1994), o capital social, *irredutível aos outros tipos de capital (no caso capital econômico, político ou simbólico), é constituído pela rede pessoal de um indivíduo e corresponde às oportunidades de acesso ao que se veicula na rede*. Versão da autora. No original: *Irréductible aux autres types de capitaux, il est constitué par le réseau personnel d'un individu et correspond aux chances d'accès à ce que véhicule ce réseau*. (DEGENNE & FORSÉ, 1994, p.136).

³⁵ Tradução da autora. No original: *Le volume du capital social que possède un agent particulier dépend donc de l'étendu du réseau des liaisons qu'il peut effectivement mobilizer et du volume du capital (économique, culturel ou symbolique) possédé en propre par chacun de ceux auxquels il est lié* (BOURDIEU 1986, p. 79).

³⁶ Tradução da autora. No original: *Le capital social est l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionalisées d'interconnaissance et d'inter-reconnaissance* (BOURDIEU 1986, p. 79).

*A existência de uma rede de ligações não é um dom natural, nem social constituído de uma vez por todas por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característico de uma formação social), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir as ligações duráveis e úteis, que asseguram benefícios materiais ou simbólicos*³⁷ (BOURDIEU 1986, p. 79)

Pode-se supor então que os agricultores familiares, pela articulação do seu *habitus*, mobilizam redes sociais para garantir o acesso à diferentes elementos. Seja esta uma estratégia consciente ou não, estaria no domínio da prática destes agricultores. Como sugere BOURDIEU, trata-se da necessidade de manter ligações úteis através das quais se obtém elementos simbólicos como a reprodução do patrimônio sociocultural (por meio da sociabilidade, por exemplo), e também de elementos materiais como o trabalho, o alimento.

A rede social caracteriza-se então pela reciprocidade das trocas, sendo mobilizada por diferentes tipos de necessidades. Não é naturalizável a um agrupamento social espontâneo, nem pode ser reduzida à proximidade geográfica³⁸.

A sociabilidade, além de ser um dos elementos das redes sociais, ocorre de forma mais fluída que esta em vários momentos da vida cotidiana. Estes momentos de sociabilidade mediam a reatualização das relações de interconhecimento próprias do modo de vida desse estudo.

Embora não se trate da aplicação da metodologia de redes para a compreensão da reprodução destes agricultores sob o ponto de vista do trabalho, da terra, do alimento e do lazer, a noção de redes sociais permite identificar as relações que se estabelecem entre os agricultores no acesso ao trabalho e ao alimento, por exemplo.

³⁷ Tradução da autora. No original: *L'existence d'un réseau de liaisons n'est pas un donné naturel, ni même un "donné social" constitué une fois pour toutes et pour toujours par un acte social d'institution (représenté, dans le cas du groupe familial, par la définition généalogique des relations de parenté qui est caractéristique d'une formation sociale), mais le produit du travail d'instauration et d'entretien qui est nécessaire pour produire et reproduire des liaisons durables et utiles, propres à procurer des profits matériels ou symboliques.* (BOURDIEU 1986, p. 79).

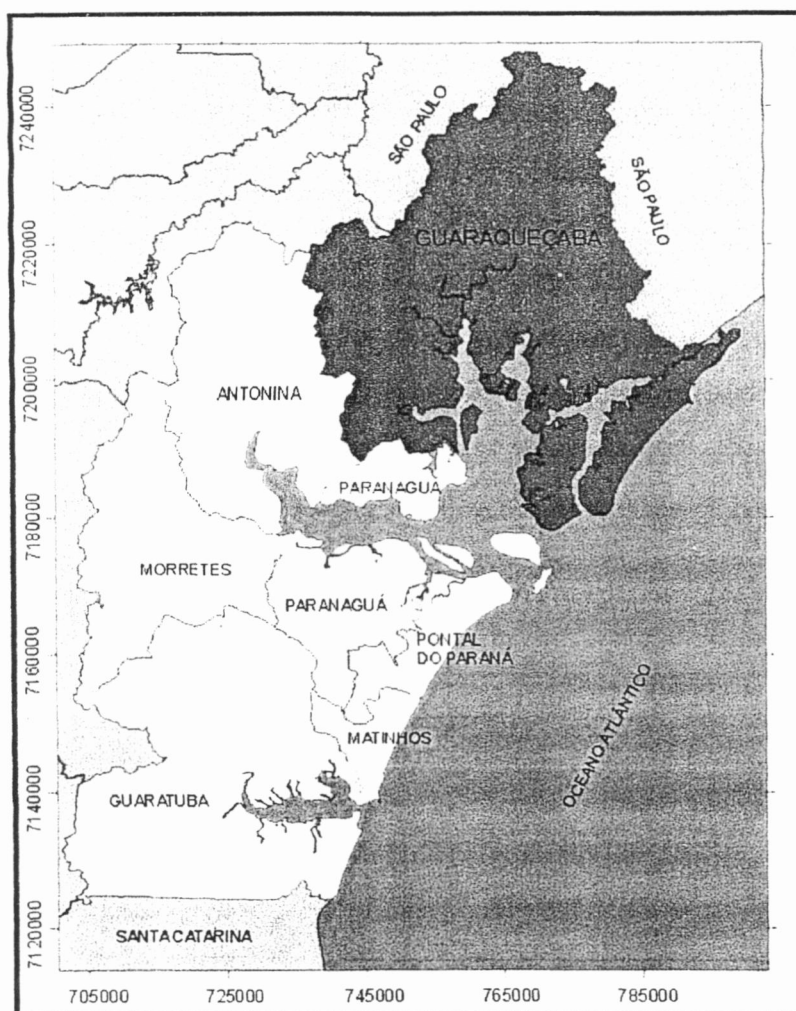
³⁸ A proximidade geográfica não é a única variável que explica a formação de redes sociais: *Ces liaisons sont irréductibles aux relations objectives de proximité dans l'espace physique (géographique) ou même dans l'espace économique et social parce qu'elles sont fondées sur des échanges inséparablement matériels et symboliques dont l'instauration et la perpétuation supposent la reconnaissance de cette proximité.* (BOURDIEU, 1986, p. 80).

De acordo com a articulação teórica desenvolvida, as relações de interconhecimento, implicando numa sociabilidade específica, mantém redes sociais internas à comunidade, além de redes que compreendem pessoas externas à comunidade. Estas redes têm um papel importante na reprodução dos agricultores, como estratégia ligada ao modo de vida, informada pelo habitus ou patrimônio sociocultural da própria agricultura familiar camponesa

2. METODOLOGIA

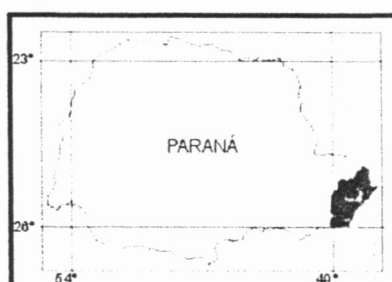
Para pesquisar a reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental, realizou-se um estudo de caso na comunidade rural de Rio Verde, no município de Guaraqueçaba:

Mapa 1: LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA NO PARANÁ.



0 10 20 30 40km

Fonte:
Base Digital: SEMA, 2000



Este estudo de caso tem por objetivo identificar estratégias de reprodução de agricultores familiares submetidos à situação de duplo bloqueio, sejam pelos bloqueios comuns à agricultura familiar em geral, seja pelo bloqueio representado pela restrição do uso dos recursos naturais decorrente da legislação aplicada na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba

Para tanto, procurou-se identificar essas estratégias no acesso à **terra**, ao **trabalho**, à **alimentação** e ao **lazer**, buscando-se verificar se a maior inserção em redes sociais entre as famílias de Rio Verde favorece este acesso, além de implicar em melhores condições de vida para as famílias nas condições desfavoráveis do duplo bloqueio em que vivem.

Procurou-se então identificar redes sociais articuladas pelas famílias da comunidade de Rio Verde, bem como especificar elementos que são comunicados nestas redes (trabalho, alimentos, utensílios, favores, informações e outros), bem como detalhar elementos da dinâmica de mobilização e manutenção destas redes. Além disso, entendendo a sociabilidade como uma dimensão importante da reprodução do modo de vida destes agricultores, procurou-se identificar os momentos mais fluídos, extra redes desta comunidade. São estes que realimentam as relações de interconhecimento e favorecem a formação e manutenção de redes.

O trabalho de pesquisa contou com duas abordagens correlacionadas, quantitativa e qualitativa, realizadas entre 2000 e 2002. Os dados quantitativos referem-se ao banco de dados³⁹ resultante da enquête⁴⁰ realizada nas comunidades rurais de Guaraqueçaba em julho de 2000. A abordagem qualitativa diz respeito principalmente ao trabalho de pesquisa de campo realizado entre julho e outubro de 2002⁴¹, nas comunidades de Rio Verde e de Batuva⁴².

³⁹ Banco de dados gerado em Acess, aplicativo do Microsoft Word. Manipulação dos dados através do Programa SPSS (Statistical Package for Social Studies) for Windows.

⁴⁰ A enquête teve caráter domiciliar censitário, ou seja, envolveu os domicílios rurais de agricultores e também não agricultores. A coleta de dados levou em consideração diferentes unidades de análise: a) o imóvel, b) o estabelecimento, a mão de obra utilizada (no caso de agricultores), c) a família residente e d) a família não residente: membros da família que saíram do domicílio pesquisado. Comparando-se o número de domicílios incluídos na enquête com os dados censitários de 2000, chegou-se à 98% destes.

⁴¹ Além desta fase do trabalho, outros contatos e pesquisas viabilizaram a criação de relações de confiança, que descrevemos posteriormente.

⁴² A Universidade Federal do Paraná, através de trabalhos anteriores, como a viabilização da fábrica de balas de banana em Batuva, possui, principalmente nesta comunidade, vínculos de confiança com os moradores. Além disso, estão sendo realizadas paralelamente outras pesquisas

As análises possibilitadas pelo banco de dados permitiram uma caracterização geral de todas as comunidades e evidenciaram homogeneidades e heterogeneidades entre estas. Foram estabelecidos alguns critérios de diferenciação entre as comunidades, através dos quais selecionamos a comunidade em questão. A seguir, são traçados os critérios definidos pelo programa⁴³, que compuseram a seleção da comunidade de Rio Verde entre as demais comunidades.

O perfil agrícola, por exemplo, é um dos fatores de heterogeneidade. Sendo nosso objetivo pesquisar famílias agricultoras, construímos indicadores para selecionar as comunidades com perfil bastante agrícola. Este perfil foi definido através do cruzamento entre a ocupação principal do chefe de família e a diversificação dos sistemas de produção. Posteriormente acrescentamos a este perfil agrícola o indicador de nível de vida das famílias.

O PERFIL AGRÍCOLA:

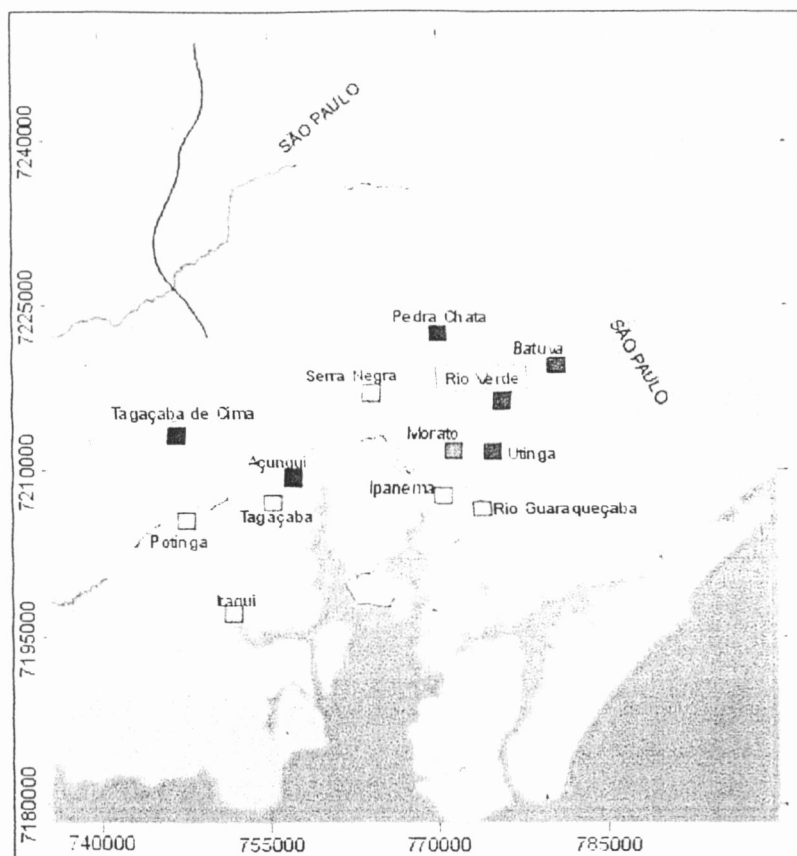
A) OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE DE FAMÍLIA:

As comunidades que possuem mais chefes ocupados com a agricultura são: Batuva, Rio Verde e Utinga, como se vê no mapa a seguir:

em Batuva e Potinga, vinculadas ao mesmo Programa de Pesquisa Rural do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

⁴³ Participam do programa profissionais de diferentes áreas, entre elas agronomia, sociologia, antropologia, engenharia florestal e economia.

MAPA 2: OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR COMUNIDADE EM GUARAQUEÇABA.



0 5 10 15 20Km

- Mais de 85 % dos chefes ocupados com agricultura
- Mais de 85 % dos chefes ocupados com agricultura
- Mais de 85 % dos chefes ocupados com agricultura
- Mais de 85 % dos chefes ocupados com agricultura
- Mais de 85 % dos chefes ocupados com agricultura

Fonte: Base cartográfica SEMA, 2000. Execução: MAD-UFPR. Fonte dos Dados: enquête realizada pelo Programa em 2000. Dados organizados pela autora.

B) DIVERSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO:

Tendo por base os sistemas de produção dos 435 estabelecimentos identificados nas comunidades elaborou-se, no âmbito do grupo de pesquisa, uma classificação com três níveis de diversificação: alta, média e baixa, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 1: DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA DOS ESTABELECIMENTOS NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA.

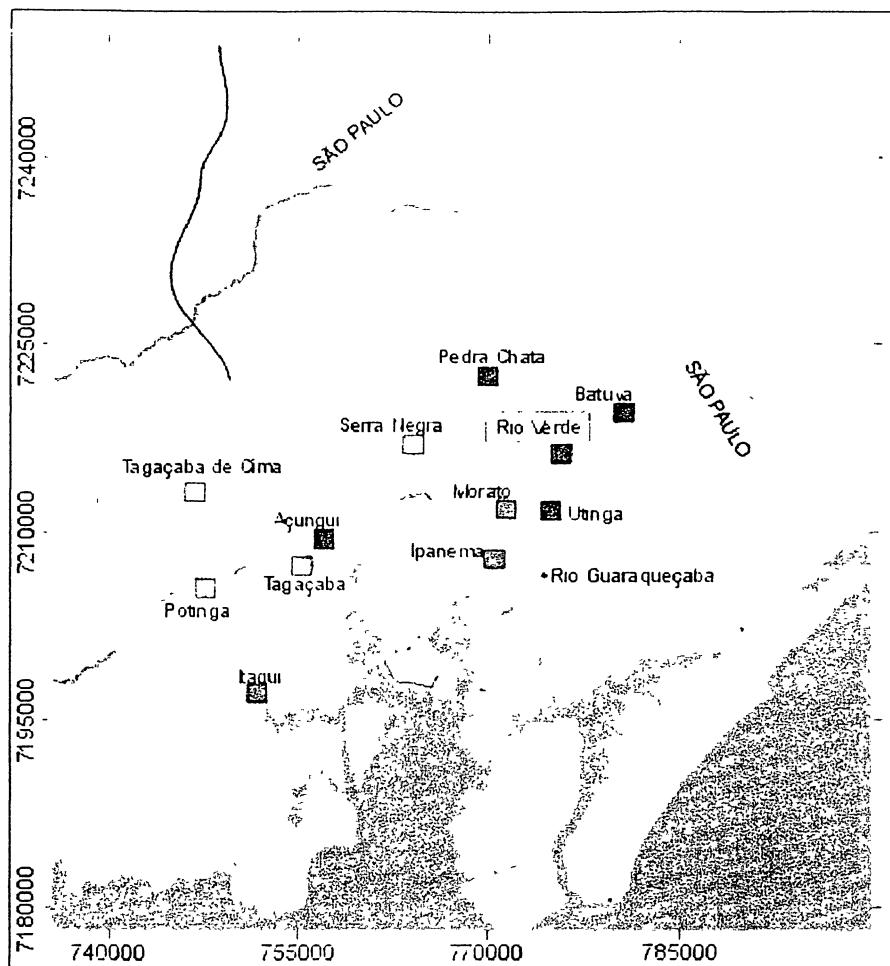
Diversificação dos sistemas de produção	Tipos de sistemas de produção predominantes
Alta	1)Banana e/ou mandioca + inhame, cana, hortifruticultura, café (pelo menos 2) – outros ⁴⁴ 2)Banana e/ou mandioca + arroz, milho, feijão, palmito + outros
Média	3)Banana e/ou mandioca + arroz, milho, feijão, palmito (pelo menos 2) 4)Arroz/ Feijão / Milho + outros
Baixa	5) Banana ou banana + outros; 6)Mandioca ou mandioca + outros 7)Palmito ou palmito +outros 8)Banana+Mandioca

Fonte dos Dados: enquête realizada pelo Programa em 2000

No mapa a seguir, podemos localizar as comunidades em função de sua diversificação agrícola:

⁴⁴ Os “outros”, no caso destes sistemas de produção, referem-se à algum cultivo que não está representado em nenhum dos 8 grupos.

Mapa 3. DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA DOS ESTABELECIMENTOS NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA



Fonte Base cartográfica SEMA, 2000 Execução MAD-UFPR Fonte dos Dados enquête realizada pelo Programa em 2000 Dados organizados pela autora

Segundo este indicador, as comunidades com perfil mais agrícola seriam Açungui, Batuva, Pedra Chata, Rio Verde e Utinga.

A partir destes dois indicadores foram selecionadas as comunidades com maior perfil agrícola: Batuva, Rio Verde e Utinga. A seguir, incorporamos a análise sobre o nível de vida das famílias em cada comunidade.

O NÍVEL DE VIDA

O nível de vida é um indicador que caracteriza o acesso à alguns bens⁴⁵ por domicílio. Para tanto foram atribuídos diferentes escores para cada elemento que compõe este indicador: a) acesso à luz elétrica, b) existência de forro, c) existência de banheiro interno; d) existência de eletrodomésticos – televisão, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, aparelho de som; e) acesso à meio de transporte – bicicleta, cavalo, carroça, moto, carro. Atribuiu-se aos diferentes intervalos de escores a graduação: nível de vida baixo, médio baixo, médio e médio-alto.

a) COMUNIDADES COM NÍVEL DE VIDA MAIS BAIXO:

Tabela 2: NÍVEL DE VIDA NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA.

Tipo	Descrição	Comunidades
1	+ de 60% dos domicílios com indicador de nível de vida baixo ou médio-baixo	Utinga, Rio Verde, Morato, Batuva, Tagaçaba de Cima, Itaqui
2	+ de 50% dos domicílios com indicador de nível de vida baixo ou médio-baixo	Ipanema, Pedra Chata, Açungui
3	- de 50% dos domicílios com indicador de nível de vida baixo ou médio-baixo	Serra Negra, Potinga, Tagaçaba

Levando em conta o indicador de nível de vida, percebe-se que o grupo com perfil mais agrícola é também o que possui mais domicílios com nível de vida mais baixo, segundo os indicadores utilizados. Além disso, entre as comunidades que possuem o perfil mais agrícola segundo nossos critérios, Batuva, Utinga e Rio Verde, esta última é a comunidade que possui maior número de famílias com nível de vida baixo ou médio baixo, 71,7%⁴⁶.

Com base nestes resultados, selecionou-se a comunidade de Rio Verde, por possuir perfil bastante agrícola segundo os índices de diversificação da produção e ocupação do chefe de família. É também a comunidade que possui o maior contraste entre as famílias do ponto de vista do nível de vida. Selecionou-se também a comunidade de Potinga, estudada por outros integrantes do grupo,

⁴⁵ A valorização destes bens foi feita pelos agricultores, durante o pré-teste da enquête.

⁴⁶ 20,5 % das famílias possuem nível de vida médio e 7,8% das famílias possuem nível de vida médio-alto.

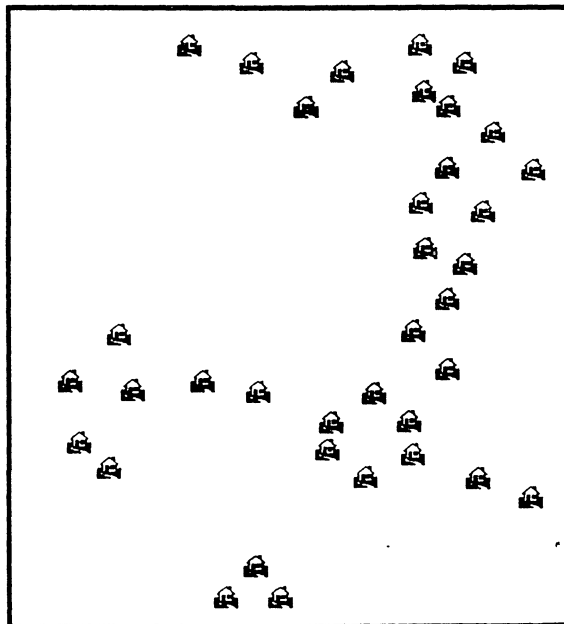
pelas suas diferentes características em comparação à Rio Verde: seu perfil é menos agrícola – mas a agricultura é importante ali também-, e é uma das comunidades que possui menos domicílios com nível de vida baixo e mais domicílios com nível de vida médio-alto, em comparação com as demais comunidades

A seguir, são apresentados os critérios de diferenciação das famílias a serem entrevistadas por meio da abordagem qualitativa. Para facilitar a compreensão da simultaneidade destes critérios, utilizou-se de uma representação espacial dos domicílios como unidade de análise.

Na fase de seleção das famílias de Rio Verde que comporiam a abordagem qualitativa da pesquisa, levou-se em conta diferentes critérios com o objetivo de selecionar famílias que ilustrassem as heterogeneidades entre as famílias. Para tanto, considerou-se:

a) Ocupação do chefe: Apenas um chefe declara como ocupação principal comerciante, como podemos ver na figura ao lado, em vermelho.

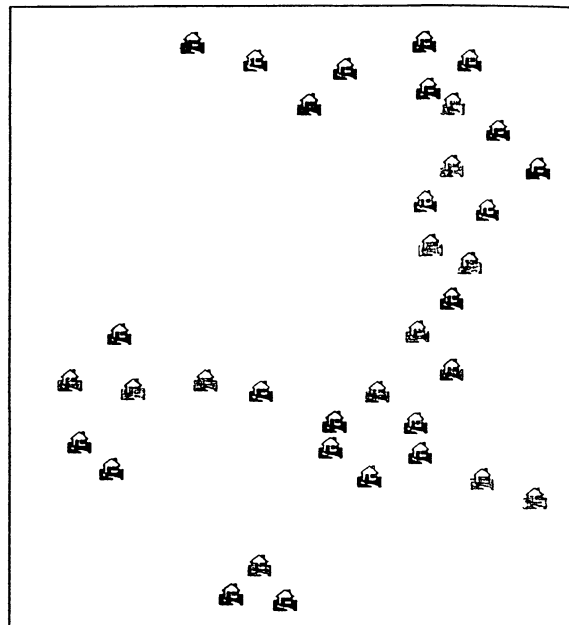
Figura 1: OCUPAÇÃO DO CHEFE EM RIO VERDE.



FONTE. Enquete/Pesquisa de campo, jul-out de 2002

b) Nível de vida (baixo ou médio-baixo, médio e médio alto): Em vermelho representamos as 5 famílias com nível de vida médio alto; em verde nível de vida médio; em azul médio-baixo; finalmente em preto, baixo.

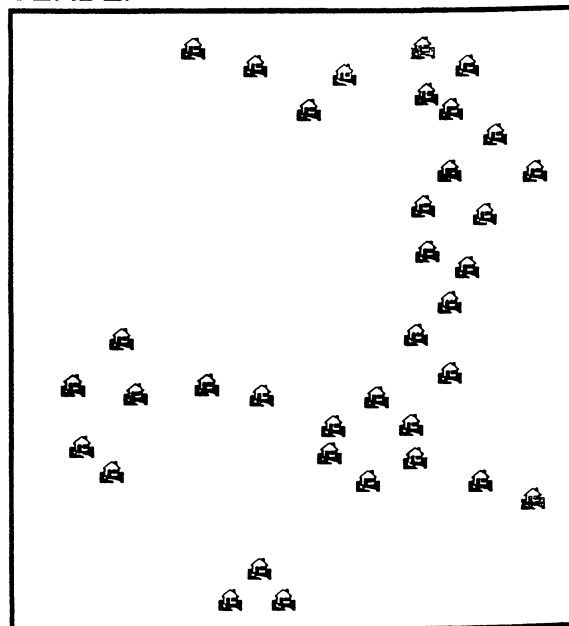
Figura 2: NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE



FONTE Enquete/Pesquisa de campo, Jul-out de 2002

c) Origem do Chefe: Apenas dois chefes, os assinalados em vermelho, não são naturais de Guaraqueçaba.

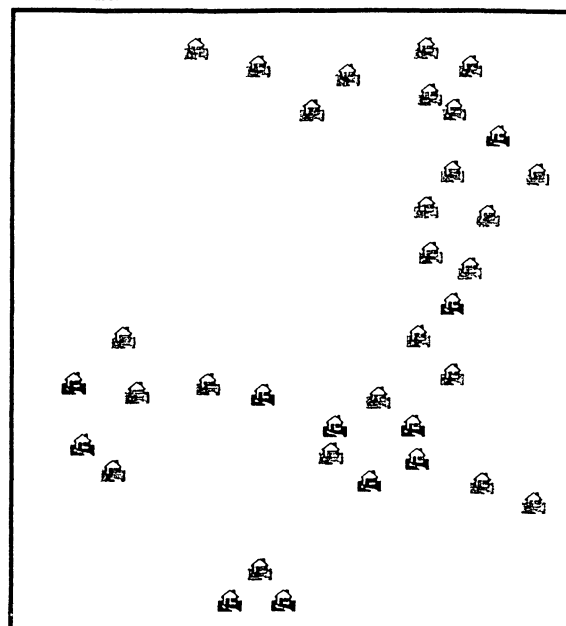
Figura 3: NATURALIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA EM RIO VERDE.



FONTE Enquete/Pesquisa de campo, jul-out de 2002

d) Idade do chefe: Entre os 36 domicílios, 11 possuem chefes com menos de 35 anos (representados em preto).

Figura 4: IDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA

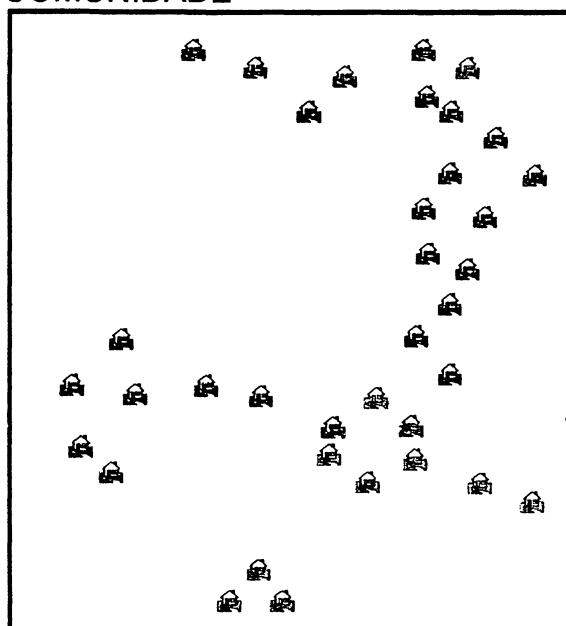


FONTE: Enquete/Pesquisa de campo, jul-out de 2002

e) Região dentro da comunidade: Durante a primeira semana de trabalho pudemos perceber a divisão que a comunidade estabelece. E esta foi incorporada como critério de seleção das famílias.

A região em Verde é considerada “Rio Verde” e é habitada por famílias ligadas à família Viana.

Figura 5: REGIÕES DENTRO DA COMUNIDADE



FONTE: Pesquisa de campo de jul-out de 2002

A região em laranja é considerada “Ponte”, onde as famílias estão ligadas à família Pontes, além de existir uma ponte de material neste local. A região em azul e a “De Baixo”, habitada por famílias ligadas à família Galdino.

Tendo em vista estas heterogeneidades, procuramos selecionar famílias cujos chefes fossem agricultores, primeiramente. Depois, em cada região, trabalhamos com famílias que se diferenciavam quanto à: a) nível de vida, b) naturalidade do chefe, c) idade do chefe (entrevistamos famílias cujos chefes possuíam mais de trinta anos, cujos filhos já ajudam no trabalho, bem como famílias jovens, com chefes com menos de trinta anos)

DA PESQUISA DE CAMPO

A primeira fase do trabalho qualitativo foi o processo de construção de relações entre o pesquisador e a comunidade. Esta construção teve início em 1998, mediante a realização do trabalho sobre a pauta alimentar, em Batuva. Durante a estadia em campo para o trabalho em Rio Verde, utilizou-se para hospedagem um domicílio alugado em Batuva, distante 10 quilômetros de Rio Verde. Isso permitiu a construção de relações e a vivência da dinâmica comunitária nas duas comunidades, pois existem vários laços de parentesco entre estas comunidades. Nessa fase da pesquisa, foram incluídas entrevistas, conversas e informações referentes às duas comunidades, principalmente no que diz respeito aos elementos simbólicos em relação ao trabalho, à alimentação e a sociabilidade.

O início do trabalho pode ser caracterizado, em linhas gerais, por “visitas” curtas, nas quais a pesquisadora permanecia fora da casa. Sobre a construção de relações, cabe ressaltar que, por se tratar de uma Área de Preservação Ambiental, o pesquisador é inicialmente visto como um fiscal em potencial, além de ser o estranho, o de fora, como em qualquer outro trabalho de pesquisa. A desconfiança, neste caso é compreensivelmente maior, pois a atuação do IBAMA e Polícia Florestal na área são muito mais punitivas que educativas, freqüentemente colocando em risco a integridade física da população. Do mesmo modo, a integridade moral é severamente comprometida: o medo da multa, da violência do fiscal está sempre presente, gerando grande desconforto na sua vida

cotidiana, aumentando, por consequência, a desconfiança em relação a estranhos

Assim, a realização das atividades rotineiras fica comprometida. A sensação de insegurança, da necessidade de estar pronto para dissimular uma atividade que sempre fez parte de seu modo de vida, mas que atualmente é proibida, gera o que se pode chamar de *penosidade moral* (FERREIRA, 2002). E quando o pesquisador, com o qual não se estabeleceu uma relação de confiança, se aproxima, o desconforto se amplia, impedindo a realização da pesquisa, o que de fato marcou o início do trabalho.

Mediante esse impedimento, investiu-se cotidianamente na construção de relações, o que possibilitou participar da dinâmica da vida comunitária nestas comunidades, fazendo visitas, participando de bailes, futebol, e muitas conversas. Posteriormente, os entrevistados começaram a convidar as pesquisadoras: convites de café, primeiramente, depois almoço e/ou jantar. A partir desse momento o trabalho de pesquisa mais sistemático de entrevistas e mapeamentos pôde ser iniciado. Além desse aspecto importante da comensalidade⁴⁷, através da reconstituição do processo de trabalho⁴⁸ foi possível tanto reafirmar laços de confiança que permitiram a sistematização e aprofundamento das questões quanto apreender mais da penosidade, do tempo necessário, da importância e da sociabilidade vinculados ao trabalho e ao lazer.

Durante estas diferentes fases de entrada na vida cotidiana comunitária, evidenciaram-se inúmeros elementos simbólicos da reprodução deste modo de vida. Diante do outro, representado pelo pesquisador, a comunidade foi estabelecendo os tempos: tempo de ver, de conhecer, de confiar e finalmente, tempo de falar e partilhar com o pesquisador.

Diante destes detalhes do processo de obtenção dos dados, podemos sintetizar os métodos utilizados na pesquisa de campo a seguir. Entretanto, a

⁴⁷ A comensalidade teve importância fundamental no processo de pesquisa. Participar dos momentos de refeições já se configura como um bom material de pesquisa. No entanto, através da partilha do alimento, criaram-se vínculos, trocaram-se receitas e modos de vida. Mesmo diante da escassez de alimento, pudemos perceber o papel da comensalidade diante do estranho: o alimento nos iguala à esse outro que come “*sem luxo*”, por um lado. Por outro, nos diferencia: o nosso alimento é essencialmente diferente do outro por que “*esse é que é bom: é da terra, é daqui mesmo*”.

⁴⁸ Nos anexos 2 e 4 podemos ver, respectivamente, entes dois destes processos: a obtenção da farinha de mandioca e do pó de café.

ordem de utilização e cruzamento de métodos dependeram das relações construídas, dos momentos de cada família.

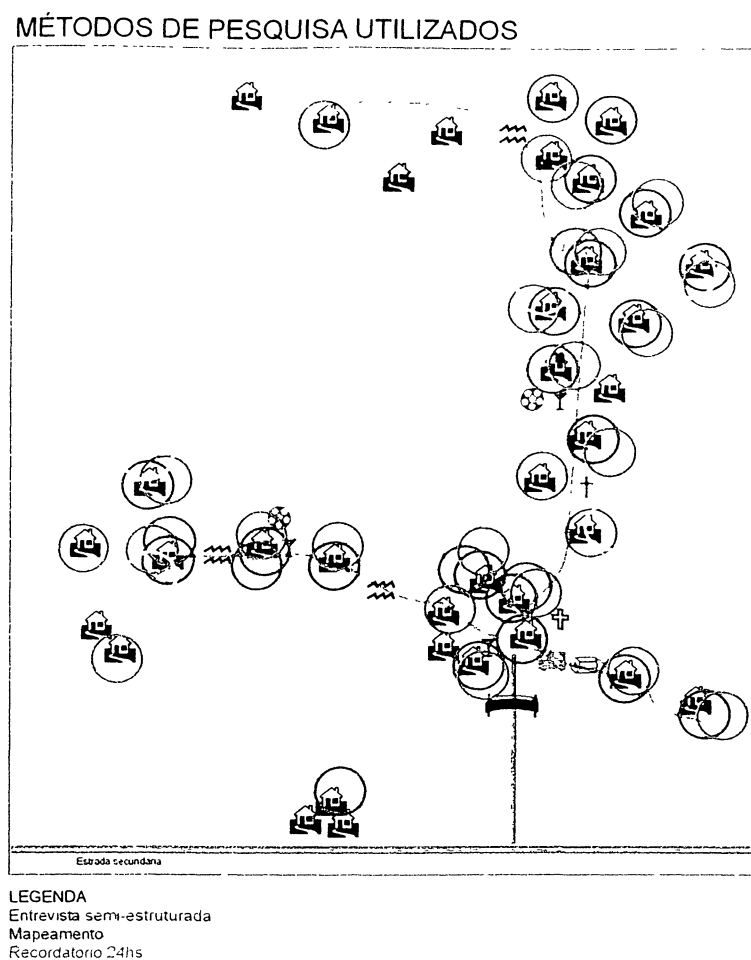
- Observação da dinâmica comunitária nas comunidades de Rio Verde e Batuva;
- Entrevistas semi-estruturadas⁴⁹ (16, das quais 12 em Rio Verde e 4 em Batuva).
- Mapeamento de algumas redes identificadas (Realizado com quinze famílias em Rio Verde). Através de uma entrevista detalhada sobre as relações de trabalho e do auxílio de uma representação espacial dos domicílios (ver anexo 5), foi possível conhecer as relações entre as famílias, principalmente no que se refere à trocas alimentares e trabalho.
- Mapeamento de relações de parentesco por domicílio (Realizado com 5 famílias em Rio Verde), o que possibilitou uma melhor compreensão das relações entre as famílias.
- Recordatório alimentar⁵⁰ (24hs) (Realizado com 23 famílias em Rio Verde)
- Participação do trabalho – reconstituição dos processos de produção (partilhou-se do trabalho envolvendo: a obtenção da farinha de mandioca, biju e cuscuz; pó de café e pilagem manual do arroz, conforme podemos visualizar nos anexos 1, 2, 3 e 4.)

Através do mapa a seguir podemos localizar as famílias em função do método utilizado:

⁴⁹ O modelo segue no anexo 5

⁵⁰ O recordatório 24 hs é um método amplamente utilizado por nutricionistas. Consiste em definir e quantificar todas as comidas e bebidas ingeridas durante o período anterior à entrevista. In: WILLIAMS, S. **Fundamentos da nutrição e dietoterapia**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. No caso desta pesquisa os entrevistados relataram os alimentos ingeridos no dia anterior, sem a precisão da quantidade. Para as informações sobre a alimentação em Rio Verde utilizamos também da observação, além de participar de várias refeições entre julho e outubro de 2002.

Figura 6: MÉTODOS DE PESQUISA UTILIZADOS EM RIO VERDE



FONTE Pesquisa de campo, julho-outubro de 2002

Em meio às inúmeras conversas⁵¹, café, almoços, jantares, bailes, torneios de futebol, festa da igreja e batizado, que viabilizaram a construção de algumas relações, realizaram-se as entrevistas semi-estruturadas com 12 pessoas da comunidade. Depois, mapearam-se as relações de trabalho e trocas alimentares com 15 famílias, algumas das quais já haviam participado da entrevista semi-estruturada.

⁵¹ As conversas, sem cadernos ou gravadores, garantiram maior naturalidade e pudemos iniciar um processo de confiança. No entanto, a escuta prescindiu de muita concentração. Logo após o retorno de campo, diariamente reconstruímos os relatos tendo por base o roteiro. Neste, relatamos as informações que diziam respeito à história da comunidade, à trocas de alimentos, à aquisição de trabalho, à migração permanente ou temporária (por estudo, por trabalho), às redes que as sustentam, a outros tipos de ajuda, ao lazer, à parentes conflitos e observações gerais. Cada ficha de relato previa um campo para anotações posteriores, bem como a contribuição da antropóloga que participou desta fase do trabalho, bem como de outras.

A princípio foram mapeadas algumas redes de sociabilidade. No entanto, percebeu-se que as lógicas que caracterizam a sociabilidade extrapolam as redes, como por exemplo, as redes de trabalho e de alimentação. Os momentos de sociabilidade foram sendo então observados e partilhados.

O recordatório 24 horas, realizado com 23 famílias quando já havia maior confiabilidade, foi um instrumento importante de conferência das redes de trabalho e da alimentação. Por este método, confirmou-se quais seriam os itens mais cotidianos da pauta alimentar em Rio Verde, itens que foram observados desde o início do trabalho, bem como foi identificada a origem destes alimentos.

Foi necessário mapear as relações de parentesco para melhor compreender as redes ligadas ao acesso à terra e ao trabalho no que se refere ao papel da família. Esta fase do trabalho também foi importante porque significou para os agricultores uma forma de valorização de sua história.

A participação dos processos de produção do café, do arroz, da farinha de mandioca foram importantes na construção de relações. Além disso, revelaram-se fontes essenciais para a compreensão de elementos simbólicos do patrimônio sociocultural destes agricultores. Entre estes elementos pode-se citar o aprendizado do tempo (tempo de plantar, colher, preparar e comer); os projetos de vida; o planejamento familiar das atividades; o valor do trabalho e do alimento; os momentos de sociabilidade; as trocas de trabalho; as trocas de alimento; os presentes. Isto porque, como já apontou BRANDÃO (1981) participar do trabalho, entre agricultores familiares como em Rio Verde, significa participar da vida, do modo de vida.

Durante o tempo em que se realizou a combinação destes diferentes métodos foi possível identificar estratégias que viabilizam o acesso à terra, ao trabalho e à alimentação nesta fase histórica de reprodução das famílias em Rio Verde. Na segunda parte deste trabalho são reconstituídas e analisadas as estratégias identificadas.

Parte II: A COMUNIDADE DE RIO VERDE E SEU MODO DE VIDA

Esta segunda parte do trabalho é o resultado do esforço da articulação entre as informações colhidas e produzidas com a problemática teórica construída⁵².

Para tanto, no capítulo três parte-se de uma breve descrição de alguns elementos sobre Guaraqueçaba e Rio Verde que garantem maior consistência à nossa discussão: a localização, alguns aspectos históricos e a comunidade em relação à Área de Proteção Ambiental. Por outro lado julgamos essencial um maior detalhamento sobre as famílias e outras instituições presentes ou que atuam em Rio Verde, bem como sobre os domicílios. Trata-se assim da primeira entrada nas “moradas da vida” em Rio Verde.

As condições de acesso à terra em Rio Verde estão ligadas tanto à decisões familiares de partilha, bem como à configuração atual da exploração fundiária referentes às fazendas que circundam a comunidade, conforme vê-se no capítulo quatro. Além disso, neste segundo capítulo percebe-se que, embora essencialmente familiar, a lógica de reprodução dos estabelecimentos entra em conflito com as restrições de uso do solo oriundas da legislação da APA de Guaraqueçaba.

Segundo CHAYANOV (1966), a lógica de trabalho do agricultor camponês está ligada ao equilíbrio entre produção e consumo. Também MENDRAS (1979) nos sugere esta relação, além de outros trabalhos sobre a agricultura camponesa como HEREDIA (1979), BRANDÃO (1981). Para discutir esta questão, foram analisadas, no capítulo cinco, estratégias de acesso ao alimento. Em contrapartida, foram explorados os tipos de trabalho e as estratégias de mobilização deste no capítulo seis.

Finalmente reconstituímos alguns dos momentos de sociabilidade vivenciados na pesquisa. Inicialmente pensados como boas formas de entrada na

⁵² Procuramos reconstruir fragmentos do que DIEGUES (1999) chama de *história das relações complexas, materiais e simbólicas que os homens, ao longo do tempo histórico, desenvolveram com o mundo natural e com outros homens* (DIEGUES et al, 1999, p.14).

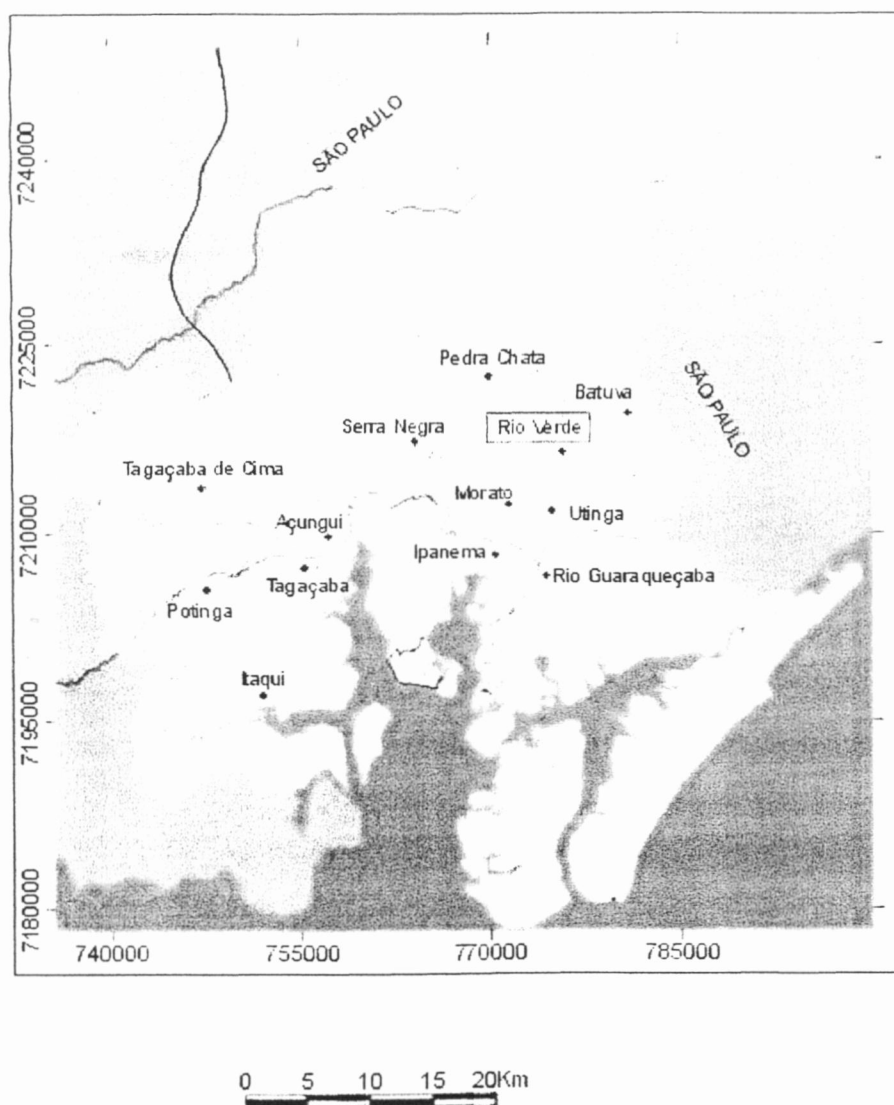
comunidade, de criação e manutenção de relações de confiança, estes momentos formam repensados à medida que a sociabilidade vivenciada na comunidade foi entendida como uma dimensão da reprodução da agricultura familiar, conforme se discute no último capítulo desta segunda parte do trabalho

3. RIO VERDE EM GUARAQUEÇABA

3.1 LOCALIZAÇÃO

Rio Verde é uma comunidade rural do município de Guaraqueçaba. Vê-se sua localização no mapa abaixo:

Mapa 4: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA



Fonte: Base cartográfica SEMA, 2000. Execução: MAD-UFPR.

O acesso à sede do município de Guaraqueçaba é possível via marítima (barco que sai de Paranaguá) ou terrestre (ônibus de Morretes, Antonina,

Paranaguá ou Curitiba) através da PR 406 (Antonina – Guaraqueçaba). O acesso à Rio Verde depende da linha Guaraqueçaba-Batuva⁵³.

Observou-se que existe grande mobilidade da população de Rio Verde para Batuva e para a sede do município de Guaraqueçaba. Em Batuva trocam dias de trabalho, visitam parentes e usam o telefone comunitário⁵⁴ disponível nesta comunidade em dias de semana e finais de semana. Durante a semana, especialmente segunda e sexta-feira, vários moradores vão até a sede do município, onde realizam a compra de mantimentos, utilizam determinadas instituições como correios, banco e telefone.

Vale a pena lembrar, em se tratando do acesso, que a PR 406 é recente, data de 1970. A estrada de acesso à Batuva foi feita em 1985. Assim, o acesso e a mobilidade da população foram modificados. Se de um lado os recursos sociais (no caso a mão-de-obra) da agricultura sofreram a influência desta mudança, por outro lado houve assoreamento dos rios devido aos aterros das rodovias e estradas vicinais (PEREIRA et al, 1998, p.6). O escoamento da produção se transformou, bem como a extração e fabricação artesanal das canoas que transportavam a produção.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA EM GUARAQUEÇABA

Em Guaraqueçaba existem mais de cem sítios arqueológicos, os sambaquis ou casqueiros: *trata-se dos depósitos de restos dos alimentos consumidos – por exemplo, conchas de mariscos – com mais de seis mil anos de idade (...) Em alguns sambaquis encontram-se ossadas e utensílios enterrados por índios, que vieram mais tarde* (BEHR, 1998, p.23). De acordo com este autor, a segunda população que teria habitado estes sambaquis seriam índios carijós do

⁵³ Custo desta linha: Batuva-Rio Verde: R\$1,00. Rio Verde-Guaraqueçaba: R\$3,00. Horários: Sai de Batuva às 11:00, passa em Rio Verde às 11:40. Volta de Guaraqueçaba às 17:00, chegando em Rio Verde às 18:30. Sábado o ônibus só vai de Batuva à Guaraqueçaba, saindo às 7:00 de Batuva. Além disso, no sábado o ônibus não entra no caminho que dá acesso à Rio Verde (2,5 km); logo as pessoas caminham até a estrada secundária que liga Batuva à Guaraqueçaba.

⁵⁴ Como não existe telefone público em Rio Verde, quando precisam utilizar deste serviço as pessoas vão, de a pé, bicicleta ou cavalo até Batuva, que está à 8 km.

grupo tupi-guarani⁵⁵. Estes não eram descendentes da primeira população, considerada nômade e de origem desconhecida.

A população das comunidades de Guaraqueçaba descende originalmente destes índios e de europeus (que aportaram em Guaraqueçaba no início do século XVI), principalmente portugueses e também escravos trazidos da África.

Em se tratando da agricultura, MIGUEL (1997) considera que até o final do século XIX a ocupação do município pouco se alterava desta, a não ser pelos impactos próprios da mineração⁵⁶ – principalmente feita por portugueses – ocorrida neste século. A agricultura baseava-se, por um lado por latifúndios tocados pelo regime de trabalho escravo; e por outro, um pequeno campesinato. Na transição para o século XX houve melhoria no transporte fluvial, a abolição da escravidão e abandono das terras pelos grandes proprietários escravistas, o que ocasionou, por consequência, mudanças nas relações entre a sociedade e o meio natural, já que parte importante das terras ficou sem exploração.

Nesta época ocorreu grande desenvolvimento da produção de banana que era vendida para os países da Bacia do Prata. Modificaram-se as relações de trabalho, ocorreram fluxos migratórios e maior ocupação e exploração do espaço. Foi a época de maior “prosperidade” de Guaraqueçaba, segundo este autor.

Além da banana, eram lavouras importantes no começo do século passado o arroz e a mandioca. A pesca e extração da madeira também eram atividades econômicas significativas. MIGUEL (1997) identifica como lavouras de subsistência a mandioca, feijão, milho e café. Além disso, a criação de suínos era muito mais significativa que bovinos.

O aumento da produção intensificou a utilização do solo, o que pode ser afirmado em função da diminuição do tempo de pousio: de quinze anos para seis em 1930. E neste espaço de tempo, segundo este autor, a vegetação só atinge, estágios iniciais de sucessão, não se recompondo totalmente.

⁵⁵ BEHR retoma a denominação *caiçara*, bastante empregada atualmente: *Os índios carijó tinham na pesca um de suas principais fontes de sobrevivência. Muitas de suas técnicas forma incorporadas pelos pequenos agricultores e pescadores artesanais de Guaraqueçaba, estes denominados caiçaras, frutos da miscigenação de índios com portugueses e posteriormente com africanos. Palavra de origem indígena, kai'sara servia para identificar um completo sistema de sobrevivência e proteção. Era a cerca de proteção em volta da aldeia e também o curral deito de ramos de árvore, mergulhado dentro d'água para cercar o peixe; mais tarde, passou a ser também a palhoça da praia, utilizada para abrigar canoas e apetrechos de pesca.* (BEHR, 1998, p.24).

⁵⁶ Segundo BEHR (1998), entre 1930 e 1940 a descoberta de uma mina de ouro no local que hoje existe a comunidade de Serra Negra, atraiu vários mineradores e aventureiros.

Em 1930 começa a crise da produção da banana e arroz, devido aos altos índices de produtividade das lavouras do estado de São Paulo, além do fortalecimento agrícola dos planaltos no Paraná. Finalmente, em função da precariedade das condições de escoamento da produção (com o desmatamento devido à intensificação da produção os rios começaram um processo de assoreamento) e da crise dos países da Bacia do Prata que compravam a banana, a demanda dos produtos de Guaraqueçaba diminui significativamente.

Os camponeses que tinham acumulado algum capital conseguiram aos poucos adaptar suas atividades para outras explorações. No entanto, a maior parte destes entrou num processo de pauperização. Intensifica-se o extrativismo de madeira e palmito. Até que, em 1950, a demanda de palmito em São Paulo aumenta e em 1951 uma fábrica se instala em Guaraqueçaba. Vários setores da população se envolvem na extração de palmito, o que por um lado contém a emigração. Mas por outro, acarreta consequências ambientais. Os agricultores que foram se tornando intermediários - considerados “gatos” que mediam os outros agricultores que extraem palmito e a fábrica – começam a estabelecer hierarquias locais.

Com a construção da PR 406, em fins da década de 60 novos atores sociais migram alterando a estrutura fundiária (principalmente através da grilagem) ao estabelecer grandes fazendas de exploração de búfalos e extração de recursos florestais, como os casos da madeira e do palmito, aproveitando também dos incentivos governamentais existentes na época. Houve incentivo de produção do café, em 1970 através do Instituto brasileiro do Café, mas não foram obtidos bons resultados. Outros programas como o PRORURAL e PROLITORAL são citados por MIGUEL (1997), mas, sem o conhecimento das reais necessidades dos agricultores não obtiveram êxito também. O uso do solo foi intensificado após 1970, segundo PEREIRA et al (1998), devido à melhoria das condições de escoamento da produção através da PR 406. Segundo a avaliação dos impactos de uso do solo⁵⁷ este uso gerou, em Rio Verde, *elevada média de erosão nas encostas, encharcamento nas várzeas e médios impactos no solo e na água* (PEREIRA et al, 1998, p.3).

⁵⁷ Análise decorrente da classificação da APA em diferentes Unidades Ambientais (IPARDES, 1989) que descrevemos a seguir.

Esta breve retomada de alguns aspectos da agricultura que se desenvolveu em Guaraqueçaba procura evidenciar elementos da história dos sistemas de produção, da mobilização de mão de obra e da comercialização. O objetivo aqui é de estabelecer alguns parâmetros que possam situar a discussão sobre as condições de reprodutibilidade da agricultura em Rio Verde.

Em relação aos sistemas de produção, percebeu-se que em Rio Verde a agricultura é basicamente de subsistência, principalmente em relação ao plantio de arroz, feijão e mandioca. O plantio de milho para suínos diminuiu muito, inexistindo na maior parte dos estabelecimentos em função da falta de terras disponíveis. Além disso, o milho não é um item essencial na sua pauta alimentar, ao contrário do arroz, feijão e mandioca.

Quanto a mobilização de mão de obra, persiste a utilização da mão-de-obra preferencialmente da família. No entanto, os mutirões, comuns antigamente raramente acontecem hoje, conforme se discute no quarto capítulo.

Os produtos básicos de comercialização em Rio Verde são, em ordem do número de estabelecimentos envolvidos: banana orgânica, banana, palmito. A comercialização da banana orgânica é recente em Rio Verde, se faz através dos projetos em andamento geridos pela associação e Ongs, o que se relata a seguir. A banana, que já foi responsável pela maior parte da comercialização em Guaraqueçaba na época de maior prosperidade do município, e volta ser importante em Rio Verde e Batuva, mais que em outras comunidades, como se pode perceber nesta segunda parte do trabalho.

A extração e comercialização do palmito se faz em Rio Verde, bem como em outras comunidades, embora a maior parte de forma clandestina.

A seguir são discutidas algumas das consequências da legislação ambiental na história da agricultura em Guaraqueçaba para melhor compreender os resultados de nossa pesquisa.

3.3 RIO VERDE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A agricultura em Rio Verde possui baixa produtividade, se comparada à produtividade do estado por produto. Para melhor compreender as condições de

desenvolvimento desta atividade, faz necessária a compreensão das características físico-naturais do município. Para tanto, é utilizada a análise das *Unidades Ambientais* de Guaraqueçaba (IPARDES, 1989).

A caracterização da região por diferentes Unidades Ambientais permite *integrar diferentes aspectos da paisagem, tais como: declive, tipos de solo e vegetação (...) permite observar a dinâmica ambiental de cada unidade, as condicionantes de sua evolução natural, as formas de ocupação, as potencialidades os impactos antrópicos imputados ao ambiente.* (PEREIRA et al, 1998, p.3). Ou seja, dispõe-se de uma caracterização de Rio Verde do ponto de vista “físico-natural” disponível nesta categorização em Unidade Ambiental.

Rio Verde, Batuva, Morato e Ipanema estão inseridos na Unidade Ambiental 2 (UA 2; o total de UAs é 9). Esta Unidade é caracterizada como uma *várzea extensa, definida pelo vale do Rio Guaraqueçaba* (PEREIRA et al, 1998, p.4). A fertilidade natural do solo é baixa, mas a topografia geral da unidade é favorável à atividade agrícola.

A compreensão de Rio Verde dentro desta UA explica em parte a baixa produtividade, em função do tipo de solo, principalmente. No entanto os agricultores não atribuem às condições do solo à baixa produtividade. Ao contrário, as famílias em geral consideram que a terra é fértil. É comum se ouvir a frase que se registrou de uma agricultora: *“a terra aqui é muito boa, dá de tudo, é só plantar que dá.”* (Srª S, Rio Verde, ago/2002)

No discurso destes agricultores, a diminuição da produtividade tem sido atribuída à restrição do uso da terra. A legislação da APA os obriga a reutilizar a mesma parcela de terra à medida que impede o sistema de pousio. Este impasse tem gerado inúmeros conflitos vivenciados por agricultores e policiais florestais, como por exemplo, a “caçada” destes às “roças escondidas”: pequenas faixas de terras ocupadas com lavouras de subsistência em locais onde antes das proibições da lei se faria o pousio. Os agricultores que são “pegos” numa roça escondida são presos e multados, muitas vezes através de maus tratos. O que, gera, simultaneamente um desconforto moral, pois é impedido assim de produzir o alimento da família.

A APA de Guaraqueçaba foi criada em outubro de 1985. Abrange todo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul. Segundo TOLEDO (1994), é uma porção representativa

da Floresta Pluvial Atlântica, reúne espécies ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos, complexo estuarino da baía de Paranaguá e comunidades tradicionais da região. Faz parte também da Reserva da Biosfera Vale do Ribeira e Serra da Graciosa (UNESCO). Esta Área de Proteção Ambiental ainda inclui o Parque Nacional do Superagüi, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho. São 313.400 ha de estuário, ilhas, manguesais, planície litorânea, serra e planalto. Possui a maior área de Floresta Atlântica ainda preservada no país.

Incontestavelmente, Guaraqueçaba possui um ecossistema rico a ser preservado. No entanto este inclui a população desta área, como podemos verificar na Lei Federal 6.902 de 27/4/81 que define as Áreas de Proteção Ambiental⁵⁸:

Áreas de Proteção Ambiental são porções do território nacional de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejos diversos, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais e semi-naturais, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou constituir-se em local de experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais (ZANONI, M. et al, 2000, p.42)

Ou seja, legalmente, a reprodução de famílias agricultoras estaria assegurada. No entanto, segundo ZANONI et al (2000), a criação da APA gera então *restrições às práticas dos agricultores familiares*⁵⁹ principalmente no que diz respeito à atividade agrícola, o que também pôde ser identificado em nossa pesquisa. Estas restrições caracterizam o que estes autores apontam como *duplo bloqueio* da agricultura familiar praticada numa APA, pois além dos bloqueios comuns à reprodução da agricultura familiar em geral, acrescenta-se este referente ao uso dos recursos naturais.

Estes autores consideram que existem estratégias típicas desenvolvidas em APAs e outras de caráter comum à agricultura familiar em geral. No caso da área em questão, identificam três conjuntos de estratégias que envolvem: a) as

⁵⁸ Atualmente existem 28 APAs no território Brasileiro.

⁵⁹ Detalhamos estas no próximo capítulo.

práticas agrícolas (típicas à agricultura familiar em geral); b) a extração do palmito (tanto legal como clandestina); c) a pluriatividade (desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer e turismo ecológico, a transformação de produtos agrícolas locais como a produção de balas de banana e outros).

Ainda segundo estes autores, as proibições da legislação ambiental levam à potencialização de outras estratégias combinadas ou não com a produção agrícola que garantam a reprodução da família. E neste processo, seu modo de vida tem que ser adaptado.

A questão da conservação de áreas e seu impacto sobre o modo de vida das populações locais tem sido amplamente discutida (DIEGUES et al, 1999), (ZANONI et al, 2000). Em Rio Verde, procurou-se reconstituir o modo de vida dos agricultores no sentido de identificar as estratégias de reprodução que tem engendrado para enfrentar tanto os bloqueios gerais à agricultura familiar bem como os bloqueios oriundos da transformação de sua área em APA. Pois, mediante as restrições como no acesso à terra destinada à agricultura, transformam-se as estratégias de acesso ao alimento, antes preferencialmente garantido pela agricultura de subsistência. Atualmente elementos básicos de sua pauta alimentar são comprados⁶⁰. Além disso, modificam-se as relações de trabalho, além do próprio processo de trabalho (como se discute no quarto capítulo) e até mesmo do não trabalho, porque o tempo do lazer⁶¹ se modifica também.

Cabe ainda ressaltar que outros processos, além das restrições ambientais, agem sobre a produção e reprodução do modo de vida das populações moradoras destas áreas. Neste caso DIEGUES (1999) aponta o surgimento de igrejas crentes e o turismo. Na comunidade de Rio Verde não existem ainda programas turísticos. No entanto, a instituição da igreja evangélica interferiu principalmente nas relações de trabalho proibindo seus fiéis de participarem de mutirões. Bailes e festas, como veremos no capítulo cinco, são também proibidos, caracterizando modificações da sociabilidade vivenciada nestes momentos de lazer.

⁶⁰ Ver capítulo cinco desta segunda parte.

⁶¹ Ver capítulo sete desta segunda parte.

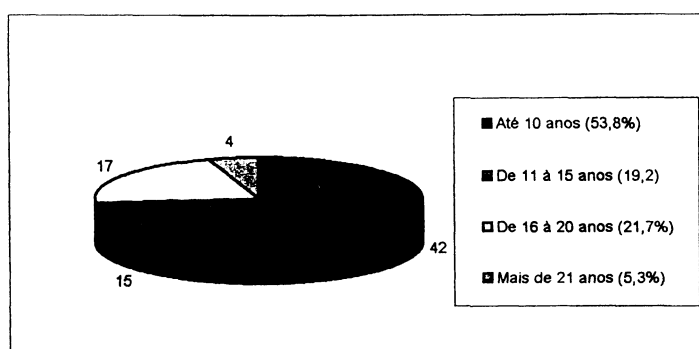
3.4 AS FAMÍLIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES PRESENTES OU QUE ATUAM EM RIO VERDE

3.4.1 SOBRE AS FAMÍLIAS

Em Rio Verde vivem atualmente 38 famílias. Pudemos evidenciar que destas, 34 possuem vínculos de parentesco com uma das três famílias mais antigas da região, as quais fundaram a comunidade: Viana, Galdinos e Pontes.

As famílias nesta comunidade possuem em média 4 (4,38) membros. A maior parte dos filhos (78 no total, 50% da população da comunidade) tem até dez anos, como podemos ver no gráfico a seguir:

Gráfico 1: IDADE DOS FILHOS DOS AGRICULTORES EM RIO VERDE



Fonte: Enquete/jul 2000 e pesquisa de campo/jul-out 2002.

Em nossa pesquisa de campo, observou-se que as crianças até 10 anos não participam efetivamente do trabalho. Existe, em média, pelo menos uma criança em cada família. Estas brincam, vão à escola, assistem televisão. Os mais idosos comentam que “*esta juventude tá muito folgada*” (Sr^a S, Rio Verde, Jul/2002): contam que antes se trabalhava mais e desde os 6 ou 7 anos.

O segundo grupo, de 11 à 15 anos, no qual estão 15 adolescentes, 9 destes moram em Rio Verde e estudam em Guaraqueçaba, portanto, trabalham parcialmente no estabelecimento da família.

Diferenciamos este terceiro grupo, de jovens de 16 à 20 anos, porque em Rio Verde, bem como em Batuva, os jovens casam-se nesta faixa etária. Portanto, ter filhos nesta idade pode não significar mais mão-de-obra, pois em geral já estão construindo sua casa e sua família.

Tal como pudemos perceber em CHAYANOV (1966), MENDRAS (1979) e também ANTÔNIO CÂNDIDO (1979) as famílias de agricultores são obrigadas à mobilizar o trabalho necessário para garantir o seu consumo. No capítulo quatro podemos visualizar diferentes formas de mobilizar trabalho em função da carência de mão-de-obra familiar, como a estratégia apoiada na manutenção de redes de trabalho.

3.4.2 A ATUAÇÃO DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES OU ORGANIZAÇÕES EM RIO VERDE

Durante a pesquisa identificou-se a atuação de algumas instituições em Rio Verde, como a escola, duas igrejas (uma Evangélica e uma Católica), a Associação de Produtores de Rio Verde, a Terra preservada & SPVS (Sociedade de Proteção à Vida Selvagem), a Polícia Florestal. O Estado é quase inexistente: limita-se à atuação através da escola, polícia e um agente de saúde. Este, um agricultor da comunidade, mede a pressão arterial de alguns idosos: o posto está fechado, sem medicamentos e profissionais disponíveis. A ambulância dificilmente vai até Rio Verde quando solicitada, o que implica no deslocamento dos doentes até Guaraqueçaba para alguns tipos de atendimento⁶².

Em Rio Verde existe uma escola primária. Nesta apenas um professor ministra aulas para todas as séries (1ª à 4ª séries) simultaneamente. Salvo em Tagaçaba, onde existe escola de 5ª à 8ª série, os adolescentes que desejam continuar os estudos devem fazê-lo na sede do município, tomando o ônibus todos os dias às 11:30 e retornando às 18:00, o que implica na reorganização do trabalho da família que depende desta mão-de-obra. Em Rio Verde nove adolescentes estavam estudando em Guaraqueçaba em 2002.

⁶² Em entrevista realizada pela equipe de pesquisa do Programa no qual esta dissertação está inserida, em 30/07/1999, como o inspetor de saúde de Guaraqueçaba, constatou-se que o Hospital de Guaraqueçaba possuía 16 leitos, mas os casos mais graves são encaminhados para Paranaguá e Curitiba. Basicamente existe atendimento nas áreas de ginecologia, pediatria e cardiologia. Existem 4 médicos no município (2 residentes e 2 oscilantes), 3 dentistas (2 na sede e um em Tagaçaba). As comunidades com pior assistência à saúde, segundo este informante são Batuva e Rio Verde, devido à dificuldade de acesso, bem como Itaqui, também de difícil acesso por terra.

A igreja Evangélica Assembléia de Deus atua na comunidade à uma década, aproximadamente. O pastor é agricultor e também agente de saúde. Os cultos são realizados em horários diferenciados em função das chuvas, calor e outras atividades como as da Associação. Os fiéis não podem freqüentar bailes e ocasiões de festas e futebol porque ocorrem *“excessos gerais que tiram do caminho”*, segundo o pastor.

A igreja católica possui cultos semanais, às vezes quinzenais porque dependem do padre que vem de Guaraqueçaba e celebra missas, em geral no domingo, em Batuva, Rio Verde e Utinga. Durante a pesquisa encontramos o padre na ocasião da festa da padroeira.

A atuação da Terra Preservada em parceria com a SPVS (Sociedade de Proteção à Vida Selvagem) está ligada à produção e comercialização da banana há dois anos.

Criada em 1985, a Terra Preservada foi fundada pela família Konzen que se estabeleceu no município de Colombo, próximo a Curitiba, e iniciou o trabalho de produção orgânica / biodinâmica na Chácara Verde Vida. A partir daí, em 1992, foi inaugurado o Restaurante Green Life, que serve refeições vegetarianas preparadas com alimentos orgânicos. Junto com o restaurante foi criado o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural, uma ONG que tem trabalhado no desenvolvimento da agricultura ecológica no estado do Paraná.

Pelo trabalho deste Instituto, surgiu a necessidade de criar canais de comercialização, a princípio tentando evitar a ação de intermediários que desrespeitam o trabalho do agricultor orgânico, tal como ocorre na agricultura convencional⁶³. Esta empresa dedica-se então à comercialização de alimentos orgânicos certificados.

Em Rio Verde esta Ong atua na certificação e comercialização de banana orgânica, através da parceria com a SPVS, que financia o processo de certificação desta produção através de projeto desenvolvido em parceria com a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR) e as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente dos municípios envolvidos. A SPVS mantém em outras comunidades de Guaraqueçaba (Itaqui, Potinga) três reservas particulares, voltadas para programas de seqüestro de carbono, através de

⁶³ Informação disponível no histórico da instituição.

recuperação de matas nativas. Vale a pena ressaltar que se observaram vários conflitos nestas.

No início da pesquisa de campo, imaginou-se que Rio Verde era uma comunidade “fechada” em função: do difícil acesso; grande parte dos chefes é natural da comunidade; poucos filhos saíram da comunidade nas duas últimas décadas. Mas percebeu-se durante a pesquisa, que se trata de uma comunidade bastante integrada às dinâmicas de Guaraqueçaba e das outras comunidades, principalmente no que se refere ao lazer, ao comércio e serviços.

Por meio do projeto da Terra Preservada e SPVS criou-se uma rede de relações entre os agricultores e compradores intermediada pelos técnicos destas entidades. Mesmo sem a integração de todos os produtores da comunidade⁶⁴ é inegável a existência de trocas materiais e simbólicas nesta rede de produção, certificação e comercialização da banana.

Durante o momento de conversa dos homens no bar, nos finais de tarde, trocam-se várias informações⁶⁵ e notícias. Eles discutem, por exemplo, as consequências da lei ambiental, preços e condições de trabalho. Estas conversas não envolvem toda a comunidade simultaneamente, mas as notícias percorrem a maior parte desta ao passar dos dias.

A grande mobilidade da população de Rio Verde para a sede do município garante a condição de manutenção de relações com pessoas de outras comunidades que também vão até a sede, bem como parentes e amigos que moram nesta. Tanto o é que sempre que chegávamos à Guaraqueçaba encontrávamos moradores de rio Verde, de Batuva e outras comunidades conversando, comprando, ou seja, reatualizando suas relações além das compras.

Outra importante forma de reatualização das relações se dá nos momentos de sociabilidade inerentes às atividades de lazer como nos torneios e campeonatos de futebol – que reúnem todas as comunidades e sede; bem como festas e bailes.

⁶⁴ No entanto, a divisão da comunidade entre produtores que comercializam e que não comercializam a banana que têm gerado conflitos entre as famílias.

⁶⁵ O professor da comunidade vai frequentemente à sede, onde, segundo ele mesmo, pode fiscalizar algumas atividades da assembléia dos vereadores. O que garante pelo menos a disseminação de algumas discussões municipais.

Rio Verde é uma comunidade que estabelece diferentes relações com as outras comunidades e municípios. No entanto, esta relação é em geral mediada: seja pelas Ongs, pelas outras instituições como as igrejas e/ou por determinadas lideranças comunitárias. Esta mediação tem gerado conflitos de disputa de poder entre estas lideranças, mas paradoxalmente tem também mantido as redes de relações exteriores à comunidade, como por exemplo a rede de comercialização de banana orgânica.

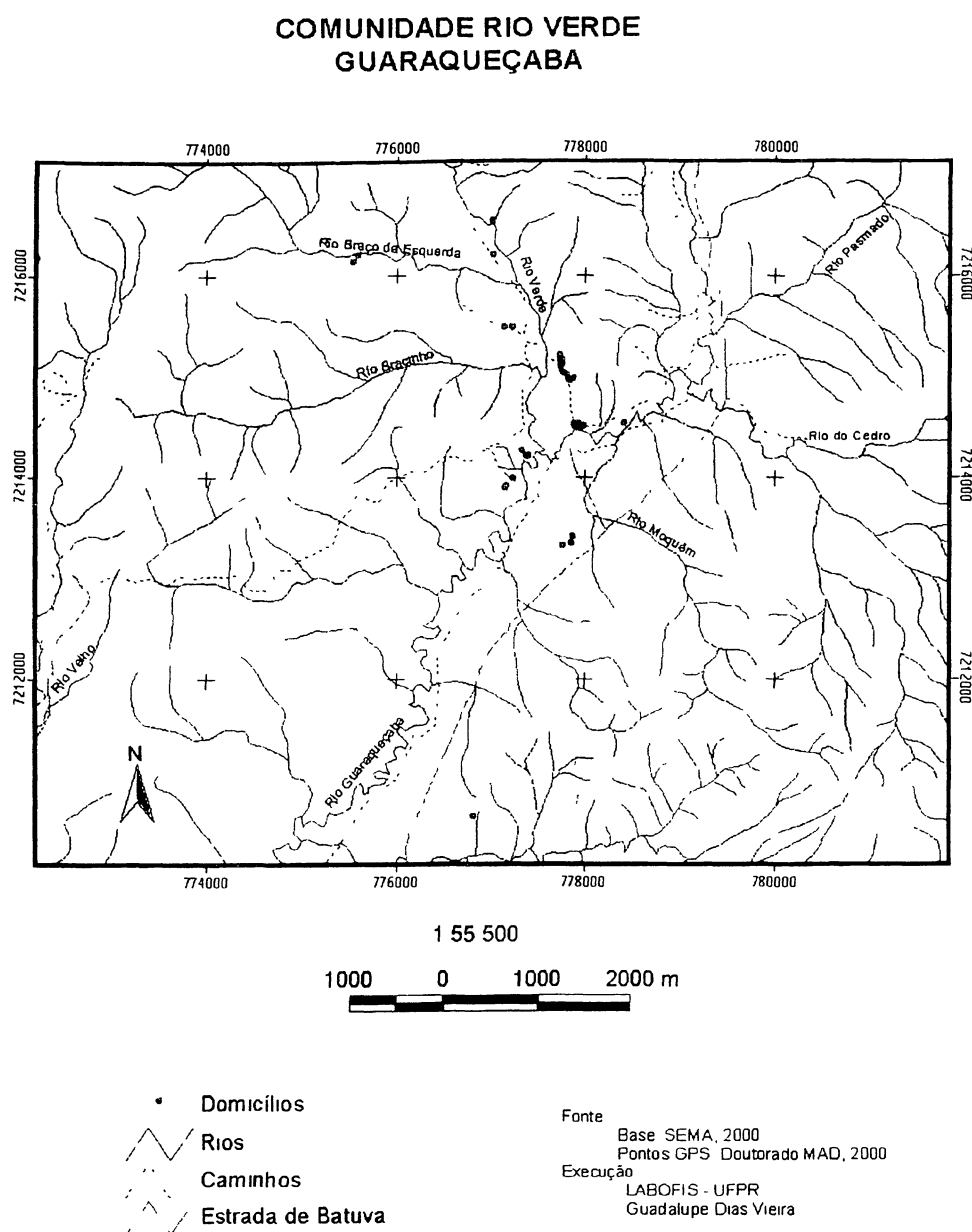
3.5 OS DOMICÍLIOS EM RIO VERDE

A maior parte dos domicílios em Rio Verde é construída a meio metro do chão, com tábuas de madeira (sem sarrafos) extraídas da mata. Sem forro em 73,5% dos casos, atualmente são cobertos por telhas de amianto, o que gera um calor excessivo dentro das casas, no verão. Com poucos móveis, em geral existe uma cama no quarto com uma prateleira, fogão na cozinha, mesa e algum banco. Na sala, em geral encontramos uma pequena prateleira que sustenta o rádio de pilhas, presente em quase todos os domicílios. Assim, existe uma pequena sala, em geral sem móveis, 1 cozinha maior que esta e em geral dois quartos: um para o casal e filhos até mais ou menos 3 anos e outro para os outros filhos. Os banheiros são externos, conhecidos por “casinhas”.

Entre os 36 domicílios apenas 7 possuem banheiro interno. Ainda entre este pequeno grupo, três domicílios são de alvenaria, os demais são mistos (parte em madeira, parte em alvenaria). As famílias que centralizam as redes de trabalho e de alimento habitam estes domicílios. Estas famílias são também aquelas que possuem melhor nível de vida (no caso o que chamamos de nível de vida médio-alto).

A seguir pode ser visualizada a comunidade e seus domicílios, proporcionalmente representados:

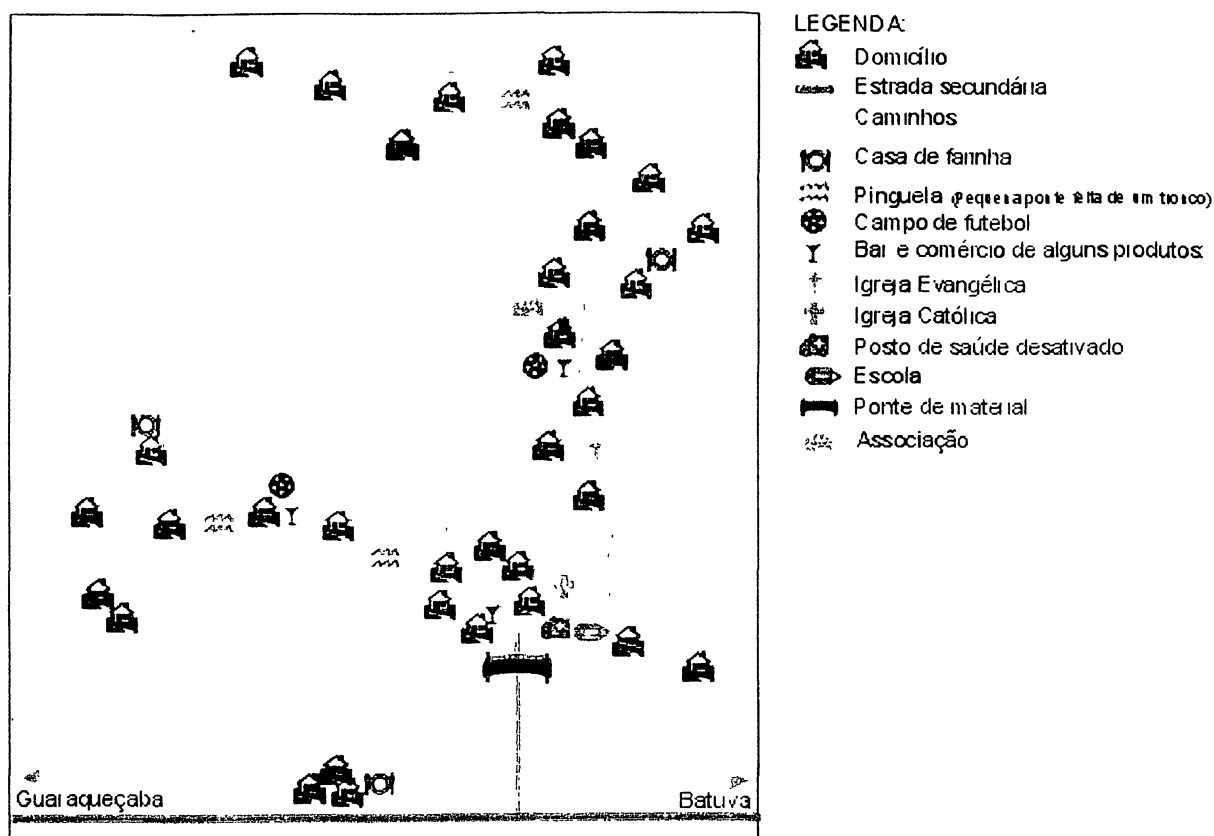
Mapa 5: LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS EM RIO VERDE



Representados em escala, observa-se que existem aglomerações de domicílios. Em alguns casos a distância é bem pequena, de alguns metros. Portanto, foi necessária a criação de uma representação espacial da comunidade para ser possível visualizar graficamente algumas relações entre as famílias nos domicílios, como as relações de trabalho, de troca de alimentos e outras.

Na figura a seguir encontram-se os 36 domicílios onde vivem seus 158 habitantes⁶⁶, bem como as casas de farinha, escola, posto de saúde, pontes, caminhos, bares, campos de futebol e igrejas, Associação de produtores de Rio Verde e piladeira de arroz:

Figura 7: REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DE RIO VERDE



Fonte: Pesquisa de campo de jul-out de 2002

Rio Verde é uma das comunidades onde existem mais famílias com indicador de nível de vida baixo ou médio baixo. Mesmo baseado na existência de eletrodomésticos, meios de transporte, acesso à luz elétrica e condições físicas do domicílio (banheiro interno, forro), este indicador⁶⁷ é uma referência para a compreensão da vida cotidiana das pessoas desta comunidade. Pois, estratégias identificadas na pesquisa, como a utilização comunitária de eletrodomésticos e utensílios em geral, se faz necessária mediante a escassez dos mesmos.

⁶⁶ Que correspondem à 5,4% da população das comunidades rurais de Guaraqueçaba. Fonte: Enquete de 2000.

⁶⁷ Conforme descrito no capítulo dois.

Em relação aos eletrodomésticos, 15 famílias possuem geladeira; 6 possuem televisão. Dez possuem “tanquinho” elétrico para lavar as roupas. Existem três congeladores, um em cada bar. Cinco domicílios possuem aparelho de som.

Dos que possuem geladeira, 6 possuem também televisão e 4 possuem aparelho de som. Todos que possuem tanquinho têm geladeira

Em Rio Verde, 76,5% dos domicílios são abastecidos por energia elétrica, embora a maior parte destes faça “rabicho” (ligação clandestina) e dividam informalmente a conta. A ligação de luz que movimenta o ralador na casa de farinha da região de Rio Verde, por exemplo, fornece energia para mais quatro casas. É importante notar que a rede de energia elétrica somente chegou à cidade em 1980 através da Copel. Até esta data a luz advinha de geradores que forneciam energia até as 22:00 (BEHR, 1998, p.32). No entanto, nas comunidades rurais a rede foi sendo implantada depois de 1980.

Duas famílias possuem carroças; existe apenas um carro na comunidade que é de uso dos produtores associados (atualmente 14), já que fora uma aquisição da Associação de Produtores de Rio Verde. A metade das famílias possui bicicleta.

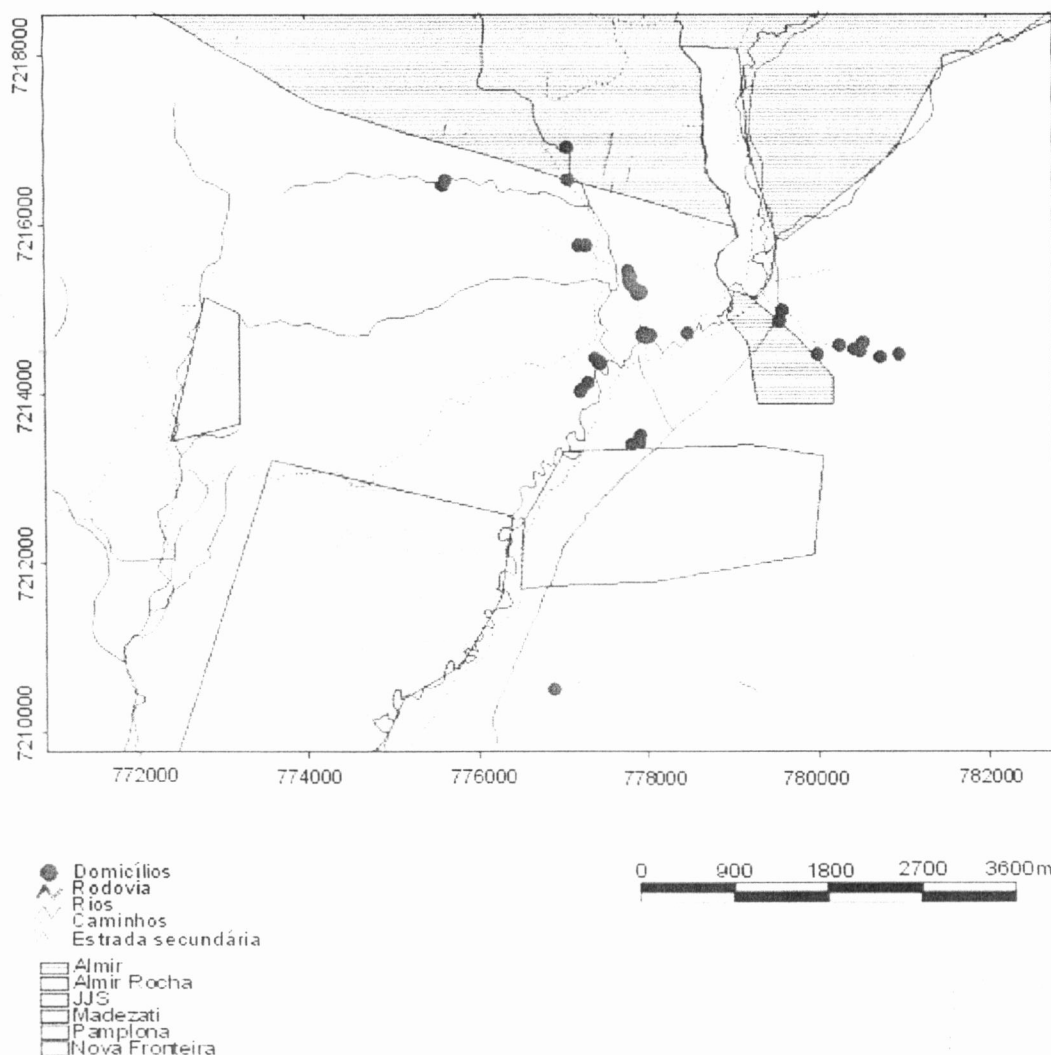
Esta classificação domiciliar do nível de vida correlacionada ao acesso ao trabalho e ao alimento, permitiu identificar algumas hierarquias locais. As famílias que possuem as melhores condições de vida centralizam redes de mobilização de trabalho, de doação de alimentos, de mobilização de atividades de lazer, o que se discute nos próximos capítulos.

4. O ACESSO À TERRA

4.1 RIO VERDE E AS FAZENDAS CIRCUNVIZINHAS

A história do acesso à terra, seja em Rio Verde, seja em outras comunidades Guaraqueçaba, é marcado pelo conflito entre grandes latifundiários. No mapa a seguir, produzido pelo grupo de pesquisa do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, visualiza-se o “cercamento” da comunidade pelas grandes fazendas:

Mapa 6: FAZENDAS QUE CIRCUNDAM A COMUNIDADE DE RIO VERDE



FONTE: Fonte: Base cartográfica SEMA, 2000. Execução: MAD-UFPR. Fonte dos Dados: enquête realizada pelo Programa em 2000.

Esta situação atual é resultado do processo de concentração de terras que tem ocorrido desde 1960 em meio aos conflitos travados com a população local. Em Rio Verde, nesta época, houve vários conflitos com a madeireira (representada em amarelo no Mapa 5) que se instalou (grilando terras) próxima à comunidade. Um das consequências deste enfrentamento, além da grilagem de terras, é o medo dos agricultores falarem deste assunto. Mesmo assim, soube-se da existência de um caso que está em processo à dez anos contra esta empresa, onde o agricultor reivindica a posse das terras que ainda cultiva, mas encontram sob a posse desta fazenda. Neste sentido BEHR (1998) afirma: *Os habitantes de Guaraqueçaba enfrentaram sérios conflitos referentes à ocupação e à posse de terras entre as décadas de 1960 e 1980, quando empresas agropecuárias vislumbraram as possibilidades econômicas e turísticas da região e passaram a absorver as pequenas propriedades* (BEHR, 1998, p.46). Uma parte destas fazendas se dedicou à criação de búfalos, associada ao extrativismo de palmito.

Além destas fazendas que exploravam búfalos, também se instalaram fazendas madeireiras: *Percebendo que a pouca distância de Curitiba existia uma vasta e inexplorada porção de terras devolutas e um grande número de propriedades sem divisas definidas, especuladores imobiliários e madeireiras seguiram os passos dos grupos agropecuários e passaram a pressionar os donos das terras que, apesar de estarem lá há anos, não possuíam títulos de propriedade* (BEHR, 1998, p.46). E acrescente-se às palavras de BEHR todos os confrontos que a população enfrentou enquanto era expulsa das suas terras. Este autor ressalta que estes conflitos ocorreram principalmente nas comunidades de Rio Verde e Batuva (BEHR, 1998, p.46).

Este tipo de conflito pode ser considerado como um bloqueio geral que marcou a agricultura familiar no Brasil. Em Guaraqueçaba, as atividades de extrativismo agravam o problema porque não há limites para o avanço dos empregados das fazendas na busca de extração de madeira e de palmito (entre os agricultores familiares há um acordo verbal sobre tais limites). Além desta especificidade, há também o fato de que o acesso do uso da terra tem sido mediado também pelas restrições geradas pela criação da APA, em 1985.

4.2 O ACESSO À TERRA E A LEI AMBIENTAL

O acesso à terra em Guaraqueçaba, desde os anos 60 e principalmente no anos 80, é marcado por três tendências, segundo ZANONI et al (2000): a) os conflitos com novos atores sociais ligados à captação de renda fundiária e agricultores locais; b) a grande quantidade de extração de palmito; c) a marginalização econômica dos agricultores locais.

Além dos conflitos sociais gerados pela exploração da terra e pela marginalização dos agricultores, agravada pela penosidade física e moral atribuída à extração do palmito⁶⁸, o acesso à terra é ainda marcado pela legislação ambiental. A história da exploração dos recursos naturais levou à degradação ambiental, fruto da diminuição dos palmitais nativos e do desmatamento de áreas de florestas para a formação de pastagens para criação de búfalos. Esta legislação procura, a princípio, regulamentar essa excessiva degradação. ZANONI et al (2000) identificam os seguinte grupos de restrições geradas por esta legislação:

- a) autorizações obrigatórias para desmatamento e roçada, proibidas na maior parte dos casos, mas autorizada, se em pequena escala, para a subsistência do agricultor. No entanto, burocraticamente lentas, freqüentemente comprometem o plantio na época devida;
- b) Proibição de desmatamento nas margens dos cursos d'água. Entretanto, o milho e a banana seriam culturas passíveis de cobertura desta faixa de solo sem prejuízo ambiental, o que ampliaria inclusive as áreas de plantio;
- c) Restrição de desmatamentos nas encostas e terrenos baixos, o que compromete à reprodução das lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca porque o período de pousio diminui.

⁶⁸ A extração do palmito depende de longas caminhadas na mata (cada vez mais longe), durante o final da tarde, noite e madrugada. Os feixes de palmito são pesados e são carregados até os centros onde os “gatos” realizam a intermediação até os locais de compra. Além de fisicamente penosa, a extração submete o agricultor a um regime de atos proibidos e que devem, portanto ser escondidos. Esta atividade moralmente transforma o agricultor em infrator, mesmo que na maior parte das vezes a pequena renda obtida destine-se à compra de alimento para a família.

A criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba interfere, portanto, nas práticas e técnicas dos agricultores locais, já pressionados pelas fazendas circunvizinhas. Como observado em Rio Verde, grande parte dos agricultores cultiva lavouras de subsistência, essenciais para a garantia de sua pauta alimentar, o que será tratado no próximo capítulo. E este cultivo fica comprometido em função da legislação ambiental, o que gera conflitos entre os agricultores e a polícia florestal, instituição que fiscaliza (frequentemente com abuso de poder e violência) as atividades daqueles.

4.3 A LÓGICA FAMILIAR NO ACESSO À TERRA

Para entender o acesso à terra, em Rio Verde, é necessário, de um lado, ter em vista a exploração fundiária que circunda a comunidade e também as consequências da lei ambiental, pois ambas interferem no uso das terras. Por outro lado, existe uma lógica familiar que explica o acesso à terra, como nos sugere LAMARCHE (1997).

Sob a perspectiva de uma lógica familiar na reprodução do estabelecimento, a terra é vista como um patrimônio que garante a reprodução da família. Estar na sua terra, plantar nela e sobreviver desta relação implica em atribuir à esta terra vários valores simbólicos. Neste sentido, para os camponeses pesquisados por HEREDIA (1979), a terra é a *morada da vida*. É a existência do patrimônio sociocultural, do *habitus* destes agricultores familiares, que dá à relação com a terra, um recurso material, uma dimensão também simbólica de reprodução de todo um modo de vida.

Ao contrário do acesso mediado pela parceria como descreve ANTÔNIO CANDIDO, em Rio Verde trata-se de proprietários. Cada nova família toca um pedaço de terra, além de construir seu domicílio na *"terra da família"*. Na pesquisa de campo realizada em 2000, de caráter censitário, o estudo do acesso da terra nos revelou a existência de poucos imóveis em rio Verde e vários

estabelecimentos e domicílios ligados a estes⁶⁹. A terra é em geral de um ancestral comum.

Em Rio Verde, tratam-se de três ancestrais: o da família Galdino, Viana e Pontes. Todas as famílias que compõem a comunidade se identificam à uma destas descendências (exceto a família que veio da Bahia, como vemos na Figura 8). Esta identidade, além de caracterizar a comunidade, define a utilização das terras: não existem cercas, cada família nuclear (ou conjunto desta no caso de pai e filho recém casado, por exemplo) toca uma porção ou estabelecimento.

Essa identidade à um ancestral comum ligada à posse e utilização da terra foi também verificada por GODOI (1999): *é assim que os camponeses de Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê se pensam: uma família do tronco veio do Vitorino, uma nação de gente que tem no mais fundo da memória genealógica um ancestral comum: o bisavô Vitorino (...)* No caso de Zabelê, a origem dos direitos sobre a terra está associada ao pertencimento ao tronco véio do Vitorino. (GODOI, 1999, p. 55).

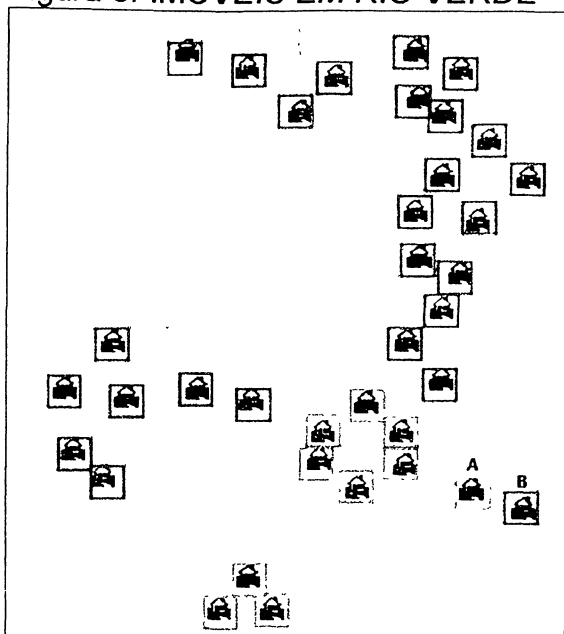
Assim, a utilização e posse da terra está ligada, preferencialmente, ao pertencimento à uma das famílias fundadoras da comunidade: Viana, Pontes ou Galdinos. E neste caso trata-se de ligações de parentesco próximas, da mesma geração ou não. Observou-se, durante a pesquisa em 2002, a instalação de duas famílias na comunidade. No primeiro caso a filha voltava de Matinhos; noutro uma prima de segundo grau voltava de Registro.

Além do parentesco existem famílias que possuem laços de compadrio e de longa amizade que legitimam a ocupação do imóvel, ou melhor, da “terra da família”.

Atualmente existem cinco imóveis em Rio Verde: Três correspondem a cada uma das famílias fundadoras ou “que começaram a comunidade”; outro imóvel de uma família que veio da Bahia em 1970 (B) e o último localizado dentro de uma fazenda que se encontra sob litígio (A), como se vê na figura 8.

⁶⁹ Um estabelecimento pode ser tocado por uma ou mais famílias, e os domicílios destas podem estar dentro deste estabelecimento

Figura 8: IMÓVEIS EM RIO VERDE



FONTE Enquete/Pesquisa de campo, jul-out de 2002

Na tabela a seguir vê-se os estabelecimentos, domicílios e famílias ligados à cada imóvel:

Tabela 3: IMÓVEIS, DOMICÍLIOS E FAMÍLIAS EM RIO VERDE

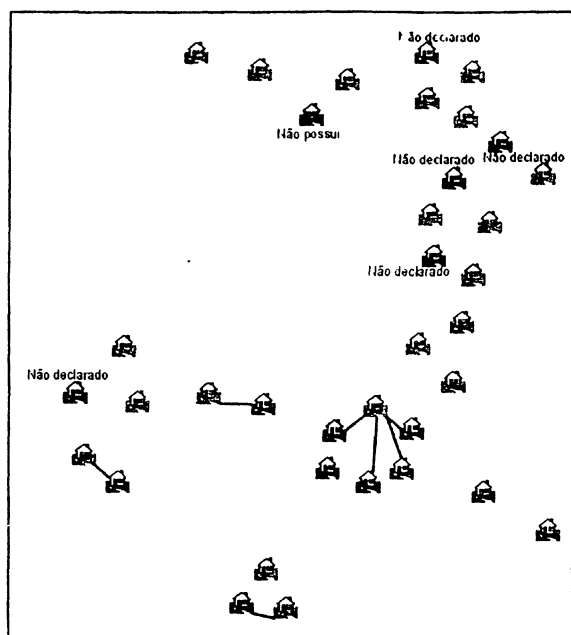
IMÓVEL	Nº de estabelecimentos	% do total	Domicílios	% do total	Famílias	% do total
1	7	21,9	9	25	9	23,6
2	15	46,9	18	50	19	50
3	5	25	7	19,4	8	21,0
4	1	3,1	1	2,7	1	2,7
5	1	3,1	1	2,7	1	2,7
Total	29	100%	36	100%	38	100%

Fontes Enquete/jul2000 e pesquisa de campo, jul-out/2002

A tabela 3 mostra que no interior destes imóveis, encontramos 29 pequenos estabelecimentos, como se pode perceber a seguir⁷⁰

⁷⁰ Cabe ainda ressaltar que os estabelecimentos são entendidos aqui como a parcela de terra gerenciada pela família. Os imóveis são parcelas maiores que estabelecimento, e compreendem terras de mata (a maior parte), de roça e pasto (o estabelecimento)

Figura 9: TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS E DOMICÍLIOS LIGADOS À CADA ESTABELECIMENTO EM RIO VERDE.



Legenda.

- De 1 a 3 ha
- De 3,1 a 6 ha
- Mais de 6,1 ha

FONTE Enquete/Pesquisa de campo, jul-out de 2002

Esta figura também demonstra que alguns domicílios estão ligados ao mesmo estabelecimento. Nestes casos os filhos, recém casados ou com filhos pequenos possuem domicílio próprio, mas trabalham no estabelecimento dos pais. Nestes casos os pais gerenciam a produção, tal como ocorre quando o filho casado e sua família coabitam o domicílio do pai ou sogro

Além disso, em Rio Verde os estabelecimentos são pequenos, como se vê na figura ao lado.

O tamanho dos estabelecimentos não pode ser ampliado, já que a derrubada da mata é proibida, seja para pousio, seja para uma nova roça. Frente à este impedimento, os agricultores recorrem à estratégia que SANTOS (2000) chama de “roças ocultas” ou escondidas, conforme o capítulo precedente⁷¹.

A reprodução dos estabelecimentos do ponto de vista do acesso à terra, está comprometido desde à instituição da APA, principalmente porque afeta o antigo sistema de pousio praticado. Através deste, os locais “de roça” eram mudados para a terra “descansar”, o que garantia maior produtividade⁷². Agora, as porções de mata que seriam derrubadas dentro da lógica do pousio não podem mais ser utilizadas. Esta impossibilidade de manejo do uso do solo os obriga a reutilizar exaustivamente a mesma parcela de terra, o que diminui a produtividade, entre outras consequências ambientais. Como não têm recursos

⁷¹ Não foi possível verificar quantos agricultores têm estas roças. Mas pelos dados obtidos por SANTOS (2000) em Batuva, bem como pela análise do tamanho dos estabelecimentos declarados, percebe-se que é comum a sua existência.

⁷² Como vimos a pouco, no começo do século passado o pousio se dava num intervalo de 15 anos. Em 1970, de seis anos. Alguns agricultores citaram o período de três anos, atualmente

nem assistência técnica para melhorar a qualidade do solo de forma convencional ou na forma apropriada acima, é difícil recuperar a fertilidade

A maior parte da produção destes estabelecimentos destina-se à subsistência, salvo o plantio de banana e palmito, que não são praticados por todas as famílias. A menor produtividade⁷³ implica diretamente em carência alimentar.

Assim como a alimentação, também o trabalho é transformado. As parcelas de terra que antes o absorviam têm sido reduzidas desde a implantação da APA. O trabalho numa parcela menor têm se intensificado, pois a falta de pousio longo aumenta a demanda de capinas e por consequência utiliza-se mais mão-de-obra e obtém-se menos alimento. Sendo assim, outras estratégias vão sendo engendradas, como veremos no capítulo seis.

O acesso à terra em Guaraqueçaba, antes uma questão familiar, está atualmente ligado às restrições da legislação ambiental, desde 1985. A terra destes agricultores - antes vivenciada como propriedade, como “terra da família” ou “morada da vida” HEREDIA (1979) - é, de certa forma negada em função da lei ambiental. Esta situação gera inúmeros conflitos entre a população e o Estado, este último neste caso representado pelo “IBAMA” e os “florestais” (polícia florestal). Violentamente punitivas, seja moral (FERREIRA, 2002) ou fisicamente, as ações destas instituições não levam em conta o significado da terra como patrimônio familiar.

4.4 O SIGNIFICADO DA TERRA COMO PATRIMÔNIO E A APA

O coração da gente está aqui nesta terra. A lei dói pra gente, é como se a gente não soubesse cuidar do que a gente gosta (Srª O., jul/2002, Rio Verde).

⁷³ É importante lembrar que se trata também de um solo considerado não muito produtivo. Logo, mesmo inexistente a restrição de uso, a produtividade seria menor que outros locais do estado e do país

Em Rio Verde não existem cercas, mas a população sente-se presa a uma lei que restringe a liberdade que eles possuíam na relação com as suas terras. Reivindicam a liberdade anterior, de continuar utilizando a terra, como faziam há décadas

Faz-se necessário o conhecimento deste modo de vida em múltiplas dimensões. Porque, se de fato o acesso à terra em Rio Verde está ligado ao valor simbólico atribuído à ela, a terra é a extensão do seu lar, portanto, os próprios agricultores teriam interesse em preservá-la.

Assim, a terra, vista como parte de seu patrimônio, de seu modo de vida, é algo a ser preservado, desde que esteja assegurada também a condição de reprodução do modo de vida. Do contrário, estaríamos tratando de uma área de natureza intocada, o que não é o caso da legislação de Áreas de Proteção Ambiental. Estas devem assegurar a reprodução do modo de vida como um todo, da terra e do homem.

No entanto, no discurso dos agricultores existe uma grande incompatibilidade entre a “Proteção Ambiental” e as suas condições de vida: aquela impede estas.

Se o acesso à terra atualmente tem sido penoso em função dos conflitos fundiários e da diminuição da fertilidade, moralmente a penosidade é também significativa. Trata-se, neste caso, da consequência das ações punitivas da polícia florestal, que lhes fazem sentir como ilegítimos naquela área.

Ao interferir no acesso à fonte de seu modo de vida, a sua reprodução está comprometida, seja da sua identidade, seja da sua família. Moralmente é penoso estar impedido de usar o que é seu física e materialmente.

A penosidade moral, que pode ser atribuída as restrições no acesso à terra numa APA, é identificada também na alimentação. Pois, dentro da lógica do agricultor familiar, produzir seu alimento é uma das condições físicas e simbólicas de se reproduzir. Pelo trabalho que produz o alimento, se vivencia uma sociabilidade específica, seguida da comensalidade. Como consequência da falta de áreas para plantio de subsistência, a reprodução destas dimensões de seu modo de vida ficam comprometidas.

Sendo assim, as ações que punem as lavouras de subsistência são as que inspiram maior penosidade moral, em certa medida, insegurança alimentar

Pois o alimento e todo o complexo sistema social e simbólico que o transforma em “*comida da gente*” é posto em risco.

5. O ACESSO À ALIMENTAÇÃO

Ao investigar a alimentação em Rio Verde a princípio nos detemos à definição: da pauta alimentar, da origem dos alimentos e das estratégias construídas para a obtenção do alimento necessário para a reprodução da família, ou seja, *as alternativas de acesso ao alimento* (BRANDÃO, 1981, p.41)

Entretanto, durante a pesquisa de campo percebeu-se a importância que a comensalidade⁷⁴ teve no processo de construção e manutenção de relações. Esta descoberta sensibilizou a pesquisadora a investigar significados simbólicos ligados à produção, escolha, preparo e partilha dos alimentos como parte da reprodução do modo de vida destes agricultores. É também nesta perspectiva que pretende-se estudar o alimento em Rio Verde.

5.1 A PAUTA ALIMENTAR

A alimentação, em Rio Verde, se caracteriza por quatro refeições principais: café da manhã, entre 6:30 e 8:00; almoço, entre 11:30 e 12:30, café da tarde, entre 16:30 e 18:00 e jantar, entre 20:00 e 21:00. Não é comum comer entre as refeições, salvo as crianças, que se alimentam de banana e outros frutos colhidos (beija-uva, coquinhos, etc).

No entanto, alguns entrevistados lembram que antigamente o horário das refeições era diferente, pois acordava-se mais cedo para “dar conta de todo trabalho”. Tal como descrito por BRANDÃO, *o costume alimentar das fazendas é o de se tomar um desjejum pela madrugada, antes da saída para as roças; fazer almoço antes das 10 horas da manhã; lanchar por volta das 12 horas, jantar antes das 4 horas e fazer uma ceia leve por volta das 7 ou 8 horas da noite, antes de dormir.* (BRANDÃO, 1981, p. 43). Da mesma forma, os moradores mais idosos de Rio Verde relatam que acordavam de madrugada, almoçavam bem cedo, tomavam café no meio da tarde e jantavam ao escurecer. Pode-se observar estes

⁷⁴ Sobre a comensalidade ver também capítulo cinco

horários somente em algumas famílias, cujos filhos ajudavam o casal e em cujo estabelecimento se produzia outras culturas além da banana e mandioca.

A mudança de horários está ligada ao ritmo de trabalho. E neste caso, pode-se dizer que o tipo e o volume de trabalho estão se modificando, conforme descrito no próximo capítulo. As restrições de uso do solo, por se tratar de uma APA, têm diminuído o tamanho das roças e comprometido também o pousio, o que reduz o trabalho, a produtividade e por consequência desta o volume de alimentos produzidos. Esta situação tem levado os agricultores a desenvolver novas estratégias, como a compra de produtos e a mobilização de redes de doações, como vê-se neste capítulo.

Estas estratégias articulam o conjunto de elementos de seu patrimônio sociocultural, entre eles os hábitos alimentares, o que discutimos em seguida.

Em geral o dia se inicia com café puro adoçado com açúcar refinado acompanhado ou não de alguma “mistura de café”. Neste caso, são considerados mistura: mandioca, arroz ou cuscuz de arroz, batata doce, inhame cozidos em água; bolinhos de trigo ou trigo com banana fritos; bolacha de água e sal, raramente pão⁷⁵. O almoço é basicamente composto de arroz. Também feijão, mas nem sempre e em menor quantidade, tal como observou BRANDÃO (1981): *Em Mossâmedes o feijão é comido como um complemento do arroz e em muito menor quantidade diária do que este* (BRANDÃO, 1981, p.32)⁷⁶.

O feijão é uma cultura que naturalmente, em função do tipo de solo e clima de Guaraqueçaba têm pouca produtividade. Além disso, com as restrições legislativas, o pousio diminuiu, e, como é essencial para o feijão, a produtividade tem decaído. O número de capinas aumentou, o que demanda maior mobilização de mão-de-obra. Como veremos no próximo capítulo, maior trabalho, em Rio Verde, implica na mobilização de redes sociais.

A estocagem de feijão, em função da temperatura elevada favorece o aparecimento de caruncho. Além disso, a segunda fase do plantio, que é de

⁷⁵ No trabalho de BRANDÃO (1981) podemos perceber grande diferença nos alimentos ingeridos nesta refeição: *O café-da-manhã é tomado muito cedo e se compõe de leite (não raro engrossado com farinha de milho ou mandioca) e biscoitos ou pães de queijo tomados com café* (BRANDÃO, 1981, p. 44). Em Rio Verde se consome pouquíssimo leite e derivados, pois atualmente não se cria mais gado nem suínos.

⁷⁶ O estudo de Brandão (1981) se refere às estratégias de famílias que migraram das fazendas e se instalaram em Mossâmedes, uma pequena “cidade rural”. Neste caso ainda se planta para a sobrevivência (ver páginas 38 à 42) e se mantém algumas estratégias próprias do modo de vida do agricultor familiar que incorporamos no nosso trabalho como a circulação de alimentos.

janeiro à março coincide com a época de trabalho com o arroz, inviabilizando a mobilização de trabalho já ocupado com o arroz.

Dá-se então preferência ao plantio arroz, e combinam-se fatores naturais como a maior facilidade de cultivo como simbólicos, pois o arroz é fruto de um hábito alimentar, como ainda comenta-se a seguir.

Além da maior quantidade de arroz, em comparação com o feijão, no almoço ainda observa-se em Rio verde a mistura de almoço: em geral lingüiça, frango ou carne de gado comprados e comidos em pouca quantidade.

Percebeu-se que a carne de caça é uma fonte protéica importante, já que o acesso à outros tipos de carne é financeiramente distante. Observou-se também as redes formadas em função desta atividade. Do ponto de vista da comensalidade, a caça é um alimento raro, extremamente apreciado⁷⁷. Antes das proibições em função da legislação quanto à caça, os agricultores relatam que comiam mais caça, o que pode ter causado a diminuição da ingestão de proteínas diárias.

O café da tarde é o mesmo da manhã, bem como o jantar é o mesmo do almoço. Em geral, prepara-se mais almoço, o suficiente para sobrar para o jantar ou “para alguém que não tenha almoço”⁷⁸.

Além do *recordatório alimentar*⁷⁹, foi vivenciada a alimentação em Rio Verde durante os meses de pesquisa, entre julho e outubro de 2002. Assim, pode-se afirmar que a alimentação baseia-se em alguns alimentos principais: arroz, feijão, mandioca, inhame, café. Observamos que alimentos de origem animal⁸⁰ e frutas (coletadas e/ou produzidas: banana, goiaba, laranja, mamão) são

⁷⁷ Tivemos, durante a pesquisa, o privilégio de viver estas situações de extrema confiança e sociabilidade. Riquíssimas fontes de informações, são no entanto preservadas para a segurança dos agricultores. Da mesma forma, oferecer palmito às visitas, o que também preservamos, pelo mesmo motivo.

⁷⁸ Vale a pena citar o relato de uma senhora que explicava-me o quanto as pessoas da cidade são diferentes das do campo porque “*Passar fome mesmo a gente não deixa. Sempre vai ter um prato de comida a mais. Outro dia apareceu aí um homem que veio a pé de Guaraqueçaba. Estava branco de fome, aí a gente deu comida. Ele nem acreditou. Agradeceu muito e foi embora*”.(O, 50 anos, 08/02, Rio Verde).

⁷⁹ Ou recordatório 24 horas, conforme descrito no capítulo sobre metodologia

⁸⁰ Percebeu-se que a carne de caça é uma fonte protéica importante, já que o acesso à outros tipos de carne é financeiramente distante. Observamos também as redes formadas em função desta atividade. Do ponto de vista da comensalidade, a caça é um alimento raro, extremamente apreciado. Tivemos, durante a pesquisa, o privilégio de viver estas situações de extrema confiança e sociabilidade. Riquíssimas fontes de informações, são no entanto preservadas para a segurança dos agricultores. Da mesma forma, oferecer palmito às visitas, o que também preservamos, pelo mesmo motivo

consumidos em menor quantidade e não diariamente. São consumidas sementes e “coquinhos” também coletados. Existem apenas duas pequenas hortas na comunidade, portanto, raramente se consome verduras.

A partir de agosto começa a época de pesca nos rios, o que incrementa a dieta dos agricultores com pequenos peixes no almoço e jantar, fritos⁸¹. Ocorre também maior abundância de frutas. A colheita da banana, que é comercializada, é quatro vezes maior que nos meses de inverno.

Ainda sobre o arroz, este é considerado como a base de sua dieta. Atualmente é plantado somente para o consumo; colhe-se em maio. Por volta de 1930, foi amplamente produzido e comercializado, bem como a banana.

Além de ser a base calórica de sua dieta, o arroz possui significado simbólico importante. Uma das facetas de significação simbólica é o fato do arroz estar relacionado à riqueza e abundância. Como BRANDÃO (1981) sugeria, as famílias relacionam a carência deste à piores condições de vida: *Mais do que qualquer outro produto da terra, o arroz é, durante o ano todo, o alimento de base em toda região. Considera-se que uma família é muito pobre quando não consegue guardar sequer arroz para todo o ano, não possuindo também dinheiro suficiente para comprá-lo quando o da roça acaba (...)* (BRANDÃO, 1981, p.32). Durante as pesquisas anteriores em Rio Verde, bem como em Batuva e Utinga, sempre que se estabelecia uma relação de maior confiança, os pesquisadores eram convidados à “ver o arroz”. Em geral estocado num monte, ocupava diferentes locais na casa ou paiol: sala, quarto, anexo. Nesta pesquisa, durante a qual dedicou-se mais tempo às visitas e conversas, conhecemos várias “camas de arroz”, apresentadas sempre com muito orgulho, simbolizando a fartura: *Comida aqui não vai faltar, vai sobrar arroz este ano, então a gente tá dando pros filhos também*” (Srª O, Rio Verde, ago/2002).

Outra constatação é que a maior parte das doações e partilha de alimentos é feita com arroz, em menor quantidade feijão, mandioca, peixes. As famílias que possuem arroz em “abundância” (que dura para o ano inteiro) centralizam as redes sociais identificadas

⁸¹ O consumo de óleo de soja é grande. Em geral frita-se diariamente bolinhos de manhã, à tarde e no almoço e janta no caso de peixes e linguiça. Antigamente usava-se a banha do porco no lugar do óleo.

A pauta alimentar pesquisada, identifica mais do que um grupo de alimentos ingeridos. São os alimentos escolhidos dentro de uma quantidade limitada de escolhas, seja em função da dificuldade de obtenção, do preço, mas também do costume de se comer determinado alimento. Esta escolha pode ser considerada um *hábito alimentar*, que nas palavras de GARINE (1987), seriam os *meios pelos quais os indivíduos ou grupos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis* (GARINE, 1987, p.04).

Assim podemos afirmar que nem tudo que alimenta é considerado comida: (...) *toda substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida*. (DaMATTA, 1987, p.). Ou seja, o que é comida numa sociedade, é na verdade o resultado da escolha cultural do alimento, da técnica de preparo e da regra de consumo.

Ao comer, partilhamos os significados que esta comida pode ter. Alimenta-se não só por razões nutritivas, o alimento não é apenas uma fonte de nutrição para o organismo humano. Ele desempenha diversas funções na sociedade e está relacionado com aspectos sociais, religiosos e econômicos da vida cotidiana. Por isso, frente às diversas condições ambientais, econômicas, culturais, sociais, nutricionais, o alimento é também escolhido pelo grupo, cultura ou sociedade à qual se pertence.

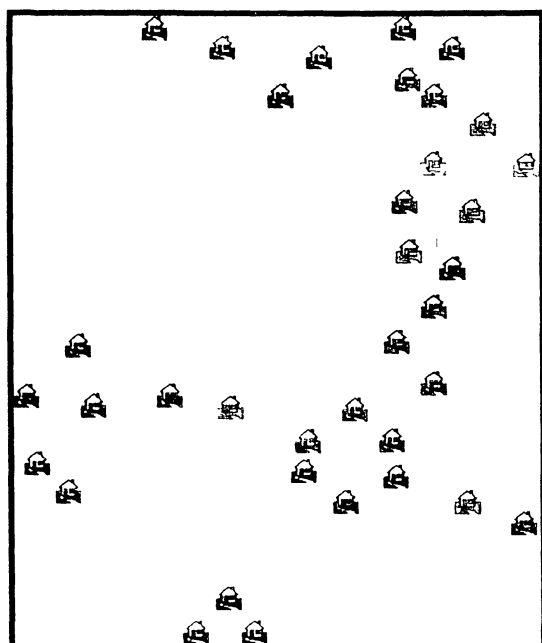
Em diferentes grupos sociais há uma diversidade de crenças e práticas relacionadas aos alimentos. Variam, conforme o grupo social, o modo de cultivo, colheita, maneira de preparar, servir e ingerir os alimentos. Neste sentido, o consumo de arroz em Rio Verde, por exemplo, pode ser considerado uma escolha alimentar que resulta no que foi chamado acima de hábito alimentar. O arroz é uma escolha alimentar em relação à mandioca, por exemplo. Facilmente cultivável e disponível o ano todo, dela se obtém a farinha. No entanto, não se come mandioca cozida ou frita durante o almoço em substituição ao arroz, apesar de fornecer alto valor calórico ou de dar a sensação de satisfação. Apesar disso, a farinha é necessária nas refeições, pois, como os demais alimentos é também fruto de hábitos alimentares: “A gente não come farinha todo dia, mas não pode faltar em casa” (Srª I, Rio Verde, ago/2002)

Segundo PETRICH (1987), no México o milho representa 80% da alimentação do camponês mesmo que seu cultivo seja mais caro e menos

produtivo que o cultivo de soja ou arroz. Além do valor nutritivo⁸², é uma referência cultural: segundo a mitologia maia, o homem foi criado pelos deuses a partir da massa de milho, ao passo que os homens feitos de barro e argila se revelaram inúteis. Cada grão de milho, cada *tortilha* (panqueca de milho), cada gole de *atole* (bebida feita da farinha de milho), além de nutrir, media a comunicação com as forças sagradas. Por isso, *o indígena mexicano até hoje reluta em vender seu milho porque é como se vendesse sua própria carne* (PETRICH, 1987, p.10).

O estudo da pauta alimentar sugere, além dos aspectos já mencionados, algumas diferenças na alimentação das famílias. No mapa a seguir pode-se visualizar a pauta alimentar⁸³ em função dos domicílios pesquisados, que estão ressaltados em cores:

Figura 10: PAUTA ALIMENTAR DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24 HS EM AGOSTO DE 2002 EM RIO VERDE



Legenda:

TIPOS DE PAUTA ALIMENTAR IDENTIFICADOS:

A) MAIS VARIADA:

Café, mistura de café, arroz, feijão, mistura, farinha de mandioca, salada

B) VARIADA:

•Café, mistura de café, arroz, feijão, mistura, farinha de mandioca

C) MÉDIA:

•Café, mistura de café, arroz, feijão, mistura

D) POUCO VARIADA

E) POUQUÍSSIMO VARIADA

•Café, arroz, mistura

Fonte: Pesquisa de campo, jul-out/2002

⁸² Entretanto, o milho não supre as necessidades energéticas do indivíduo, salvo se combinado à outras fontes protéicas e calóricas. A dieta do indígena camponês se reduz à 45 gramas de proteínas ao invés das 70 consideradas essenciais. Obtém 1300 calorias ao invés das 2600 necessárias.

⁸³ O recordatório alimentar aplicado nos 23 domicílios registra o dia anterior da pesquisa, em todos os casos dia de semana. Além disso, através da observação e das ocasiões de partilha da comida em diferentes horários durante os meses de pesquisa, é possível considerar que tais informações representam em boa parte os hábitos alimentares desta comunidade.

Observa-se, então, que existe diferença da pauta alimentar. Em dois dos 23 domicílios nos quais realizamos o recordatório 24 horas, as famílias se alimentam de café, mistura de café, arroz, feijão, mistura, farinha de mandioca e salada. No maior grupo, de 13 domicílios, se consome os mesmos alimentos com exceção da salada. Em 5 domicílios não se consome nem salada nem farinha de mandioca em relação à pauta do primeiro grupo. E neste caso é interessante ressaltar que estas famílias produzem, trocam, doam ou partilham mandioca, além de ter em casa e consumir ocasionalmente, pois, como muitos afirmam “*não pode faltar farinha, é uma vergonha*”.

Dos alimentos consumidos, é sinal de vergonha e extrema carência não possuir arroz e farinha. Dos três domicílios restantes, em dois deles na pauta alimentar não consta mistura de café. A pauta alimentar mais reduzida, composta de café, arroz e mistura de almoço se refere a uma das famílias consideradas pela comunidade como bastante pobre. Esta família recebe doações de alimentos de várias outras, como ver-se-á no item 5.3.

Feita esta ressalva sobre a pequena diversidade das pautas alimentares, prosseguimos com algumas considerações entre o nível de vida das famílias e sua alimentação

Quando relacionamos o nível de vida e a pauta alimentar dos 23 domicílios pesquisados através do recordatório alimentar, temos a tabela 4:

Tabela 4: PAUTA ALIMENTAR E NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE

Nível de vida dos 23 entrevistados	Pauta mais variada	Variada	Média	Pouco variada	Pouquíssimo variada
Médio-alto (4)		3 famílias	1 família		
Médio (5)	2 famílias	3 famílias			
Médio-baixo (2)			1 família	1 família	
Baixo (12)		7 famílias	3 famílias	1 família	1 família

FONTE: Enquete/Recordatório 24hs de agosto de 2002

- a) As famílias que possuem nível de vida médio ou médio alto possuem pautas alimentares mais variada, variada ou média, sendo que a maior parte delas possui pauta alimentar variada, o que representamos em azul na Tabela
- b) Entre as 14 famílias com nível de vida médio-baixo ou baixo (representadas em vermelho), a metade possui pauta variada, as outras

possuem pauta média, pouco ou pouquíssimo variada. É interessante ressaltar que, das 7 famílias que possuem a pauta variada, 5 delas recebe alimentos de outras famílias. Todas as outras sete famílias deste grupo, recebem doações de alimentos.

Sendo assim, considera-se que a maior variedade de alimentos presentes na pauta alimentar, que se identificou nesta pesquisa, está relacionada à famílias com melhor nível de vida. Noutro extremo, famílias com piores condições de vida possuem as pautas menos variadas.

No entanto, a rede de doações de alimento interfere na compreensão destes dados, pois quase a metade das famílias com nível de vida baixo⁸⁴ possuem pauta alimentar variada. Segundo a tendência identificada através do recordatório 24 hs, foi possível observar durante a pesquisa de campo, grande frequência de circulação de alimentos entre estas famílias. Logo, a comunicação de alimentos entre estas famílias permite explicar sua pauta alimentar ser variada.

Em outro trabalho realizado em Paranaguá sobre a situação de vida da população, no âmbito do mesmo Programa de Pesquisa, foram identificadas redes familiares ou comunitárias como estratégia de acesso à alimentação:

Existem em Paranaguá múltiplos tipos de redes de trocas de bens e produtos. Na vida cotidiana das famílias pobres, no plano do núcleo famílias e da família (no sentido de parentesco), as redes constituem uma estratégia importante de sobrevivência e são nelas que os alimentos cotidianos são obtidos, criando esferas mais amplas de distribuição de alimentos e sobrevivência (...) é particularmente significativo em famílias pobres a participação em redes de trocas de alimentos, sendo que o estado nutricional de suas crianças é claramente melhor do que as que não participam. As condições reais de existência de uma família pode, portanto, depender muito mais das redes de solidariedade às quais pertencem e da capacidade das mulheres de se integrarem nestas redes, do que do quadro de vida material dentro do qual vivem (GERHARDT et al, 2002, p 120)

Este estudo nos revela, tal como sugerem as autoras acima, a importância da mobilização de redes que comunicam alimentos. Embora através da pesquisa tenha sido possível esquematizar apenas parte desta dinâmica, no

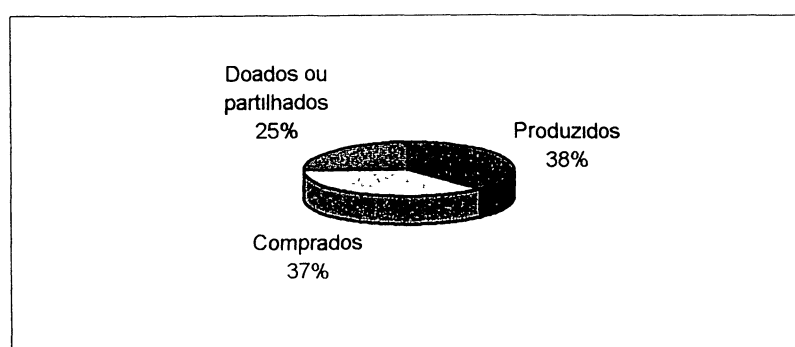
⁸⁴ As outras famílias nestas condições de vida possuem pautas menos variadas. Para a compreensão destes casos, outro elemento pode ser incorporado: a relação entre consumo e trabalho. São famílias onde o número de consumidores é maior que o de trabalhadores (5 casos) ou viúvos idosos

cotidiano as trocas são muito mais densas e variadas, como alertam GERHARDT et al (2002, p.122). Assim, considera-se que, em se tratando do estudo da alimentação realizado em Rio Verde, a mobilização de redes que comunicam alimentos se revelou como uma estratégia importante

5.2 A ORIGEM DOS ALIMENTOS

Através da investigação da origem dos alimentos que compõem a pauta alimentar, identificou-se diferentes formas de acesso à alimentação: a produção para a subsistência, a compra de alimentos e a doação e partilha dos mesmos. No quadro a seguir pode-se visualizar estas diferentes estratégias tendo em vista a pauta alimentar pesquisada:

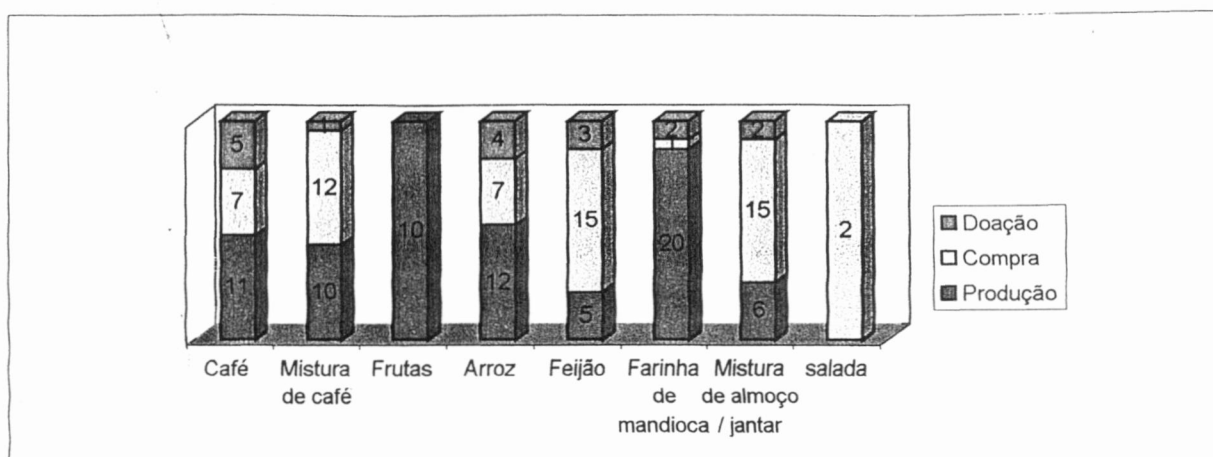
Gráfico 2: ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24hs EM AGOSTO DE 2002.



Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002

Não foi identificada nenhuma ação governamental que tenha garantido a aquisição de alimentos nos meses de pesquisa. Inclusive, a atuação do Estado em Rio Verde reduz-se à escola, poucos atendimentos de saúde através da ambulância do município e a manutenção de alguns funcionários – professor, agente de saúde (mesmo o ponto estando fechado). No quadro a seguir diferenciamos, por item da pauta alimentar, a origem

Gráfico 3: PRODUÇÃO, COMPRA OU DOAÇÃO POR ALIMENTO CITADO NO RECORDATÓRIO 24hs EM AGOSTO DE 2002 EM RIO VERDE

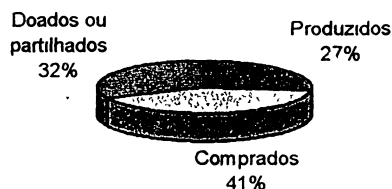


Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002.

Ainda sobre a origem dos alimentos, é importante ressaltar o papel da compra, já que o trabalho que produz os alimentos será especificado no próximo capítulo. Observou-se que em Rio Verde existem três bares que possuem alguns alimentos para venda, como arroz, feijão, produtos de limpeza e outros. Inclusive um deles possui uma variedade grande de produtos, como frango congelado, diversos cereais e outros. Não foi compreendido pela pesquisadora, no início da pesquisa, a razão pela qual as pessoas efetuavam as compras necessárias em Guaraqueçaba, já que a diferença de preço, em alguns casos nem existia. Com o passar do tempo em campo, pode-se perceber que neste bar não se aceita fiado, tal como em Guaraqueçaba. O motivo foi então se revelando: os moradores acham inconcebível “gente daqui” não vender fiado; portanto, em “protesto” comprem em Guaraqueçaba.

Observa-se também que a origem dos alimentos é diferente em cada “região” dentro da comunidade de Rio verde:

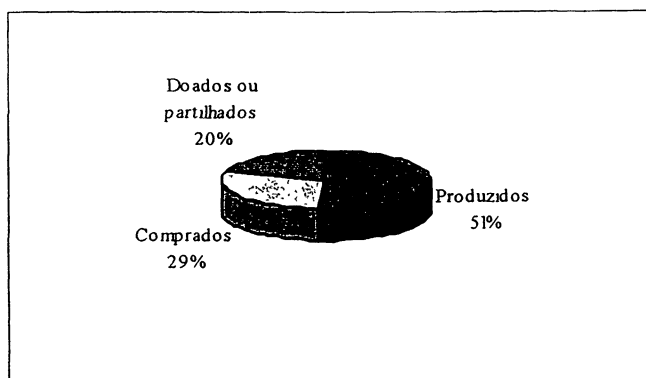
Gráfico 4: ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DE BAIXO” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.



Nesta região a maior fonte de origem dos alimentos é a compra. Constatou-se que alguns fatores como a venda de produtos permite a compra de arroz, feijão, café, misturas.

Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002

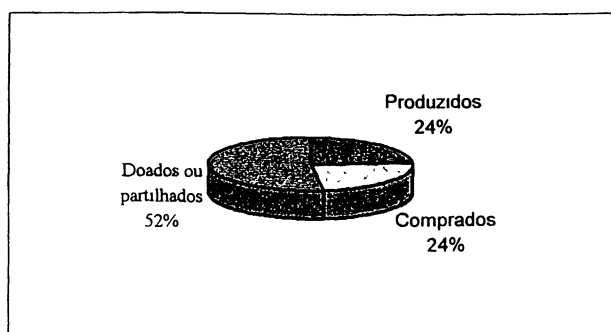
Gráfico 5: ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DO RIO VERDE” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002.



Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002

Ao contrário, na Região do Rio verde, a metade dos alimentos é produzida. Dos alimentos comprados, a maior parte é adquirida em Guaraqueçaba, mesmo existindo um bar com vários produtos, conforme comentamos a pouco.

Gráfico 6: ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO “DA PONTE” EM RIO VERDE PESQUISADAS ATRAVÉS DE RECORDATÓRIO 24HS EM AGOSTO DE 2002



Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002

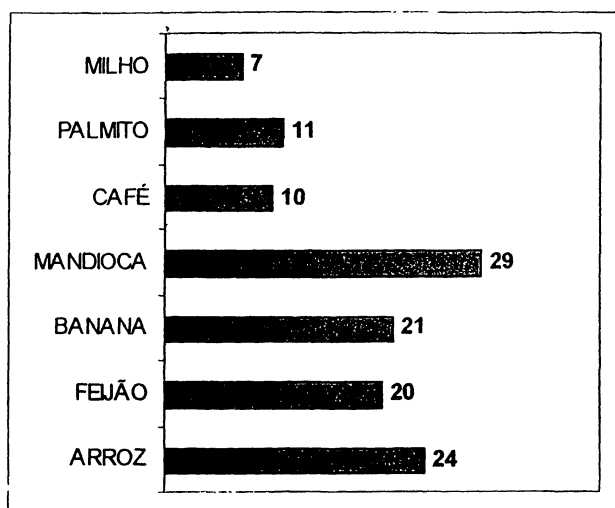
Nesta região a estratégia mais utilizada, é a partilha e doação de alimentos (produzidos ou comprados) entre as famílias. Observamos também a partilha de utensílios domésticos⁸⁵, mais freqüente também nesta região.

Em todas as regiões a rede de doações implica em relações familiares, de compadrio e amizade. Na região de “Rio Verde”, onde a estratégia preponderante é a produção, existem mais filhos “disponíveis” (estão na faixa entre 15 e 20 anos e não estão mais estudando) para o trabalho na terra. Além disso, nesta região estão concentrados os associados que vendem banana orgânica, como ver-se-á no próximo capítulo. A partir desta venda podem contratar mais camaradas e otimizar ou poupar a mão de obra da família (WANDERLEY, 1996).

No entanto, a produção para a subsistência está presente nas três regiões. Tendo por base os 29 estabelecimentos e a produção em cada um deles, chega-se ao gráfico a seguir:

⁸⁵ Evidenciamos, por exemplo, a utilização comunitária de uma panela de pressão. A panela foi emprestada para a uma das mulheres da rede que cozinhou o feijão. Este foi distribuído depois em 5 panelas menores, para 5 famílias cujas mulheres terminariam de temperá-lo.

Gráfico 7: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM RIO VERDE EM 2000 E 2002 E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OS PRODUZIRAM



Fontes: Enquete e pesquisa de campo, jul-out/2002

Sobre a produção, os agricultores relatam que até os anos 60 e 70 do século passado, se produzia mais, bem como se pode perceber no capítulo três. Mas além de ter diminuído, não se pode deixar de considerar a transformação da produção pela incorporação de alguns produtos antes pouco ou não cultivados como no caso da banana orgânica e do palmito.

Como se observa no gráfico 7, sete estabelecimentos produzem milho. Este produto não faz parte da pauta alimentar. Antigamente era produzido por quase todos os produtores, segundo os entrevistados. Era a base da alimentação de suínos e aves. Como diminuíram as terras cultiváveis, a produção destes animais quase desapareceu, bem como a produção de milho.

O cultivo de milho “concorre” em área e mão de obra com o cultivo de arroz. O arroz, fruto de uma escolha alimentar, ganha prioridade de cultivo.

O palmito⁸⁶ tem sido cultivado recentemente, 11 estabelecimentos o produzem, embora apenas dois vendam para a fábrica instalada em Guaraqueçaba. Existe a possibilidade de venda através de um novo projeto que a Terra Preservada e SPVS estão discutindo com os agricultores, que aproveita o mesmo local da plantação de banana para o plantio conjugado de palmito (agrosilvicultura).

Os poucos pés de café da comunidade são “velhos”, como relatam os agricultores. São da década de 60, quando houve o incentivo do Instituto Brasileiro do Café, como visto no primeiro capítulo. Observa-se que é comum “dar a colheita do café” quando existe carência de mão-de-obra (no caso dois viúvos e um casal de idosos), o dono do cafezal permite que uma outra família faça a

⁸⁶ Neste caso preservamos as informações sobre as práticas extrativistas de palmito, pois não é um dos objetivos deste trabalho expor os agricultores ligados à estas práticas

colheita e então combinam o “pagamento”, que nem sempre corresponde à metade da produção.

A mandioca é produzida em todos os estabelecimentos, ou até mesmo no quintal dos domicílios. No entanto, nem sempre é considerada produção. Em geral a cargo do cuidado das mulheres, bem como o inhame e cará, mesmo por elas dificilmente é incorporada como produção do estabelecimento. É comum mãe e filha dividirem a roça de mandioca e os devidos cuidados referentes a esta. Este trabalho é às vezes considerado “*leve, pra descansar*”, no entanto, exige força e resistência. Aos poucos se percebeu que este caráter “leve” se devia ao “clima” no qual o trabalho se desenvolvia: entre fofocas, causos e até canções, mães e filhas ou até comadres faziam o serviço, caracterizando um momento de sociabilidade.

5.2.1 REDES DE TROCA E DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS

Uma estratégia importante no acesso ao alimento é a partilha ou doação. As famílias envolvidas nesta estratégia trocam, recebem doações e/ou partilham alimentos, mas não aleatoriamente. Nas palavras de BRANDÃO (1981), trata-se da investigação da *circulação da comida dentro de sistemas que envolvem, desde as modalidades locais de trocas não remuneradas de “mantimento” entre parentes, vizinhos e amigos, até as compras de comida, feitas dentro e fora dos limites da cidade e do município* (BRANDÃO, 1981, p.12).

Pode-se dizer que em Rio Verde existe esta circulação de alimento. Ao identificar que entre as famílias espera-se reciprocidade, pode-se afirmar que esta circulação se dá por meio de trocas e que ocorre entre algumas famílias preferencialmente. Para entender melhor as lógicas desta circulação de alimento incorporou-se também a noção de rede social. Pois a circulação de alimentos gera diferentes redes dentro da mesma comunidade

A circulação de alimentos tem um caráter mais sutil e fugaz que a mobilização de trabalho, a qual será vista em seguida. Durante as entrevistas realizadas as pessoas não lembravam de todas as trocas de alimentos que realizavam. No entanto, evidenciou-se diferentes tipos de circulação de alimento

durante a observação e participação da dinâmica comunitária cotidiana: a troca, a doação ou partilha, o empréstimo.

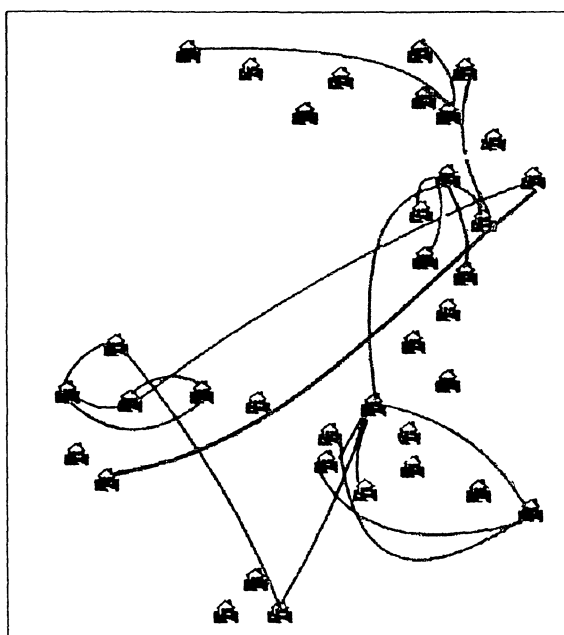
a) A TROCA

As trocas (na figura 12 representadas em azul) estão ligadas principalmente a alimentos prontos oferecidos como presentes como farinha de mandioca, biju e cuscuz obtidos desta, café, doces feitos de mamão, banana, também bolos.

Estas trocas são consideradas pelos agricultores como presentes. No

entanto, espera-se que o presente seja retribuído através de outro alimento oferecido, mesmo que não simultaneamente, pois, como sugere uma agricultora *“Não dá para devolver a tigela vazia, quem não gosta de ganhar uma coisinha?”* (Sr^a J, rio Verde, ago/2002). Sempre que se pede emprestado um utensílio doméstico como peneira, tachó, panela, a

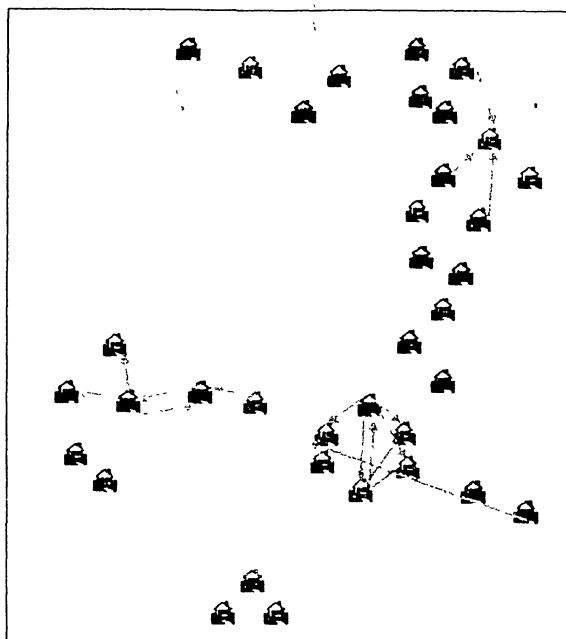
devolução é acompanhada de uma porção do que foi preparado.



Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

As linhas em amarelo representam uma troca especial: arroz produzido por arroz comprado, quando a produção de uma família acaba antes da próxima colheita. O arroz produzido é considerado melhor, tem mais gosto, diferente do comprado. Por ser uma escolha alimentar ligada ao modo de vida que implica no trabalho que o produz, comer arroz possui grande importância simbólica, como se discute neste capítulo

Figura 12: EMPRÉSTIMOS DE ALIMENTOS



O empréstimo não é considerado como troca ou como presente. Em geral se empresta alimento comprado como sal, molho de tomate, temperos ou açúcar, e se devolve o mesmo produto na quantidade que fora emprestada.

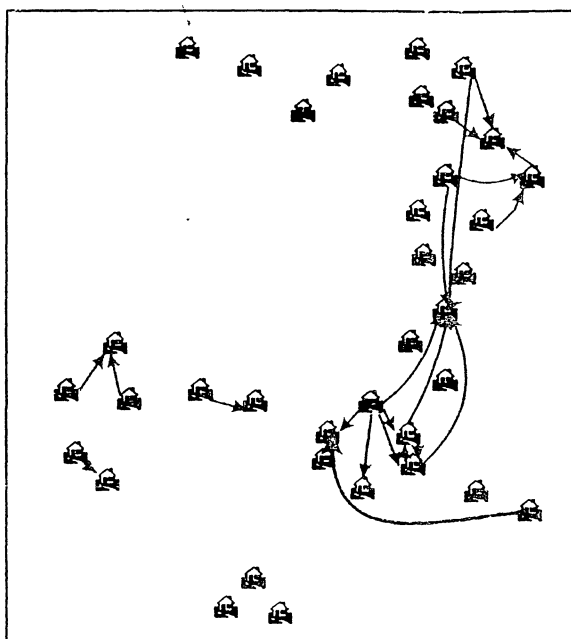
Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

As trocas, como se tentou esquematizar na figura 12, extrapolam as regiões dentro da comunidade. Este tipo de circulação de alimento foi então considerado, tal como alguns momentos de sociabilidade, como uma dimensão importante da manutenção da vida comunitária. Pois identificamos várias trocas na pesquisa, inclusive entre famílias em conflito.

b) A DOAÇÃO E A PARTILHA

Neste trabalho considerou-se como alimentos doados aqueles oferecidos de uma família à outra. Os alimentos mais doados são, respectivamente: arroz plantado, café e farinha de mandioca. Além destes, dentro das informações sobre alimentos doados como na figura 13, foram considerados os alimentos prontos produzidos no dia e então partilhados como, por exemplo, o feijão cozido numa panela e partilhado, peixes fritos e divididos

Figura 13: NÍVEL DE VIDA E DOAÇÕES DE ALIMENTO EM RIO VERDE

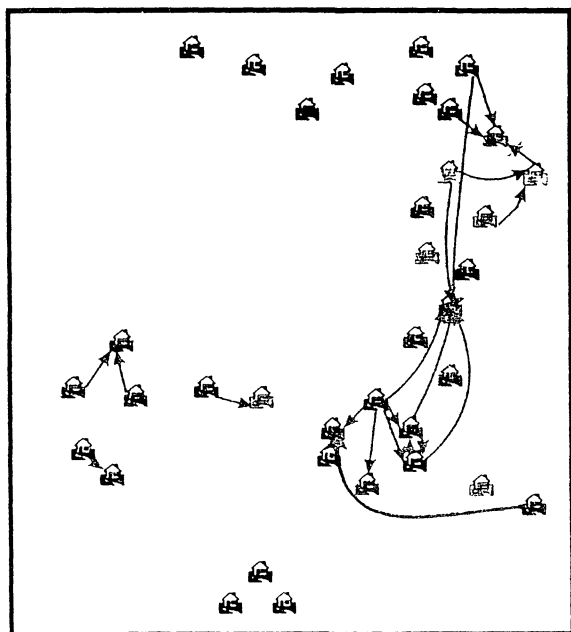


Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

As doações são representadas pelas flechas cor-de-rosa.

Percebe-se que famílias com nível de vida baixo, representadas pela cor preta, recebem doações de famílias consideradas com nível de vida médio-baixo (azul); médio (verde) e médio-alto (vermelho).

Figura 14: DOAÇÕES E PAUTA ALIMENTAR



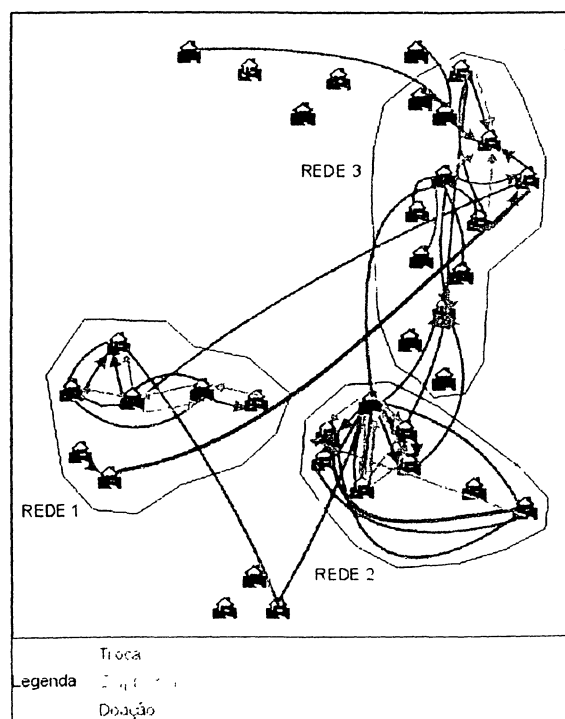
Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

Quando se analisa a doação em função da pauta alimentar, algumas famílias que possuem pauta mais variada doam ou partilham alimentos com famílias cujas pautas são menos variadas, neste caso representadas (respectivamente) pelas cores cor-de-rosa, amarelo e laranja.

No caso das doações, como vemos nas figuras 12 e 13, as redes são mais restritas às regiões da comunidade. Além disso, são também do domínio feminino, em geral recebidas de mãe para filha, irmã para irmã, tia para sobrinha, quando dentro de uma mesma família (Galdinos, Viana ou Pontes). No entanto observou-se que, em função de grande carência alimentar do domicílio representado em rosa nestas duas figuras, famílias de diferentes regiões doam alimentos.

Pelo mapeamento da circulação de alimento, localizou-se três núcleos principais de circulação, que foram chamados de “redes de circulação de alimentos”, que pode ser visto no mapa a seguir:

Figura 15: REDES DE CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS



Existem então três núcleos onde com maior frequência e maior número de tipos de circulação de alimentos. Cada região em Rio Verde possui uma rede, sendo que a amplitude destas redes esquematizadas está em função das famílias que foram pesquisadas.

Conforme citado, as trocas, em azul, extrapolam as redes que permanecem no interior das regiões.

Fonte: Pesquisa de campo, jul-out/2002

Pode-se considerar então que o acesso ao alimento, atualmente, em Rio Verde, é marcado pela produção, pela compra e pela circulação interna de alimentos através destas redes.

No entanto, segundo esta pesquisa, anteriormente às restrições ambientais, se comprava menos. O acesso aos supermercados era mais difícil antes da construção da estrada. No entanto, o aumento da compra dos alimentos,

está ligado principalmente à combinação de pelo menos mais dois fatores: a) a renda oriunda da comercialização de produtos e b) a diminuição das áreas de plantio.

Através da renda obtida no comércio de produtos, principalmente da banana, como se pode ver no próximo capítulo, as famílias têm maior possibilidade de comprar parte de sua pauta alimentar. No entanto, em se tratando de agricultores familiares - para os quais plantar para comer é, simbolicamente, parte da reprodução de seu patrimônio sociocultural – comprar o alimento que nutre a família implica em certo desconforto “moral”.

Pudemos perceber, durante a realização do recordatório alimentar, que os entrevistados orgulhavam-se em indicar os alimentos produzidos. Mas em se tratando dos comprados, era quase vergonhoso ter que comprar, principalmente quando é necessário comprar arroz.

As restrições ambientais, no que se refere ao acesso ao alimento, através da produção dos mesmos, comprometem a segurança alimentar dos agricultores. Estes complementam sua pauta alimentar diária através da compra e da partilha de alimentos. No entanto, em função da importância da manutenção de seu modo de vida, e dentro deste do seu hábito alimentar (e da forma de obtê-lo através do trabalho na sua terra), é penoso moralmente ser impedido de obter a comida do trabalho e da terra, conforme foi possível perceber.

6. O TRABALHO

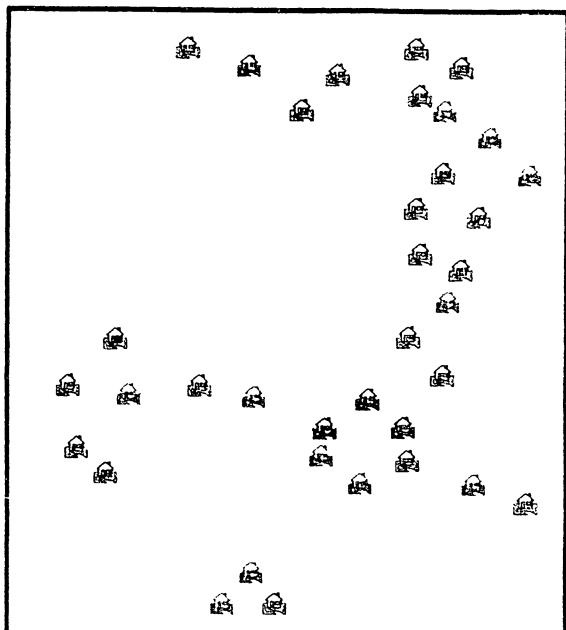
O estudo do acesso ao trabalho procura identificar as estratégias engendradas pelos agricultores para a garantia do trabalho considerado pelos mesmos como necessário para a reprodução da família.

Segundo a literatura sobre agricultura familiar, bem como sobre a agricultura familiar camponesa, o trabalho é preponderantemente garantido pelos membros da família [tal como sugerem LAMARCHE (1997), (1998), MENDRAS (1979), CHAYANOV (1966)], salvo alguns trabalhadores temporários, como podemos identificar em WANDERLEY (1986).

Em nossa pesquisa observou-se que o trabalho necessário para a produção de subsistência, bem como para a banana e para o palmito, destinados principalmente à comercialização, depende, por um lado, do trabalho dos membros da família. Por outro lado depende em grande parte, da mobilização de trabalho na comunidade devido ao que CHAYANOV (1966) identifica como o ciclo biológico da família.

A família, segundo CHAYANOV (1966) está circunscrita à diferentes fases de desenvolvimento, do ponto de vista do ciclo biológico. Do ponto de vista econômico, estas fases implicam em diferentes demandas de trabalho. Assim, quando o volume de consumo não consegue ser suprido pelo volume de trabalho da família, gera-se um déficit de mão-de-obra. Em Rio Verde verificou-se este déficit na maior parte das famílias pesquisadas, como podemos ver na representação a seguir:

Figura 16: DIFERENÇA ENTRE O NÚMERO DE CONSUMIDORES E TRABALHADORES POR DOMICÍLIO EM RIO VERDE



Legenda

- Diferença entre o número de consumidores e trabalhadores = 0 ou 0,5
- Diferença entre o número de consumidores e trabalhadores = 1
- Diferença entre o número de consumidores e trabalhadores = 1,5, 2 ou 2,5

Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

Em 12 dos 36 domicílios o número de consumidores é maior que o de trabalhadores, ou seja, existe pelo menos um adulto (no caso de idosos com mais de 65 anos) ou duas crianças (com menos de 10 anos) que não trabalham.

Dos domicílios restantes, 24, a maior parte (18) possui uma criança (de até 10 anos).

Diante da necessidade de mobilizar trabalho⁸⁷, estas famílias se utilizam de relações de interconhecimento, próprias do patrimônio sociocultural específico de seu modo de vida, como nos sugerem MEDRAS (1979), WANDERLEY (1986) como objetivo de suprir a demanda de trabalho. Durante os meses de pesquisa, verificou-se que as famílias mobilizam mão de obra além da encontrada no domicílio: o casal, filhos e parentes que coabitam este. Esta mobilização de vizinhos, parentes, conhecidos gera diferentes tipos ou relações de trabalho “troca de dias”, “camarada a dinheiro”, “camarada à comida”, “trabalho e produção divididos”. A seguir representamos⁸⁸ estas diferentes formas de relação em função das famílias da comunidade

⁸⁷ O nosso estudo diz respeito às relações entre as famílias para a mobilização do trabalho agrícola. No entanto, pudemos perceber que outras atividades como o trabalho de extração de palmito estão no âmbito da reprodução destes agricultores. Mesmo assim, por se tratar de uma atividade ilegal, preservamos informações referentes à esta, já que podem comprometer os agricultores envolvidos

⁸⁸ Fonte Pesquisa de campo realizada de julho à outubro de 2002

Figura 17: TROCA DE DIA

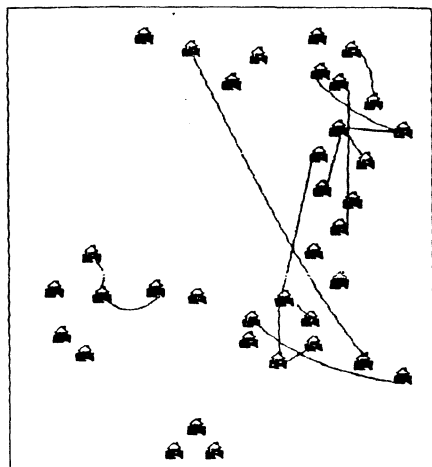


Figura 18: TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS

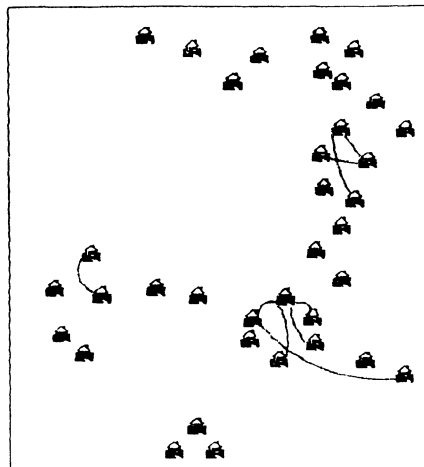


Figura 19: CAMARADAS (EM DINHEIRO)

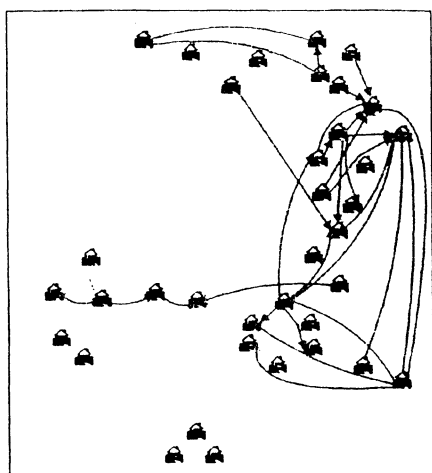
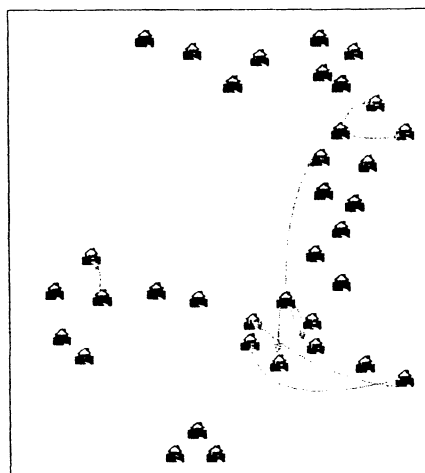


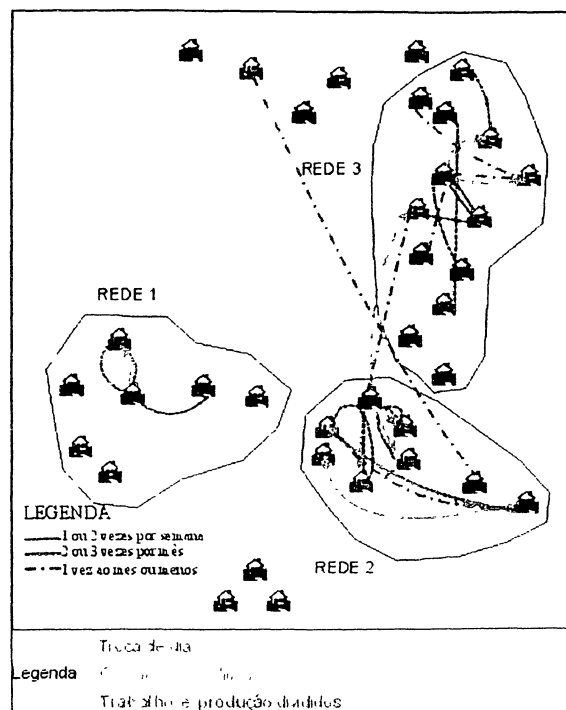
Figura 20: CAMARADAS (EM ALIMENTO)



Como se percebeu nas representações, o acesso ao trabalho em Rio Verde, está ligado a grupos de famílias que trocam diferentes tipos de trabalho com regularidade semanal, mensal, semestral, variando conforme a cultura, bem como a época do ano. Em função da regularidade das trocas no interior de cada grupo, chamamos estes grupos de redes de trabalho. Confirma-se assim nossa hipótese de trabalho já que as famílias pesquisadas se utilizam redes sociais para mobilizar o trabalho necessário para a reprodução da família, ou seja, a inserção em redes sociais otimiza o acesso ao trabalho.

Em Rio Verde, podem ser visualizadas três grandes redes de trabalho, uma em cada “região” da comunidade, como se vê nas figuras 21 e 22:

Figura 21: REDES DE TRABALHO: TROCA DE DIA, TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS E CAMARADAS EM ALIMENTO

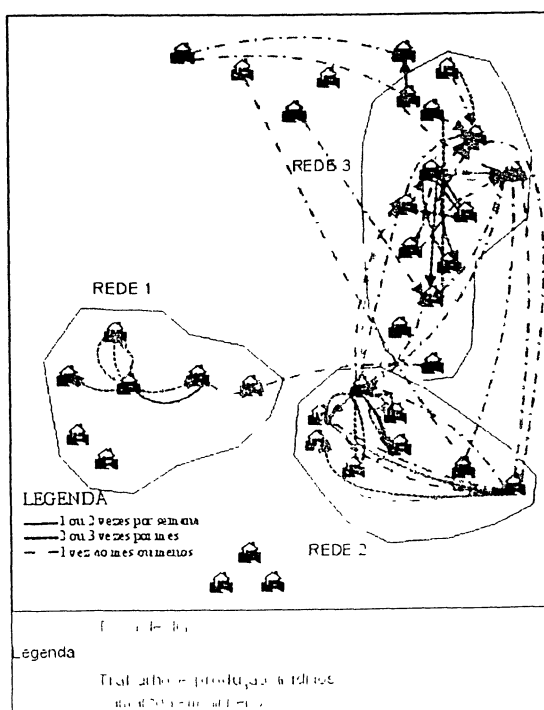


Analisando os tipos de trabalho e as famílias envolvidas, vê-se que a ocorrência de três grandes redes de mobilização de trabalho que coincidem com as redes de circulação dos alimentos. As relações que extrapolam estas redes são as menos frequentes: uma vez ao mês ou menos

Fonte: Pesquisa de campo, jul-out/2002

Figura 21. REDES DE TRABALHO: TROCA DE DIA, TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS, CAMARADAS EM ALIMENTO E CAMARADAS EM DINHEIRO

Quando se incorpora à este esquema as relações de camaradas a dinheiro identificadas na pesquisa, vê-se que estas extrapolam as redes também, apesar de possuírem pouca frequência.

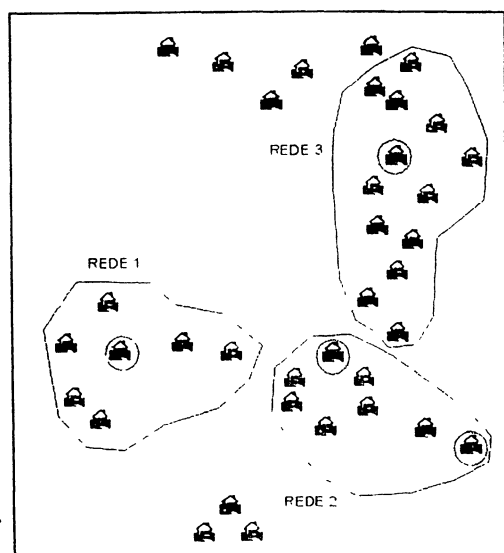


Essa mobilização, específicas do patrimônio sociocultural, supre as necessidades de mobilizar trabalho. Em se tratando da literatura pesquisada sobre o trabalho na agricultura familiar, a mobilização de trabalho, marcada por redes, está ligada a relações de interconhecimento ANTÔNIO CÂNDIDO (1977), HEREDIA (1979), MENDRAS (1979). E de fato, na pesquisa percebeu-se que a mobilização destas redes está ligada ao tipo de relação travada entre as pessoas da comunidade. No entanto, além desta sociabilidade específica deste tipo de relação, que descrevemos no capítulo a seguir, identificamos outros elementos que caracterizam a formação e manutenção destas redes.

Um destes elementos é a reciprocidade necessária, esperada nas trocas de trabalho. A mobilização de trabalho ocorre preferencialmente entre famílias específicas e não aleatoriamente com qualquer família da comunidade. Além disso, entre as duas famílias, ou seja, a que demanda e a que oferece trabalho, existe uma relação anterior: de parentesco, compadrio, de troca de favores e/ou de alimento.

Mas a reciprocidade necessária nas trocas de trabalho, bem como de alimento, como relatou-se no capítulo precedente, não horizontaliza as relações em função do poder de algumas famílias. Pois em cada rede, seja de circulação de alimento ou mobilização de trabalho, pudemos identificar pelo menos uma família que centraliza a rede, o que podemos ver na figura 22

Figura 22. FAMÍLIAS QUE CENTRALIZAM AS REDES DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHO E CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS



Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

Estas famílias que centralizam as redes de trabalho possuem algumas características em comum:

- a) são as famílias que emprestam dinheiro para as demais, o que é bastante comum;
- b) possuem nível de vida médio alto ou médio;
- c) estão numa situação de déficit de mão-de-obra, seja pela existência de filhos pequenos ou outros membros que não trabalham. Esta característica, no entanto, se refere à maior parte das famílias na comunidade;
- d) Estas famílias comercializam banana;
- e) existe um aposentado na família, o que viabiliza ou otimiza a contratação de camaradas.

A aposentada em geral é uma mulher idosa. Com exceção da região “Da Ponte”, onde existem duas famílias que centralizam a mobilização de trabalho, e uma delas o homem é o aposentado. Estas mulheres aposentadas (todas viúvas) participam e/ou determinam a contratação de camaradas, ou outro tipo de trabalho. Durante o mapeamento das relações de trabalho, percebemos que as mulheres sabiam mais detalhes que os filhos ou maridos sobre a produção, o tipo de trabalho, quem contratou, para quem ainda “deviam trabalho”. Como gerenciam a alimentação, relacionam o número de diárias pagas à quantidade de comida comprada, da mesma forma que a quantidade de arroz, feijão, mandioca produzida e mantida através do trabalho do marido, dela, dos filhos e da comunidade através das redes.

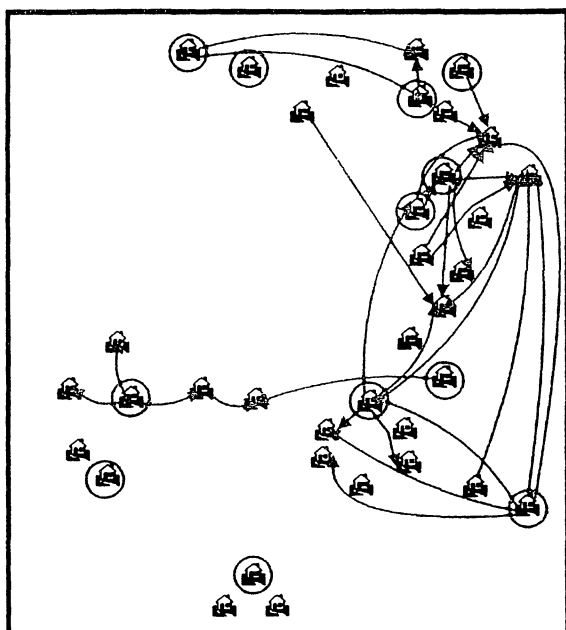
6.1 A CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS

A contratação de um trabalhador para um dia de trabalho para completar o trabalho necessário para garantir o consumo da família, poupando ou substituindo um ou mais membros desta, é comum no âmbito da agricultura familiar. Segundo WANDERLEY (1996), *o campesinato brasileiro revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo,*

trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 1996, p.25). Esta autora revela a dupla face deste tipo de relação de trabalho: o agricultor, ao mesmo tempo em que contrata camaradas é ele mesmo um camarada, o que se observou também em Rio Verde.

Em Rio Verde é comum a existência de camaradas pagos tanto com dinheiro quanto em alimento, sendo estes alimentos produzidos e/ou comprados somando o mesmo valor pago em dinheiro. Além disso, comparando o número de relações descritas pelos entrevistados, o camarada em dinheiro é o tipo de relação de trabalho predominante nesta comunidade

Figura 23: APOSENTADOS E CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS



Fonte: Pesquisa de campo, jul-out/2002

Cruzando as informações sobre a existência de um aposentado na família, com a contratação de camaradas, podemos perceber que existe uma relação entre a contratação de camaradas e aposentadoria: grande parte dos camaradas são contratados por famílias nas quais um membro é aposentado. Na figura ao lado podemos ver esta relação, os aposentados, representados por círculos verdes, viabilizam a contratação de camaradas

No entanto, os agricultores enfatizam que antigamente não se contratava tanto camarada. Em pouco mais de 20 anos, segundo os entrevistados, começou a mudar o tipo de relação de trabalho: antes se trocava mais dias e dividia-se mais a produção do que hoje, quando o número de contratação de camaradas é muito maior. Antigamente se contratava camarada, mas com menor frequência que hoje, pois existiam os mutirões, lembrados nostalgicamente pelos agricultores mais velhos em função dos bailes e da comida.

Atualmente, mediante a diminuição das áreas de plantio em função da legislação ambiental, o volume de trabalho modificou-se, bem como o tipo de

trabalho. Os mutirões eram essenciais na colheita do arroz, nas grandes roçadas, que hoje não ocorrem.

Em se tratando de estudos que relatam mutirões, ANTÔNIO CANDIDO (1979), o cita como *uma das formas de solidariedade* caracterizada pelo trabalho coletivo de ajuda mútua. E no seu caso o mutirão definia os limites do que se chamava de bairro, ou seja, a rede social que sustentava a prática do mutirão definia o grupo de famílias num bairro, apesar da localização espacial destas famílias: *Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua* (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.67).

A reciprocidade é um elemento essencial na prática do mutirão, por conseqüência, no caso do trabalho deste autor, da residência no bairro onde este se realiza: *É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento.* (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.67). O mutirão gera, em função da reciprocidade, uma rede de relações entre as famílias, pois o trabalho deve ser retribuído: espera-se que quem mobiliza o mutirão, além de oferecer o alimento e o baile, participe dos mutirões mobilizados pelos agricultores que estão nesta rede, ou no caso deste autor, deste bairro, como vê-se no trecho a seguir:

(O mutirão) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajuda-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, plantio, roçado, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.67)

Este autor ressalta o caráter festivo do mutirão, em função da comensalidade, bem como dos bailes que finalizam as atividades agrícolas. Este caráter, seria imprescindível na reprodução sociocultural. *o aspecto festivo de que se reveste constitui um dos pontos importantes da vida cultural* (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p 68).

Em Rio Verde, os agricultores lembram que nos mutirões se dançava fandango com os tamancos típicos e consideravam estas ocasiões como forma

de ensinar os mais novos os rituais que reproduziam seu patrimônio sociocultural. Atualmente, no entanto, este incorpora, inevitavelmente a diversão dos jovens sob o ponto de vista destes agricultores: a televisão, os bailes com música eletrônica. Este caráter festivo é hoje um dos empecilhos na realização deste, pois os agricultores, que há cerca de uma década se tornaram evangélicos desde a chegada desta religião na comunidade, são impedidos de participarem do baile e do mutirão porque *“é festa o dia todo, mesmo trabalhando”* (Sr. S, Rio Verde, jul/2002).

Cabe ressaltar também que se realizava mutirão para o trabalho em maior escala, como nos aponta um agricultor: *“Há vinte anos atrás quarenta homens colhiam 3 alqueires de arroz num dia, hoje as roças são menores e quase não tem nem troca de dia”* (Sr. S, Rio Verde, jul/2002). Conforme o primeiro capítulo desta parte, a lei ambiental restringe a área de derrubada da mata e compromete o sistema de pousio, reduzindo o tamanho das áreas de trabalho agrícola. E neste caso a legislação ambiental que prevê restrição do uso solo, ao impedir a ampliação ou a utilização de áreas que estavam em pousio, tem alterado as relações de trabalho. Pois o mutirão era necessário em casos de áreas grandes. Por consequência, sem esta necessidade, o mutirão não é realizado, modificando a reprodução sociocultural que era garantida através destes (o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo quando discutimos as formas de sociabilidade do ponto de vista da garantia desta dimensão da reprodução).

Além disso, mais recentemente, os produtos cultivados foram se modificando, e este processo também foi responsável pelas transformações nas relações de trabalho. Atualmente, dos 29 estabelecimentos, apenas 7 produzem milho, por exemplo. O milho, segundo os entrevistados, era produzido em quase todos os estabelecimentos à 20 ou 30 anos atrás, e garantia a produção de suínos e frango, hoje quase inexistentes. Tanto o milho como o arroz eram cultivados através de mutirões, que se tornavam bastante freqüentes, semanais, por exemplo.

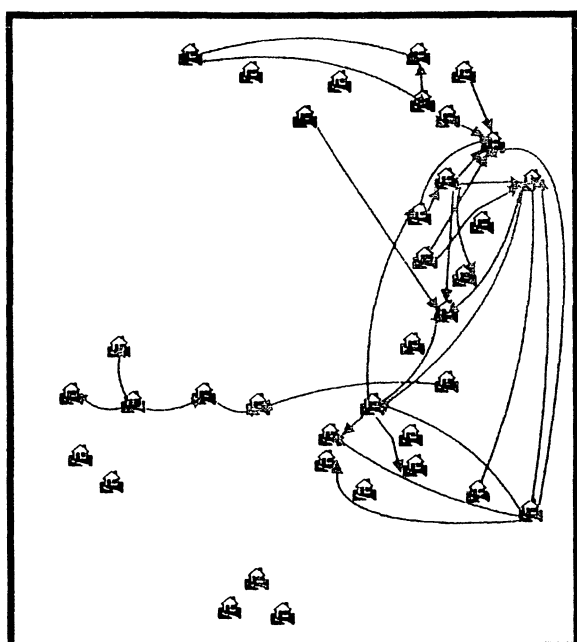
Atualmente o arroz continua sendo produzido, mas o tipo de relação preponderante na sua colheita, em substituição ao mutirão é a troca de dia, a divisão da produção e a contratação de camarada na maior parte dos casos.

Entre os 29 estabelecimentos hoje 21 produzem banana, e em mais dois os agricultores estão plantando mudas para iniciar a produção. No entanto, não

se tem utilizado o mutirão para este cultivo, cuja intensidade têm aumentado, e sim camaradas.

Segundo WANDERLEY (1996) o trabalhar de camarada pode ser uma necessidade estrutural tendo em vista a situação do campesinato brasileiro, quando *a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família, como do próprio estabelecimento familiar.* (Wanderley, 1996, p.26). Neste sentido, em Rio Verde evidenciou-se que algumas famílias dependem desta renda, como vemos na representação a seguir:

Figura 24: CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS E NÍVEL DE VIDA



Legenda

-  Nível de vida médio alto
-  Nível de vida médio
-  Nível de vida médio baixo
-  Nível de vida baixo

Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

Podemos perceber que famílias com nível de vida baixo, representadas em preto, possuem membros que trabalham como camaradas para outras famílias.

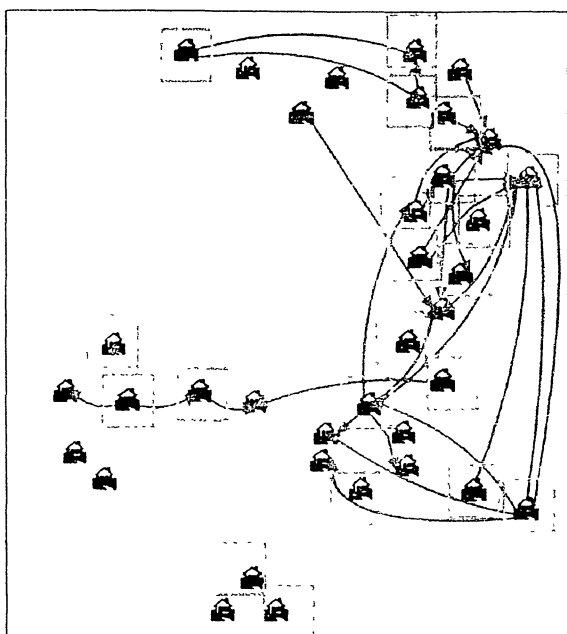
Neste caso podemos dizer que as famílias inseridas nesta rede social de mobilização de trabalho garante minimamente sua reprodução.

Sobre a relação entre o nível de vida e a inserção em redes sociais, percebeu-se que, por um lado, a inserção em redes de trabalho, como no caso de camaradas, bem como doações e partilha de alimentos, garante, minimamente, a reprodução destas famílias. Por outro lado, as famílias que centralizam as redes de trabalho e de alimento são as que possuem melhor nível de vida. Estas famílias produzem e comercializam banana, principalmente

6.1.1 REDES SOCIAIS, CAMARADAS E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA

A produção da banana está ligada mais à contratação de camaradas que a outro tipo de relação de trabalho. Na representação a seguir visualiza-se esta relação, pois as famílias que produzem banana contratam camaradas:

Figura 25: CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS E PRODUÇÃO DE BANANA



Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

O trabalho com a banana se estende ao longo do ano todo, seja para a preparação das mudas na época de setembro, outubro, seja para as roçadas, mais intensas durante o verão, mas ocorrendo também no inverno. Outro trabalho com esta cultura é durante o dia da colheita dos cachos, o que inclui “despencar a banana” (colher o cacho e transportá-lo), lavá-la e colocá-la em caixas para serem carregadas e transportadas até Antonina. Para estas diferentes fases do trabalho é que são contratados os camaradas

A demanda de trabalho por camaradas, principalmente no que se refere ao trabalho com a banana, têm mobilizado filhos de agricultores que haviam emigrado para outras cidades, entre elas Matinhos, Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá (litoral do Paraná) Como MENEZES (2002) sugere, trata-se de

trajetórias sociais entre camponeses ligadas à mobilização por trabalho. Mediante a formação de uma rede de parentes estabelecidos em Matinhos, por exemplo, os filhos e netos de agricultores que ainda moram em Rio Verde voltam a comunidade para trabalhar. Assim, nos meses de verão onde encontram trabalho em lanchonetes, pousadas e hotéis no litoral, permanecem em Matinhos; nos meses que antecedem o inverno, bem como no inverno trabalham como camaradas em Rio Verde, principalmente com a banana. Para esta mobilidade contam com pelo menos duas redes. a que provê moradia e contatos para empregos na cidade, por um lado. Por outro, contam com a mobilização de trabalho garantida pelas redes sociais identificadas em Rio Verde.

No entanto, o trabalho com a banana orgânica é recente, desde 2000 através de um projeto de comercialização de produtos orgânicos realizado por uma parceria entre a Terra Preservada e a SPVS, conforme comentado no primeiro capítulo.

A produção de banana orgânica, por não ser poluidora, é compatível com a legislação, desde que os bananais não sejam ampliados a ponto de desmatar a mata nativa. Para ser um produtor orgânico, é necessário que toda a propriedade seja certificada como orgânica pelo Instituto Biodinâmico [IBD] e pela Imo Control do Brasil, com sede na Suíça. A SPVS financia estas visitas dos técnicos que fazem a certificação através do projeto citado⁸⁹.

Segundo o técnico responsável pela execução do projeto, a produção de banana orgânica⁹⁰ foi de 100 toneladas em 2001. Para 2002, a expectativa era de produzir 250 toneladas. Como o produto ainda não tem a qualidade exigida pelo mercado externo para ser embarcada in natura, ele é processado pela empresa Terra Preservada, exportadora de produtos orgânicos de Curitiba [PR]. Depois de transformado em banana passa, o produto é embarcado para a Suíça e de lá

⁸⁹ O maior gasto do processo é com as visitas da certificadora - uma a duas por ano -, que custa R\$ 200,00 por produtor. Para garantir sua continuidade, foi criado um fundo rotativo, doado a fundo perdido pela SPVS. A expectativa é que, com o tempo, as vistorias possam ser feitas por amostragem, diminuindo o custo

⁹⁰ O cultivo da banana na região ainda é extrativista, com a lógica do pousio, ou seja, quando a produção cai, muda-se de lugar. No entanto, hoje existem restrições para essa prática tradicional, pois estão em área de preservação - Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaraqueçaba -, onde não se pode abrir novas áreas de mata. A técnica sugerida é de manejo do bananal, através da poda e da presença de espécies que sombreiem as bananeiras, pois numa região com 2.200 mm de chuva por ano, há muita disponibilidade de nutrientes e as plantas se regeneram facilmente, segundo o técnico deste projeto

distribuído para a Europa. Para 2002 a expectativa era de exportar 50 toneladas da banana passa orgânica.

Porém nem todas as famílias que produzem banana comercializam este produto. Dos 21 estabelecimentos produtores, 14 destes comercializam a banana⁹¹. Esta situação tem gerado conflitos na comunidade entre o grupo que produz e não vende e o que vende.

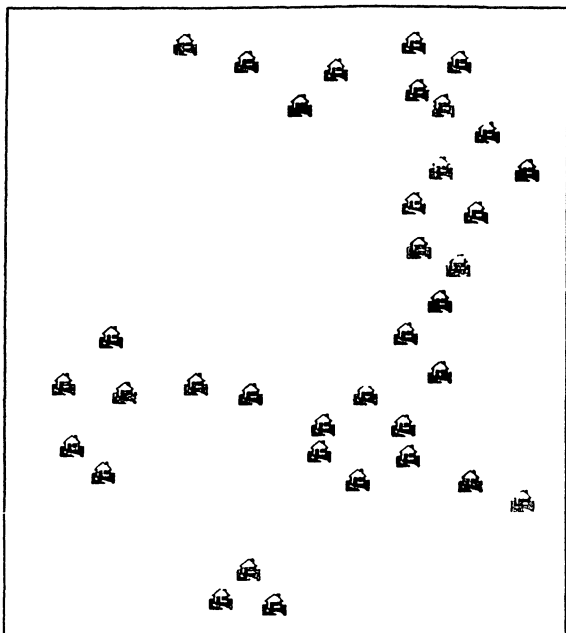
A comercialização da banana orgânica de padrão exportação se restringe aos produtores que fazem parte da Associação dos Produtores de Rio Verde. A não inclusão de alguns agricultores nesta associação é anterior à execução deste projeto envolvendo a banana, embora os conflitos tenham se intensificado desde então.

Durante nossa pesquisa observou-se a tensa relação entre as famílias que centralizam a rede de comercialização da banana e as famílias que não fazem parte da associação, mas que tentam comercializar sua produção (não totalmente orgânica e ainda não certificada para ser considerada padrão exportação) através de outros meios, como por exemplo através de via fluvial até Antonina.

Em função desta rede de comercialização que identificamos, relacionou-se o nível de vida e a comercialização da banana, como observamos na representação a seguir:

⁹¹ A certificação é feita pela Imo Control do Brasil, empresa com sede na Suíça, e com ela os agricultores conseguem agregar mais de 100% ao preço de seu produto. Enquanto o valor convencional da caixa de 22 Kg de banana na região é de R\$ 1,50, a banana orgânica vale R\$ 3,50. Quando consegue o padrão exportação (quando toda a propriedade é manejada organicamente, inclusive os animais), esse valor chega a R\$ 4,00. Neste ano, 18 produtores já alcançaram esse padrão na região do rio Verde.

Figura 26: PRODUTORES QUE COMERCIALIZAM BANANA ORGÂNICA PADRÃO EXPORTAÇÃO



Legenda

-  Nível de vida médio alto
-  Nível de vida médio
-  Nível de vida médio baixo
-  Nível de vida baixo

Fonte Pesquisa de campo, jul-out/2002

A maior parte das famílias que possuem nível de vida melhor comercializam banana. As 14 assinaladas em amarelo comercializam banana orgânica, e destas apenas quatro possuem nível de vida baixo.

A inserção na rede de comercialização da banana, principalmente banana orgânica, está ligada a um melhor nível de vida. No entanto, esta rede possui um aspecto diferente das redes apresentadas até agora: a participação de elementos externos à comunidade. Os técnicos das Ongs em questão que viabilizam a comercialização fazem parte desta, além dos 14 membros da Associação dos Produtores de Rio Verde.⁹²

⁹² Numa das reuniões entre estes agricultores e técnicos se debateu sobre a eficácia de algum projeto marginal à comercialização, como o da apicultura, que hoje possui apenas um produtor. Além disso marcam-se as visitas de técnicos e novos projetos. Mesmo existindo conflitos entre estes membros, o dia da reunião (mensal, em Rio Verde) é marcado por longas conversas acompanhadas de comensalidade.

7. RELAÇÕES DE INTERCONHECIMENTO E SOCIABILIDADE

Durante a pesquisa vários momentos de lazer e de sociabilidade foram vivenciados na comunidade do Rio Verde. A princípio esta participação pareceu uma boa forma de “entrada” na comunidade. Com o passar do tempo e mediante a grande frequência destas atividades, percebeu-se a própria sociabilidade como outro importante aspecto de reprodução deste modo de vida, o que discutimos neste capítulo.

Neste sentido, retoma-se o referencial teórico do ponto de vista da sociabilidade específica do agricultor familiar camponês. Como se viu segundo a literatura que discute o campesinato, a agricultura camponesa traz a marca do tipo de relações internas que se conceituou como *relações de interconhecimento*.

Quando os sujeitos se reconhecem mediados por relações de interconhecimento, existe um saber recíproco e total do outro. Por isso, ambos não se definem pelo seu estado ao executarem um papel como o de “camarada”, já que as relações são sempre integrais, totais. Pudemos perceber que a sociabilidade, neste caso, implica em trocas simbólicas que preservam e reatualizam estas relações de interconhecimento. Ou seja, através dos diferentes momentos de sociabilidade não se executa outro papel segmentado atribuído a um momento de lazer (por exemplo, os membros de um grupo esportivo). Ao contrário, evidencia-se o reconhecimento do outro como indivíduo integral.

Na medida que a sociabilidade preserva as relações de interconhecimento, configura-se numa estratégia de reprodução simbólica do modo de vida. O *habitus* destes agricultores é reproduzido nestas relações. Percebeu-se a formação de grupos, seja em função da comercialização da banana, seja em relação à família à qual pertencem. E existem conflitos, situações de tensão entre os grupos. No entanto, evidenciou-se que estas situações são perpassadas e até amenizadas especialmente nos momentos de sociabilidade.

Os momentos de sociabilidade identificados na pesquisa realizada mostraram uma das faces importantes do modo de vida dos agricultores familiares, a sua vida social cotidiana, em meio a conflitos e consensos. Pois

através do que chamamos de “momentos de sociabilidade” reatualizam sua forma específica de se relacionar, ao mesmo tempo em que reafirmam as trocas de capital social, o que discute-se em seguida

Em Rio Verde, a sociabilidade estava ligada ao que se pode chamar de momentos de lazer dos moradores de Rio Verde, como as ocasiões de jogos de futebol, bailes, pescarias, banhos de rio, conversas em bares, pátios, visitas e outros, como se discute a seguir. O lazer é pensado neste caso com um momento de ruptura, seja com a cotidianidade familiar, do trabalho, da necessidade, como nos sugere BRUHNS (1997). Segundo DUMAZEDIER (1979), a reprodução social possui pelo menos duas dimensões, igualmente importantes: a do trabalho e do não trabalho - *ambas humanizam o homem: a ociosidade nega o trabalho, o lazer o supõe (...)* O lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. *Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho.* (DUMAZEDIER, 1979, p.28).

Entre os agricultores em Rio Verde, a sociabilidade, parte integrante do lazer, não se restringe à este, faz parte também de ocasiões de trabalho. Assim, o trabalho na casa de farinha, a roça de mandioca tocada por mãe e filha, a colheita do café, são importantes momentos de sociabilidade; são momentos de lazer mediados pelo trabalho.

Descreve-se a seguir alguns dos momentos de sociabilidade observados e vivenciados, sejam aqueles ligados ao trabalho, sejam aqueles distanciados deste. É importante ressaltar que não se pôde identificar a riqueza destes momentos através de formatos mais formais de pesquisa, como enquetes, questionários. Na enquete realizada em 2000, os agricultores mais citaram como formas de lazer, respectivamente: “*ir à igreja*”, “*ir ao bar*” e “*bailes*”. Somente com o passar do tempo e através da vivência destes momentos identifica-se a existência de formas de lazer não apontadas na enquete. as conversas no pátio, os banhos de rio, a pesca, por exemplo.

No entanto, por outro lado a frequência à igrejas foi apontada como atividade de lazer. Ou seja, para os moradores de Rio Verde entrevistados na enquete, a noção de lazer está ligada ao momento de frequentar as duas igrejas, uma católica, a outra evangélica. O que revela uma relação específica com o sagrado através do lazer e da sociabilidade, questão discutida por BRANDÃO (1985), conforme veremos em seguida

Para aprofundar a compreensão do lazer e da sociabilidade em Rio Verde foram selecionadas algumas das formas de lazer observadas. Pois estes momentos revelaram uma forma específica da dimensão da reprodução. Tratamos da sociabilidade vivenciada em momentos de lazer ligados ou não ao trabalho como um fator dinâmico de reprodução simbólica do modo de vida dos agricultores. Através da vivência dos momentos de sociabilidade, o patrimônio sociocultural, ou *habitus* é reatualizado e o capital social reafirmado.

Discute-se a sociabilidade vivenciada em Rio Verde em função de três tipos de vivência da sociabilidade: a) a comensalidade; b) o trabalho e c) momentos lazer no que diz respeito aos bares, bailes, futebol, pesca, banhos de rio e finalmente a freqüência à cultos e missas. Tanto a comensalidade quanto o trabalho não são representados no discurso dos agricultores como momentos de lazer, no entanto, identificou-se nestes intensos momentos de sociabilidade.

7.1 ALIMENTO E SOCIABILIDADE⁹³

O ato de alimentar-se representa uma importante forma de sociabilidade, a *comensalidade*. Primeiramente evidenciou-se esta importância porque através da comensalidade estabeleceram-se relações que viabilizaram a pesquisa de campo entre os vários cafés, almoços e jantares que partilhamos.

Como nos sugere ISHIGE (1987)⁹⁴, comer é uma atividade social, para além de uma necessidade fisiológica. E preferencialmente se come com um *comensal*, que é *aquela que come à mesma mesa com outros* (ISHIGE, 1987, p.18).

Estar à mesa com outros, não implica, necessariamente num clima harmônico, como se pode imaginar. Ao contrário, o horário das refeições veicula palavras, gestos de amizade, negócios, especulações, poder entre outros, como

⁹³ Sobre comensalidade ver também anexo 3

⁹⁴ Naomilchi Ishige é especialista japonês em antropologia cultural, professor no Museu Nacional de Etnologia. Autor das obras: 'Explorar a vida alimentar' e 'A etnologia do guloso'. In. Correio da Unesco, julho/1987

nos sugere BRILLARD-SAVARIN (1989). Pois durante as refeições às quais as pesquisadoras eram convidadas a fazer parte, os agricultores especulavam sobre nosso trabalho, bem como sobre nossa vida pessoal, já que é próprio da sua forma de ver o mundo o conhecimento mais integral possível do outro para se estabelecer uma relação de confiança.

Além disso, estar à mesa com os outros implica numa relação de poder, estreitamente ligada ao gênero. Nas primeiras vezes que se partilhou de uma refeição na casa de um agricultor, em geral a pesquisadora sentou-se à mesa com este e com os filhos mais velhos. Ao final da refeição, esposa e filhas se alimentavam. As crianças menores, meninos ou meninas em geral comiam junto da mãe, portanto, depois.

A princípio imaginou-se que a falta de pratos condicionava esta atitude. No entanto, percebeu-se que mediante o consentimento do marido, depois de pedidos ou questionamentos da pesquisadora, a esposa era convidada para sentar-se, convite que não necessariamente era estendido às filhas. E quando esta situação ocorria, a mulher permanecia em silêncio.

O momento de sentar-se à mesa era de domínio masculino, pois antes e depois as mulheres atuam e conversam bastante: pilando arroz e/ou limpando e arrumando a cozinha. No entanto, só foi possível participar destas fases do trabalho de domínio feminino depois da construção de relações de confiança. No entanto, foi de extrema importância, pois as mulheres, em sua maior parte, enriquecem em detalhes as informações sobre as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que dominam a gerência da alimentação.

Segundo CRAVO et al (1989), a *comensalidade permeia todas as relações sociais nas sociedades humanas, bem como nas diferentes classes sociais de uma mesma sociedade, apresentando sempre uma dimensão cultural* (CRAVO et al, 1989, p.74). Este mesmo autor aponta a comensalidade associada às ocasiões de casamento, amizade e até mesmo rituais funerários:

Na maioria das cerimônias de casamento em nossa sociedade, temos algum tipo de comensalidade, e em outras sociedades, o próprio casamento garante ao indivíduo o modo de acesso ao alimento (...) As relações de amizade brasileira também são permeadas por uma troca de alimentos. Assim, conforme a região, o visitante, parente ou amigo será sempre recepcionado com um cafezinho, chá ou chimarrão, ou até mesmo um lanche completo (CRAVO et al, 1989, p 74).

DaMATTA (1987) vincula a sociabilidade ao que chama *prazer da mesa*, em oposição ao *prazer de comer*. Para este autor, o prazer de comer, que antecede o prazer da mesa, é a satisfação de uma necessidade: *O prazer de comer o temos em comum com os animais; pressupõe apenas a fome e o que é preciso para satisfazê-la* (DaMATTA, 1987, p.163). Por outro lado, o *prazer da mesa é uma particularidade da espécie humana; pressupõe os cuidados para preparar a refeição, para escolher o local e reunir os convivas (...) é a sensação refletida que nasce das várias circunstâncias dos fatos, do local, das coisas e das pessoas que estão presentes à refeição* (DaMATTA, 1987, p.163). Por isso podemos dizer que o prazer da mesa reforça os laços da sociabilidade.

ISHIGE (1987) reforça esta idéia de prazer da mesa ao partilhar uma refeição:

Uma refeição solitária pode perder seu sabor, mesmo um refinado jantar. É necessária uma companhia, um comensal. Mas não basta ser qualquer um, deve ser uma pessoa do nosso grupo de comensalidade (...) As refeições feitas em grupo reforçam o grupo e contribuem para sua coesão. São também um meio de comunicação que permite a cada um mostrar a sua identidade (...) Partilhar uma refeição é igualmente partilhar sensações, e esta é a razão pela qual, em numerosas sociedades, as celebrações rituais são acompanhadas por banquetes, ocasiões em que são reforçados os laços antigos ou criam-se novos (ISHIGE, 1987, p. 18).

A comensalidade acompanhou a pesquisa de campo⁹⁵, permitindo que fossem construídas relações de confiança para o desenvolvimento da pesquisa. Através das refeições partilhadas, oferecidas, pelos agricultores, reforçam-se as relações com seus comensais. Sendo assim, através da comensalidade se vivencia a sociabilidade, ao mesmo tempo em que reforça os vínculos que garantem a comunicação de capital social, no caso, por exemplo, das reuniões com técnicos que executam os projetos de Ongs na comunidade, nítidos momentos de comensalidade.

⁹⁵ Verificou-se que à medida em que se oferecia alimento, as relações de confiança se reafirmava. No início a pesquisadora era recebida à porta. Depois era convidada à entrar na sala onde recebia café. Aos poucos, depois de alguns cafés, foi sendo convidada para almoçar, jantar. E o café que se sentia mais orgulho em oferecer era, necessariamente, aquele produzido em Rio Verde.

7.1.1 ALIMENTO E SOLIDARIEDADE

No capítulo três se pôde identificar a doação e a partilha de alimentos como estratégias importantes no acesso ao alimento. Mas, tendo em vista a questão da comensalidade, vale a pena discutirmos esta estratégia à luz das implicações acima descritas.

Doar e partilhar, neste caso estão ligados à solidariedade mais que a sociabilidade, se pensarmos esta a partir da comensalidade. Pois se doa alimento para várias refeições, também se partilha do alimento preparado para a refeição, mas não se trata de convidar à mesa aquela família. Portanto existe a solidariedade na doação, mas não necessariamente a comensalidade.

No entanto, há ocasiões em que estas famílias são comensais: festas de natal, ano novo, aniversários, batizados e outras são momentos de comensalidade. Finalmente afirma-se que nestes casos são reforçados os laços de sociabilidade através da solidariedade cotidiana e da comensalidade esporádica.

7.2 A SOCIABILIDADE NO TRABALHO ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DO ALIMENTO⁹⁶

A produção de farinha de mandioca é um importante momento de sociabilidade que envolve trabalho. Envolve duas famílias ou mais que combinam um dia inteiro de trabalho para fazer farinha. Neste dia as crianças e idosos participam ativamente de todas as atividades: colheita da mandioca, raspagem, lavagem, ralagem, prensa e secagem ao forno. Leva-se um lanche para a casa de farinha, partilha-se este com todos que estiverem ajudando no trabalho. Contam-se piadas, fofocas, causos, combina-se trabalho para a semana, faz-se pesquisa.

Durante as inúmeras vezes que se participou deste processo⁹⁷, identificaram-se, além das informações sobre relações de trabalho, sistemas de

⁹⁶ Ver anexos 1, 2, 3 e 4, onde descremos fragmentos do trabalho com arroz, mandioca e café

produção, origem dos alimentos, os valores atribuídos à estas atividades. Pois é um momento considerado como lazer no trabalho, que envolve simultaneamente diferentes gerações, o que enriquece a reprodução do patrimônio sociocultural.

As famílias dividem o trabalho e que acima de tudo, é a atividade que mais gostam de registrar através das fotos, como podemos ver a seguir:



Foto 1: Mulheres conversando e raspando a mandioca em Batuva, agosto de 2002.

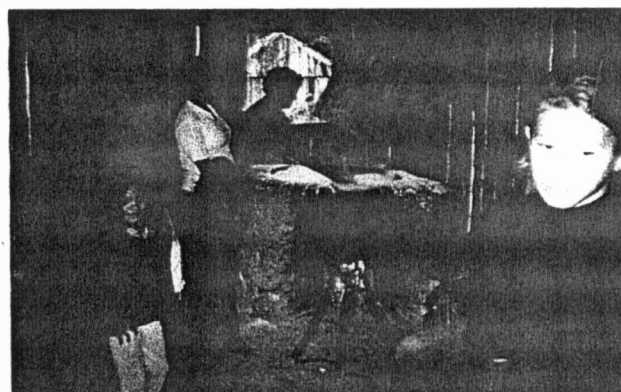


Foto 2: Famílias na casa de farinha, “matando a massa” de mandioca: secando a mandioca peneirada no forno.

Fonte: Batuva, agosto de 2002.

Fonte: Rio Verde, agosto de 2002.

Outro momento de sociabilidade ligado ao trabalho é a colheita do café que está no chão. Esta atividade é considerada “de mulher e de criança”, portanto são mulheres contratadas como camaradas que realizam este trabalho. Da mesma forma que a produção de farinha, esta colheita é acompanhada de muita conversa, fofoca, causos, além de socializador. Neste caso, socializa-se o “gosto pelo trabalho”, como sugere uma agricultora: *“A gente desde quando os filhos são pequenos tem que fazer eles aprender a ter gosto pelo trabalho”* (Srª S, Rio Verde, jul/2002).

⁹⁷ Em especial anexo 2.



Foto 3: Mulheres e crianças colhendo café em Rio Verde.

Fonte: Rio Verde, julho de 2002.

Uma agricultora se refere à esta colheita nitidamente como uma forma de lazer: *“No domingo a gente descansa né, faz alguma coisa diferente. Neste domingo eu e a D. fomos catar café para distrair um pouco. Preparei o lanche e fui. Foi uma conversadeira, risadeira, é bom de fazer essas coisas.”* (Sr^a E, Batuva, jul/2002).

7.3 MOMENTOS DE SOCIABILIDADE

Durante a pesquisa de campo partilhou-se de alguns momentos de lazer descritos em seguida: os bailes, os jogos de futebol, os cultos e missas, as pescas, banhos de rio e a frequência à bares.

Os bailes acontecem ora semanal ora quinzenalmente em Rio Verde. Em geral o baile começa depois das 23:00, ou “quando as damas chegam”, como dizem os agricultores, aos sábados. E termina no dia seguinte, pouco antes do almoço, já que logo em seguida deste ocorrem os torneios ou campeonatos de futebol.

Em geral os bailes acontecem no bar situado na região da Ponte, em Rio Verde, dentro de um pequeno salão. Participam os católicos, de Rio Verde, também pessoas de Batuva (em geral os rapazes), Taquari (São Paulo), Sede do município, Utinga (comunidade próxima) e com menos frequência outras

comunidades. Além dos católicos, os rapazes, filhos de casais evangélicos também participam. Mas as mulheres, casadas ou solteiras só vão ao baile mediante o consentimento do marido ou pai; é comum o homem ir só, deixando a esposa em casa.

O baile possui uma dinâmica específica no que se refere ao comportamento, marcado pelas relações de gênero. Assim, as mulheres ocupam uma ante-sala entre o salão e a cozinha da casa da qual o bar faz parte. Permanecem ali durante todo o baile, conversando, mobilizando trabalho, empréstimos e bebendo vinho, dissimuladamente, já que é uma prática restrita aos homens. Existe uma pequena porta que liga esta ante-sala ao salão, através da qual os homens entram e “escolhem a dama” com a qual dançarão. As mulheres, sejam as solteiras, casadas, separadas, viúvas, permanecem nesta salinha durante todo o baile: assim que a música termina se dirigem rapidamente à esta, voltando ao salão somente quando convidadas por algum “cavalheiro”.

Algumas mulheres permanecem no salão quando não estão dançando: as mulheres com seus maridos, quando estes não estão dançando, as jovens solteiras, separadas que são mais “despojadas”. Mesmo assim, não participam das conversas particulares aos grupos de homens.

Uma dama pode recusar o convite para dançar, de preferência antes de começar a música. No entanto, não poderá dançar esta com outro cavalheiro. Os convites vindos destes obedecem, em geral, certa hierarquia: os homens do lugar dançam mais que os de fora, embora no discurso de ambos não seja declarada tal diferença. A princípio, limitam-se a dizer que as vezes os homens do lugar não gostam que os de fora dancem com suas mulheres.

Nos bailes é comum começarem namoros, entre os jovens. Para as mulheres é uma oportunidade de conversar, trocar informações sobre saúde, trabalho, receitas e outros. Para os homens também é um momento de conversar, com pessoas do lugar e de fora, renovando relações de amizade, bem como de interesse, pois combina-se também trabalho, empréstimos, arrendamento. Mas, além de tudo, segundo os homens “a gente fala de mulher”, conversas sempre disfarçadas diante da presença da pesquisadora.

Os bailes são momentos importantes de lazer mesmo homens e mulheres que não participam destes relatam com orgulho que Rio Verde tem sempre bailes muito bons. Além de gostarem desta prática de lazer, convidam

peças de fora para “brincar” no baile, onde se conversa muito. Observou-se esta prática tanto com as pesquisadoras quando com outras peças de fora que estavam nos bailes.

As missas e cultos são as atividades mais apontadas como formas de lazer, na enquete realizada na comunidade. Além disso, nesta pesquisa de campo, a missa ou culto também foi considerado como um momento de passear, ver e conversar com as peças, ou seja, um momento de sociabilidade através da vivência de uma relação com o sagrado. Para os fins deste estudo, optamos por identificar a frequência à cultos e missas do ponto de vista da sociabilidade deste ato. Assim não nos detemos a outros aspectos da relação com o sagrado através da religião.

Em Rio verde, embora se trate de uma igreja católica e outra evangélica, é comum católicos “visitarem a igreja evangélica” para participarem do culto. Justificam esta atitude porque o padre não vem sempre, também para ver as peças, conversar. Assim, a princípio não se trata de pertencer à esta ou aquela religião, mas sim de se vivenciar a relação com o sagrado como um momento de sociabilidade, ou nas palavras de BRANDÃO (1978), viver a religião como festejo.

Os jogos de futebol são extremamente apreciados pela maior parte da comunidade: é a atividade de lazer que reúne o maior número de peças da comunidade, bem como de peças de fora, já que os campeonatos ou torneios são realizados no campo em Rio Verde.

Homens e mulheres jogam futebol, dentro da comunidade. A composição dos times reúne peças de todas as regiões da comunidade, mesmo tendo em vista os vários tipos de conflitos que pudemos evidenciar, como aqueles gerados pelo fato de nem todos os produtores de banana comercializarem este produto. Durante os torneios, campeonatos percebemos certa ruptura na tensão cotidiana gerada pelo conflito: a sociabilidade vivenciada no momento do jogo põe em suspenso tal tensão, promovendo a integração das peças na comunidade.

Além disso, os jogos de futebol reúnem homens e mulheres, seja jogando ou torcendo. E neste caso, torcer reafirma a identidade da comunidade, não importando, neste momento, os conflitos vivenciados na mesma. Na foto a seguir podemos ver a apreensão do momento que antecedia a cobrança de um pênalti., que decidiria a disputa entre Rio Verde e Batuva. a torcida invade o campo para acompanhar o desempenho do time

Foto 4: Partida de futebol: Batuva x Rio Verde.
Foto 5: Cobrança de pênalti da partida Batuva x Rio Verde.



Fonte: Rio Verde, outubro de 2002.



Fonte: Rio Verde, outubro de 2002.

Outra atividade que promove intensa sociabilidade são aquelas realizadas nos vários rios da comunidade, como a pesca e os banhos. A partir de agosto até abril, crianças, jovens e adultos se reúnem para banhar-se e pescar. E estas atividades reúnem os diferentes gêneros e gerações.

Outro momento importante, e de caráter diário são os encontros vespertinos “nos patios”, muitas vezes das soleiras das portas, em cada uma das três regiões em Rio Verde. É também uma atividade que reúne ambos gêneros e gerações, e é essencialmente o momento de mobilizar trabalho, além de propiciar a vivência da sociabilidade em si. Nestes momentos ficam evidentes as relações de interconhecimento, além de reforçarem as percepções e relatos sobre as diferentes redes sociais na comunidade. Além disso, este momento antecede outro, a ida ao bar, que é uma atividade restrita ao universo masculino.

A frequência aos três bares em Rio Verde é restrita aos homens, desde o início da noite. Durante o dia as mulheres ocupam, legitimamente, este espaço porque é onde se compra comida e os “*docinho que as crianças cobiçam*”.

Através dos momentos de sociabilidade descritos, além da comensalidade e da sociabilidade ligada ao trabalho, verificou-se a importância desta sociabilidade na manutenção das relações de interconhecimento que caracterizam e singularizam este modo de vida. Além disso, notou-se que através da sociabilidade se reafirmam os espaços e os tipos de conduta esperada:

homem e mulher, em se tratando da sociabilidade, possuem espaços e condutas legítimos específicos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução dos agricultores familiares da comunidade de Rio Verde, na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba tem sido marcada tanto pelos bloqueios ao desenvolvimento da agricultura familiar em geral, mas especialmente pelos bloqueios relativos à restrição do uso dos recursos naturais em função da legislação ambiental.

O uso destes recursos como a terra, a madeira, a caça para a reprodução da família e do modo de vida deste tipo de agricultura, comprometido pela legislação, tem sido adaptado na prática dos agricultores, gerando o modo vida da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental.

Através desta prática evidenciaram-se estratégias no que se refere ao uso da terra, do acesso à alimentação e ao trabalho. Estas estratégias têm adaptado seu antigo modo de vida às novas condições nas quais se encontram.

Com a diminuição das áreas cultiváveis, pois aquelas que se encontravam em pousio não podem mais desmatadas, o volume de produção para a subsistência diminui, bem como o volume de trabalho. Além disso, sem o sistema de pousio, a produtividade também fica comprometida

Em Rio Verde, ainda hoje, a maior parte de sua produção é destinada à alimentação da família. Além da produção, a qual tem diminuído conforme relatado, o alimento é comprado através da renda obtida principalmente: a) com a mobilização de trabalho de camarada; b) comercialização da banana; c) aposentadorias; d) empregos (funcionalismo público); e) atividades extrativas ilegais. Observou-se que além destas duas estratégias, a doação de alimentos, realizada no interior de redes sociais, é igualmente importante.

A formação de redes sociais, mediante as relações de interconhecimento são, segundo a literatura, próprias do modo de vida gerado pela agricultura familiar, mais ainda da agricultura familiar camponesa, para qual a reprodução do patrimônio sociocultural é essencial. Identificou-se nestas relações uma dimensão importante da manutenção deste patrimônio

No entanto, durante a pesquisa, observaram-se inúmeros conflitos entre as famílias, principalmente entre o grupo de famílias que comercializa banana orgânica e o que não comercializa. A princípio, imaginou-se que tais conflitos

levariam a rupturas na vida comunitária, mas, com o passar do tempo, percebeu-se que, mediante os vários momentos de sociabilidade, estes conflitos foram sendo incorporados, mesmo parcialmente, o que permitiu a reprodução da vida comunitária.

Os vários momentos de sociabilidade que reatualizam o patrimônio sociocultural destes agricultores, incorporam os conflitos de diferentes dimensões. Assim, a dinâmica comunitária, implica em momentos de tensão alternados com situações de sociabilidade, permitindo a geração de estratégias como, por exemplo, a doação de alimento e a mobilização de trabalho.

Sobre a mobilização de trabalho, verificou-se que dependem de redes sociais. Nestas, tal como nas redes de circulação de alimentos, a reciprocidade, embora não necessariamente imediata, é essencial. Além disso, nestas redes, as relações, aparentemente horizontalizadas, apresentam a centralização de algumas famílias. Estas, com melhor nível de vida, gerenciam a maior parte da mobilização de trabalho, os empréstimos de dinheiro e as doações de alimento.

O trabalho mobilizado nestas redes sociais se refere ao trabalho necessário para a garantia do consumo da família. Observou-se que as famílias que possuem déficit de mão-de-obra, em função da existência de idosos, crianças pequenas ou em fase escolar necessitam mobilizar mais trabalho.

Quando nestas famílias existe um membro aposentado ou outra fonte de renda, é comum a relação de trabalho chamada de contratação de camarada, em geral com pagamento em dinheiro, mas também em alimentos produzidos e/ou comprados no valor do que seria pago em dinheiro. As famílias sem outras fontes de renda acabam mobilizando outros tipos de trabalho como a troca de dias e a produção dividida.

No entanto, a disponibilidade de renda não define completamente o tipo de relação de trabalho. Antes das restrições da legislação ambiental, quando as áreas de plantio eram maiores, as relações de trabalho eram mais garantidas pela troca de dia realizada no mutirão, o que não tem ocorrido atualmente. Este aspecto do tipo de mobilização de trabalho implica em várias dimensões do modo de vida, o qual teve que ser adaptado em função do bloqueio representado devido à esta legislação.

Atualmente, grande parte das relações de trabalho mobilizadas em Rio Verde é a contratação de camaradas, principalmente para a produção de banana

A comercialização da banana orgânica, mediada por projetos gestados por algumas famílias da comunidade e Ongs define outro tipo de rede social: as redes mantidas com pessoas de fora da comunidade. A maior parte das famílias de Rio Verde inseridas nesta rede possuem melhor nível de vida. Como nem todos os produtores são associados, não podem comercializar a banana, o que gera conflitos entre as famílias.

Tendo em vista a importância das relações de interconhecimento, no início da pesquisa identificamos nestes agricultores características da agricultura familiar camponesa. Existe a reprodução de um patrimônio sociocultural, o que evidenciou-se através da socialização do tipo de relação de trabalho, da forma de acesso à terra, ao alimento e da sociabilidade. Relacionou-se também tais agricultores à agricultura familiar de subsistência, já que a maior parte da sua produção é destinada à reprodução da família

Além destas características, comuns aos agricultores pesquisados, em se tratando daqueles inseridos na rede de comercialização da banana, verificaram-se alguns elementos do que podemos chamar de agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1997,1998), como as conseqüências das relações de produção e de viabilização da produção – seja o acompanhamento técnico, sejam as exigências do mercado – da banana.

Tendo em vista os resultados de nossa pesquisa, repensou-se o tipo de agricultura familiar reproduzido em Rio Verde, pois identificou-se algumas características como as condições de produção e comercialização da banana, que ultrapassam a compreensão de agricultura de subsistência ou camponesa. Novas pesquisas poderiam melhor avaliar a pertinência desta identificação.

A reprodução dos agricultores em questão depende, segundo nossa pesquisa: a) da articulação do patrimônio sociocultural que, enquanto habitus, alimenta as lógicas de reprodução, como por exemplo, a lógica familiar no acesso à terra, ao alimento, ao trabalho; b) da inserção em redes sociais internas à comunidade, como no caso das doações de alimento e da mobilização de trabalho, c) da inserção em redes formadas também por pessoas externas à comunidade, como o caso da comercialização da banana e d) dos momentos de sociabilidade que reatualizam este patrimônio e incorporam alguns conflitos, permitindo a existência de uma vida comunitária

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARDO, A. e CORCUFF. **La sociologie de Bourdieu: textes choisis**. Bordeaux: Le Mascaret, 1986.

ALMEIDA, J. **A construção de uma nova agricultura**. Porto Alegre. Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999

ANTÔNIO CÂNDIDO, M. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

BAECHELER (1995), *Grupos e sociabilidade*. In: BOUDON, R. (org) **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995

BEEHR, M. **Guarakessaba – Paraná – Brasil: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Companhia das Artes, 1997.

BOUDON, R. (org) **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. e PASSERON, J. **A reprodução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus, 19996

_____. e WACQUANT, L. **Réponses: pour une anthropologie réflexive** Paris Éditions du Seuil, 1992

_____. *“Stratégies de reproduction et modes de domination”*. Actes de la Recherche em Science Sociales, nº105, 1994

BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDÃO, C. **Memória do sagrado: estudos de religião e ritual**. São Paulo: Editoras Paulinas, 1985.

_____. **O divino, o Santo e a Senhora**. Rio De Janeiro: Funarte, 1978.

_____. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRILLARD-SAVARIN. **A fisiologia do gosto**. Lisboa: Salamanca, 1989.

BRUHNS, H. **Introdução aos estudos do lazer**. (org). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of peasant economy**. Illinois: The American Economic association, 1966.

CRAVO, V e DANIEL, J. **O valor social e cultural da alimentação**. Boletim de Antropologia. Curitiba, v. 2, n.4, 1989.

DaMATTA, Roberto. *"Sobre o simbolismo da comida no Brasil"* In: Correio da Unesco, julho / 1987

DELGADO, G. (org) **Relatório Metodológico da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural II**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999

DIEGUES, A. e NOGARA, P. **O nosso lugar virou parque**. 2 ed. São Paulo: NUPAUB / USP, 1999

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular** 3 ed. São Paulo. Perspectiva, 2000

DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert. **Sociologie contemporaine**. Paris: Vigot, 1990.

DURHAN, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FERREIRA, A. "*Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos*". REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. V.25, Maio-dez/1995".

_____. "*Vers la reconstruction du rural au Brésil: voies en cours et perspectives*". LAMARCHE, H. E ZANONI, M. **Agriculture et ruralité au Brésil**. Paris: Éditions Kartala, 2001.

_____. *Redes sociais, penosidade física e moral: o ocultamento como face das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental* (resumo) VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia rural. UFRGS, Porto Alegre, 2002

FRANCISCO, E. **Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba**. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

GARINE, I. "*Alimentação, culturas e sociedades*". In: Correio da Unesco, julho/1987.

GERHARDT, T. e NAZARENO, E. *Diálogo entre a epidemiologia e a antropologia nas questões de saúde*. In. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba UFPR, 2002.

GODOI, E. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999

HEREDIA, A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1979

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

IPARDES. **Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba, IPARDES, 1989.

ISHIGE (1987) "*O homem, o comensal*" In: Correio da Unesco, julho / 1987.

LAMARCHE, H. (coord) **A agricultura familiar**, vol.1 e vol.2. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MARTINS, C. "*Notas sobre a noção da prática em Bourdieu*". In: Novos Estudos CEBRAP, nº62, março de 2002.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. v.II. São Paulo: EPU, 1974.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, M. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudos de famílias de camponeses migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.

MIGUEL, L. **Formation, evolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (Litoral Nord de l'Etat du Paraná)**. Une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement: chronique d'une mort annoncée. Paris: Université Paris/Grignon, 1997.

PAULILO, M **Produtor e agro-indústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Co-edição Secretaria do Estado e da Cultura, 1990

PEREIRA, C , RODRIGUES, A. e TOMMASINO, H. **Relatório da caracterização sócio-econômica e ambiental da agricultura de Guaraqueçaba**. Curitiba, 1998.

PETRICH, P. *"Homens de milho, homens de carne"* In: Correio da Unesco, julho / 1987

RASIA, J. **Criança e trabalho no campo: Socialização, trabalho e educação: a criança na força de trabalho rural.** UNICAMP, Faculdade de Educação. Tese de doutoramento. (mimeo), 1987.

RAYNAUT, C. **Structures normatives et relations electives: etude d'une communauté villageoise hausse.** Paris: Mouton, 1972.

SANTOS, E. **Os dilemas da permanência num ambiente de mudança: o caso dos agricultores da comunidade rural de Batuva.** (mimeo). Curitiba, 2002.

SIMMEL, G. Sociabilidade - *"Um exemplo de sociologia pura ou formal"*. In: MORAES, Evaristo Filho. **Georg Simmel: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

TOLEDO, V. **Guaraqueçaba – nada acontece de repente.** Curitiba: SPVS/IPARDES/FNMA, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *"Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov."* In. BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: editora da UFPR, 1998.

_____, *"Raízes históricas do campesinato brasileiro."* XX Encontro Anual da ANPOCS. GT Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

ZAIDMAN, C. *Maneiras à mesa.* DHOQUOIS, R. (org). **A Polidez.** Porto Alegre L&PM, 1993

ZANONI, M.M. et al. "Preservação da natureza e desenvolvimento rural dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de proteção ambiental" In REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE Curitiba editora da UFPR N°2, 2000

Anexo 1**Pilagem do arroz**

Durante a pilagem do arroz, em Batuva, foi possível vivenciarmos a simultaneidade de um momento de trabalho e de sociabilidade: várias mulheres se organizavam à tarde, numa casa, para pilarem juntas pequenas porções de arroz. Lembram que antes de existir a piladeira mecânica, que fica na fabrica de balas de banana, essa prática era mais freqüente.

O arroz pode ser colhido em maços ou braçadas ou somente os cachos, quando sem tem pouca mão-de-obra. O arroz colhido em braçadas demanda mais trabalhadores que batem o arroz; quando não se dispõe destes, o arroz é colhido em cachinhos, que serão batido em casa, como podemos ver nas fotos a seguir.



Foto 6: Com a ajuda de um pau, o arroz é batido;



Foto 7: Em seguida é pisado para retirar todos os grãos.



Foto 8: O arroz é levado ao pilão, onde é socado. As mulheres se organizam para baterem, uma de cada lado, ou até 3 ou 4, enquanto conversam, contam causos e fofocas.



Fotos 9 e 10: Finalmente o arroz é peneirado e está pronto para ser cozido.

Fonte das fotos: Agricultoras da comunidade de Batuva, Guaraqueçaba, em agosto de 2002.

Anexo 2

Obtenção da farinha de mandioca

Durante a pesquisa, participou-se inúmeras vezes deste processo. Todos os agricultores apreciam este trabalho, tornando o dia de fazer farinha um importante momento de sociabilidade e reprodução sociocultural através do trabalho.

Depois que participou-se do dia de feitiço da farinha em uma família, outras famílias se prontificaram a mostrar mais detalhes à pesquisadora. E durante estes dias foi possível apreender muito do seu modo de vida, seja do ponto de vista da socialização do trabalho, seja da sociabilidade e da comensalidade vivenciadas nestas situações.

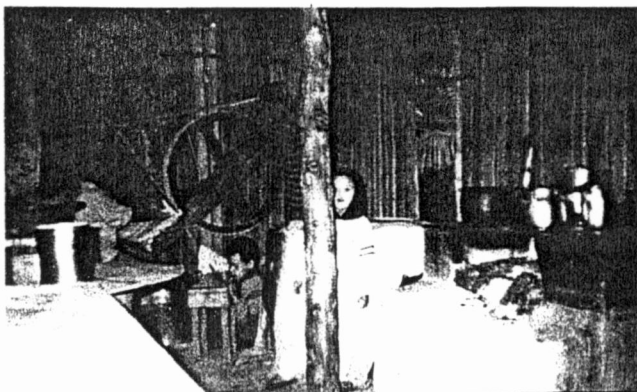
É interessante notar que esperavam que eu escrevesse os detalhes do feitiço da farinha, segundo eles, *“uma grande receita que se ensina para os filhos”* (Sr. O., Rio Verde, julho de 2002). Ou seja, é um momento de reprodução das relações de trabalho, do processo de trabalho e da sociabilidade.



Foto 11: Após a colheita, a mandioca é raspada, retirando-se apenas a casca marrom fina.



Foto 12: A mandioca é depois é lavada,

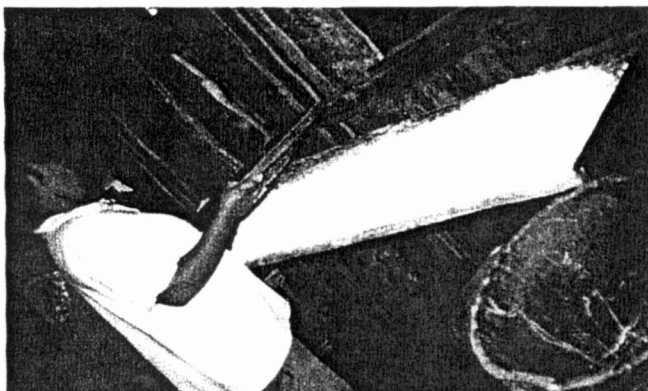


ralada, (Foto 13)



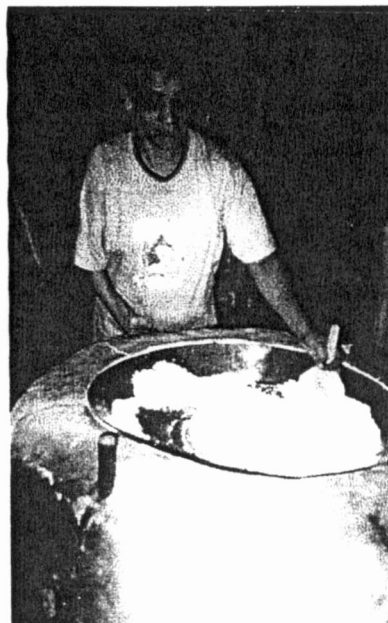
E apertada no “burro” ou prensa manual.
(Foto 14)

Foto 15



Espera-se aproximadamente duas horas para retirar a massa do “burro”, para ser então peneirada (Foto 15) e seca no forno. Secar ou “matar a massa” (Foto 16), leva, em geral uma hora para cada 20 litros de massa peneirada (litros medidos em latas de 1 litro de óleo).

Foto 16



Anexo 3**Receitas de biju e cuscuz**

Da farinha de mandioca podemos obter o cuscuz e bijú, acrescentando à massa peneirada farinha de milho (a cada lata desta farinha, duas de farinha de mandioca) além de canela em pó.

O cuscuz e o biju são feitos para serem comidos na hora, com café, pelas duas famílias que dividem o trabalho na casa de farinha. O que é, portanto, um importante momento de comensalidade.

Foto 17: Corte da folha de bananeira



Foto 18: Preparação do biju.



O biju é assado no forno enrolado num pedaço de folha de bananeira.



Foto 19: Biju

O cuscuz é cozido numa panela sob outra onde se ferve a água (Foto 20). É comum colocar folhas de anis no fundo da panela para “temperar o cuscuz”, como vemos na foto 21.

Foto 21: Folhas de anis



Foto 20: Vedação das panelas com a própria massa de cuscuz.



Foto 22: Cuscuz



Retiram-se as folhas de anis, espera-se esfriar um pouco e está pronto para ser partilhado pelas famílias que estão trabalhando. Neste caso, um dos cuscuzes preparados foi oferecido à pesquisadora, além de farinha e alguns bijus.

Fonte das fotos: Agricultores de Rio Verde, julho de 2002.

Anexo 4**Colheita, secagem, torrefação do café**

Participou-se da colheita e secagem do café em julho de 2002. Durante este trabalho, foi possível conversar sobre nosso trabalho, bem como o trabalho que estavam realizando. Foi um momento importante de construção de relações através de uma dimensão essencial no modo de vida: o trabalho.

O café é colhido diretamente do pé, em geral pelos homens. Mas sobram muitos grãos que caem no chão antes, durante e depois desta colheita. E o trabalho de recolhe-los do chão é atribuído às mulheres e crianças. Para estas, segundo nossa conversa, é um momento importante de aprendizado do trabalho.

Foto 23: Colheita do café



Foto 24: Crianças na colheita do café



Foto 25: Comadres, filhos e afilhados



Durante a colheita, as mulheres conversam bastante, as crianças brincam e também ajudam no trabalho. No caso a Sr^a S. contratou 3 mulheres de camarada além da neta. Como esta é adolescente e trabalhou somente durante a tarde, recebeu “meio camarada”.

Segundo a Sr^a S., “É bom ter as criança Foto 26: Secagem do café ao sol
junto para criar gosto pela coisa”. Ao lado,
o café colhido naquele dia está secando
ao sol.



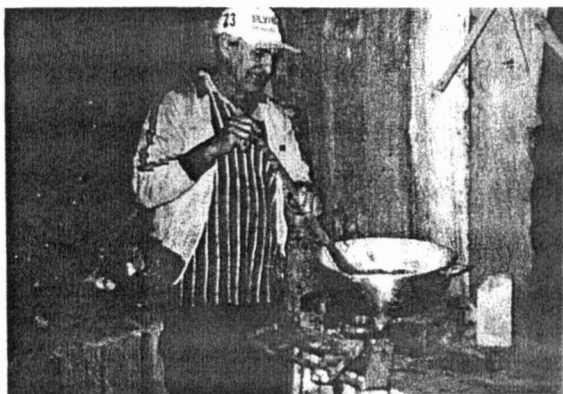
Fonte das fotos 23, 24, 25 e 26: Rio Verde, julho/2002.

Em Batuva foi possível apreender a continuidade do processo de obtenção do café, como se vê nas fotos a seguir:

Foto 27: Café pilado



Foto 28: Torrefação do café



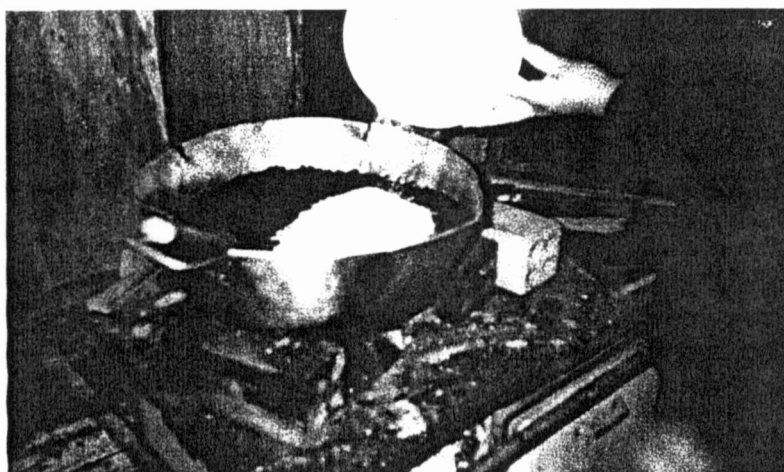
O café, depois de pilado, como se vê ao lado, é torrado numa panela no fogão à lenha, forno de secar mandioca ou fogo de chão.

Foto 29: Café torrado



Fonte das fotos 27, 28, 29 e 30: Batuva, julho de 2002.

Foto 30: Açúcar acrescentado ao café



Acrescenta-se ao café torrado, depois de quase 1 hora no fogo, o equivalente a 3 ou 4 xícaras de açúcar. Depois se espera esfriar e ele é pilado novamente até ficar moído.

A participação de vários processos de trabalho resultou, num primeiro momento, numa exposição para ambas as comunidades. Nesta, as pessoas apreciaram muito a valorização do seu trabalho, principalmente, segundo as mesmas, porque era nítida a penosidade envolvida, por um lado. Por outro, maravilhavam-se com a beleza do seu trabalho, que, através das fotos seria lembrado e conhecido por muita gente. Ou seja, visualizaram a possibilidade de cristalizar, nas fotos, elementos de seu patrimônio sociocultural.

Anexo 5**Modelo de entrevista semi-estruturada****Modelo de mapeamento de trocas e relações de trabalho.**

Roteiro de temas das entrevistas semi-estruturadas:

- A família, relação com as famílias que “fundaram a comunidade”
- Tipos de trabalho
- Relações de trabalho
- Alimentação
- Migração (trabalho, estudo)
- Condições de escolarização dos filhos
- Lazer
- Conflitos (observados, percebidos)

ANEXO 6**LEGISLAÇÃO ESTADUAL****PARANÁ**

Decreto n.º 90.883, de 31 de janeiro de 1985

Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º, da Lei n.º 5.902, de 27 de abril de 1981, bem como a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e os Decretos n.ºs 88.351, de 01 de junho de 1983, e 89.532 de 06 de abril de 1934,.

*Os Decretos 88.351 e 89.532 foram revogados pelo Decreto n.º 99.274 de 06/06/90.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Guaraqueçaba, localizada nos Municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, no Estado do Paraná, com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontra-se espécies raras e ameaçadas de extinção, e complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integrados no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região.

Art. 2.º - A APA de Guaraqueçaba tem também por finalidade proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba.

Art. 3.º - A APA de Guaraqueçaba limita-se Norte com o Parque Estadual de Jacupiranga, ao Sul com o Município de Paranaguá, a oeste com o Parque Estadual do Marumbi e a leste com o Oceano Atlântico, e apresenta a seguinte delimitação: Inicia-se no cruzamento do Rio São Sebastião com a Rodovia Federal BR-116 no ponto de coordenadas UTM 7222000,000 N e 728675,000 E (ponto 00); deste ponto segue em direção Leste pela Rodovia Federal BR 116 até o cruzamento com o Rio Pardinho no ponto de coordenadas UTM 7226250,000 N e 746100,00 E (ponto 01); deste ponto segue em direção Leste pelo limite do Parque Estadual de Jacupiranga até o ponto mais avançado em direção Sudoeste deste Parque, de coordenadas UTM 7205627,306 N e 792949,609 E (ponto 02); deste ponto segue inicialmente em direção Leste até o ponto de coordenadas UTM 7207671,427 N e 799364,396 E (ponto 03); deste ponto segue em direção Sudoeste pela divisa dos Estados de São Paulo e Paraná até o ponto mais avançado em direção do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no ponto de coordenadas 7197398,330 N e 791939,984 E (ponto 04); deste ponto segue por linha reta em direção Sudoeste cruzando a barra do Arrapira até o ponto mais avançado em direção Leste da Ilha do Superagui, no ponto de coordenadas UTM 7195669,598 N e 792511,044 E (ponto 05); deste ponto segue em direção Sudoeste pela linha da marés médias da praia Deserta até o ponto mais avançado em direção Sul da Ilha da Superagui, de coordenadas UTM 7180429,517 N e 780145,881 E (Ponto 06); deste ponto segue em linha reta em direção Oeste Cruzando o Canal Superagui até o ponto mais avançado em direção Leste da Ponta do Superagui, localizado ao Sul da Ilha das Peças, de coordenadas 7180556,837 N e 776479,141 E (ponto 07); deste ponto segue inicialmente em direção Sudoeste pela costa do extremo Sul da Ilha das Peças até o ponto mais avançado em direção Sul deste ilha, de coordenadas UTM 7178314,854 N e 771363,545 E (ponto 08); deste ponto segue em linha reta em direção Oeste cruzando o Canal do Norte até o ponto mais avançado em direção Sul da Ilha das Cobras no ponto de coordenadas UTM 7178485,381 N e 758339,512 (ponto 09); deste ponto segue em linha reta em direção Oeste até a Ilha do Gererê passando pela Pedra da Polangana até o ponto de coordenadas UTM 7179320,344 N e 743163,464 E (ponto 10); deste ponto segue em linha reta em direção Oeste pela Baía de Paranaguá até o ponto mais avançado em direção em direção Norte da Ponta da Ilha do Teixeira, no ponto de coordenadas UTM 7179648,518 N e

736852,221 E (ponto 11); deste ponto segue em linha reta em direção Noroeste pela Baía de Antonina até o ponto mais avançado em direção Norte do ponto do Felix, no ponto de coordenadas 7182437,237 N e 733460,563 E (ponto 12); deste ponto segue em direção Noroeste ao longo da costa continental da Baía de Antonina até a foz do rio Xaxim, no ponto de coordenadas 7189284,361 N e 727818,779 E (ponto 13); deste ponto segue à montante pelo Rio Xaxim até o cruzamento com a Rodovia Federal BR-101, no ponto de coordenadas 7183344,617 N e 723292,135 E (ponto 14); deste ponto segue em direção Norte pela Rodovia Federal BR-101 até encontrar o limite Leste do Parque Marumbi no ponto de coordenadas 7202126,155 N e 728385,571 E (ponto 15); deste ponto segue em direção Norte pelo limite Leste do Parque Estadual do Marumbi até o ponto mais avançado em direção Norte deste Parque. ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

Parágrafo único - ficam incluídos na APA de Guaraqueçaba, as águas interiores contidas no perímetro acima descrito, bem como as seguintes Ilhas: Ilha do Lesa, Ilha do Corisco, Ilha do Pastinho, Ilha Baixa Grande, Ilha das Rosas, Ilha Guamiranga de Fora, Ilha Guamiranga de Dentro, Ilha da Ponta Grossa, Ilha do Gererê, Ilha do Lamin, Ilha Guará, Ilha Binguá, Ilha das Cobras, Ilha das Bananas, Ilha Grande, Ilha dos Porcos, Ilha do Benito, Ilha Rosa, Ilhas das Gamelas, Ilha das Peças, Ilha do Superagui e Ilha da Galheta.

*** Incluído pelo Decreto n.º 93053 de 31/07/86.**

Art. 4.º - Fica excluída da APA de Guaraqueçaba a cidade de Guaraqueçaba cujo perímetro inicia-se na foz do Rio Cerquinha (ponto 00); deste ponto segue à montante pelo Rio Cerquinha até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 40 (quarenta) metros (ponto 01); deste ponto segue em linha reta 67º Rumo Noroeste até o ponto mais elevado do Morro do Franco (ponto 02); deste ponto segue em linha reta 90º rumo Oeste até encontrar a costa continental da Baía de Guaraqueçaba (ponto 03); deste ponto segue em direção Sul ao longo da costa continental da Baía de Guaraqueçaba até a Foz do Rio Cerquinha, ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

Art. 5.º - Na implantação e funcionamento da APA de Guaraqueçaba, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - o procedimento de zoneamento da APA, através de Portaria da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, em articulação com a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente SUREHMA, entidade ambiental do Paraná, a Secretaria de Agricultura, do Estado do Paraná, através do Instituto de Terra e Cartografia - ITC, a Secretaria de Planejamento, do Estado do Paraná, através da Fundação Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, indicando as atividades a serem encorajadas ou incentivadas em cada zona, bem como as que deverão ser limitadas, restringidos ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II - a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de Zonas de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - a aplicação, quando for necessária, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental,

IV - a divulgação das medidas previstas neste Decreto objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades.

Art. 6º - Na APA de Guaraqueçaba ficam proibidas ou restringidas.

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

II - a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente das Zonas de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com mais rigor;

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas,

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota, regional, principalmente o papagaio-de-rabo-vermelho, macuco, jão, jacutinga, onça pintada, jacaré-de-papo-amarelo;

V - o uso de biocidas, quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

§ 1.º - Em caso de epidemias veiculadas por animais silvestres, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná poderá, em articulação com a SEMA, promover programas especiais para o controle dos referidos vetores.

§ 2.º - A abertura de vias de comunicação, de canais, e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem, na realização de obras de terraplanagem, bem como a realização de grandes escavações e obras que causem alterações ambientais dependerão de autorização prévia da SEMA, que somente poderá concedê-la:

I - após a realização de estudo do projeto e exame das alternativas possíveis;

II - após a realização de estudos das consequências ambientais, e da ocorrência de deslizamento do solo e outros processos erosivos provocados pelas obras;

III - mediante a indicação das restrições e medidas, consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

§ 3.º - As autorizações concedidas pela SEMA não dispensam outras autorizações e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

§ 4.º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas a uso humano, não serão permitidas:

a) a construção de edificações em terrenos que não comportarem pelas suas dimensões e outras características, a existência simultânea de poços de abastecimento d'água e poços para o despejo de fossas sépticas, quando não houver rede de coleta e estações de tratamento de esgoto em funcionamento;

b) o despejo, no mar e em outros corpos receptores, de esgotos e outros afluentes sem o tratamento adequado que impeça a contaminação das águas.

§ 5.º - Visando a impedir a pesca predatória, nas águas marítimas ou interiores da APA e nas suas proximidades, será rigorosamente exigido o cumprimento da legislação pertinente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.

§ 6.º - Para os efeitos do artigo 2.º, letras "b" e "c", da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 e do artigo 18 da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, consideram-se como de preservação permanente o entorno das nascentes e olhos d'água, num raio de 60 metros.

§ 7.º - Não será permitida a retirada de areia e material rochoso, nem admitidos construções de qualquer natureza, exceto embarcadouros, nos terrenos de marinha e acrescidos, definidos nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 7.º - Ficam estabelecidas, na APA de Guaraqueçaba, Zonas de Vida

Silvestre distintas, prioritariamente, à salvaguarda da biota nativa, para garantia da reprodução das espécies, proteção dos "habitats" das espécies raras, endêmicas, em perigo e ameaçados de extinção.

§ 1.º - As Zonas de Vida Silvestres terão as seguintes delimitações:

I - faixa de terras localizadas entre o Parque Estadual de Jacupiranga, no Estado de São Paulo e o Parque Estadual do Marumbí, no Estado do Paraná:

I - Inicia-se no ponto de coordenadas UTM 7220700 N e 729875 E, situado a um quilômetro da rodovia BR 116 no Rio São Sebastião (Ponto 00); deste ponto, segue em direção Leste pela linha situada a 1 (um) quilômetro de distância da Rodovia Federal BR-116 até encontrar o limite do Parque Estadual de Jacupiranga, no ponto de coordenadas UTM 7225350 N e 746375 E (ponto 1); deste ponto segue em direção Sudeste, pelo limite deste Parque, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica de 120 metros, próximo à localidade de Batuva (ponto 2); deste ponto segue em direção Oeste pela curva de nível de cota altimétrica 120 metros, até o cruzamento com a Rodovia Estadual BR-405 (ponto 03); deste ponto segue em linha reta em direção Sudeste, até o cruzamento da curva de cota altimétrica 120 metros com o Rio Faísqueira (ponto 04); deste ponto, segue em direção Noroeste, pela curva de nível de cota altimétrica de 120 metros, até o cruzamento com o Rio São Sebastião (ponto 5); deste ponto segue a montante, pelo Rio São Sebastião, coincidindo com o limite Leste do Parque Estadual do Marumbi, até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

II - Faixa de terra localizada na Serra do Itinga, Inicia-se no cruzamento da curva de nível de cota altimétrica 120 metros, com o limite Sul do Parque Estadual de Jacupiranga, próximo ao Morro do Costa (ponto 00); deste ponto, segue pela curva de nível de cota altimétrica 120 metros, até o ponto de coordenadas UTM 771960 E e 7201400 N (ponto 01); deste ponto segue em linha reta 67°, rumo Noroeste, até o ponto mais elevado do Morro do Franco (ponto 02); deste ponto, segue em linha reta, 90° Rumo Oeste, até encontrar a curva de nível de cota altimétrica 120 metros (ponto 03), deste ponto, segue pela cota até o cruzamento com o limite Oeste do Parque Estadual de Jacupiranga, próximo ao Morro da Cataia (ponto 04); deste ponto, segue em direção Sul, pelo limite Oeste do Parque, até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

III - Todos os minerais existentes dentro do limite da APA de Guaraqueçaba.

IV - As ilhas discriminadas a seguir:

Área 1: situada entre as latitudes 7201000,000 N e 7201500,000 N Sul, e as longitudes 760000,000 E e 759150,000 N Oeste, onde está inscrita a Ilha do Benito.

Área 2: Situada entre as latitudes 7200000 N e 7200500 N Sul e as longitudes 759150 E e 759750 E Oeste, onde está inscrita a Ilha dos Porcos.

Área 3: situada entre as latitudes 7196250 N e 7197150 N Sul e as longitudes 7635000 N e 76250 N Oeste, onde está inscrita a Ilha Grande.

V - Os Morros da Paca, Canudal e Superagui, a partir da curva de nível de cota altimétrica de 20 metros, localizados na Ilha do Superagui.

VI - Os sítios arqueológicos, testemunhos da cultura dos paleomeríndios do Brasil, comumente Chamados Sambaquis (Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961).

§ 2.º - As zonas de Vida Silvestre compreenderão também as áreas mencionadas no artigo 18, da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, as quais, quando forem de domínio privado, serão consideradas como Reservas Ecológicas Particulares ou como Áreas de Preservação Permanente, de acordo com o artigo 3.º da Lei. n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965.

§ 3.º - Visando à proteção da biota não serão permitidas nessas zonas:

I - a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisas da área;

II - atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental e não previamente autorizadas pelo SEMA, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição de biota.

Art. 8º - As penalidades previstas nas Leis n.º 6.902, de 27 de abril de 1981 e n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela SEMA, aos transgressores das disposições deste Decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas, necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Art. 9.º - A APA de Guaraqueçaba será supervisionada, administrada e fiscalizada pela SEMA, com a colaboração da entidade de controle ambiental do Estado do Paraná - Superintendência de Recursos Hídricos de Meio Ambiente - SUREHMA, do Instituto de Terras e Cartografia - ITC, da Prefeitura de Guaraqueçaba e Capitania dos Portos do Estado do Paraná, do Ministério da Marinha.

Art. 10 - Visando à realização dos objetivos previstos para a APA de Guaraqueçaba, bem como para definir as atribuições e competência no controle de suas atividades, a SEMA poderá firmar convênios com órgão e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência supletiva.

Art. 11 - Os investimentos e a concessão de financiamentos e incentivos da Administração Pública Federal Direta ou Indireta, destinados à APA de Guaraqueçaba, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 12 - Dos atos e decisões da SEMA referentes à APA de Guaraqueçaba caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Art. 13 - A SEMA poderá designar, através de Portaria, um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), para implementação das atividades de administração, zoneamento e fiscalização da APA de Guaraqueçaba.

Art. 14 - A SEMA expedirá as instruções normativas necessárias ao bom cumprimento deste Decreto.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário